



Programa de Pós-Graduação
em Estudos Linguísticos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
Curso Reconhecido pelo MEC, Portaria 485 de 14/05/2020, publicada no D.O.U 18/05/2020

CAROLINE SANTOS MUNIZ

**A EXPRESSÃO DO IMPERATIVO VERBAL NA REGIÃO
NORTE: ANÁLISE DOS DADOS DO PROJETO ALiB**

Feira de Santana-BA
2024

CAROLINE SANTOS MUNIZ

**A EXPRESSÃO DO IMPERATIVO VERBAL NA REGIÃO
NORTE: ANÁLISE DOS DADOS DO PROJETO ALiB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana como requisito para obtenção de título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Josane Moreira Oliveira

Feira de Santana-BA
2024

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

M935e

Muniz, Caroline Santos

A expressão do imperativo verbal na região Norte: análise dos dados do Projeto ALiB / Caroline Santos Muniz – 2024.
110 f.: il.

Orientadora: Josane Moreira Oliveira

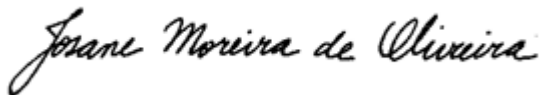
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Feira de Santana, 2024.

1.Dialetologia. 2.Sociolinguística. 3.Variação linguística. 4.Imperativo verbal . 5.Projeto Atlas Linguístico do Brasil. I. Oliveira, Josane Moreira, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU 800.87

Dissertação aprovada em: 25 de julho de 2024

Banca Examinadora



Profa. Dra. Josane Moreira de Oliveira (Orientador)



Profa. Dra. Norma Lúcia Fernandes de Almeida (Examinador Interno/titular)



Profa. Dra. Franciane Rocha (Examinador Externo/titular)

DEDICATÓRIA

*A meus pais, Maria e Josenildo,
Que me apoiaram mesmo nos momentos mais difíceis.
A Deus,
Porque sem Ele jamais teria dado um passo sequer.
À intercessão de Nossa Senhora
Ao longo do percurso.
A mim mesma,
Pela coragem de não desistir dos meus sonhos.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sua infinita bondade e por ter cuidado de mim desde a minha existência, sobretudo da minha trajetória enquanto estudante.

Aos meus pais, Josenildo e Maria das Graças, por todo o seu cuidado, amor e dedicação a mim e aos meus estudos, por todos os sins e por todos os nãoos.

Aos meus avós maternos, Antônio e Antônia, pelo carinho, apoio e orações.

Aos meus avós paternos, Antônio e Maria Cleto (*in memoriam*).

Aos meus irmãos, Edna, Carine Graça e Antônio Vitor, pelo carinho, apoio e compreensão de sempre e por me incentivarem a seguir a caminhada na vida acadêmica, meu muito obrigada!

A Sérgio Maia e família pelo apoio nessa trajetória, pelo cuidado e pelas vibrações positivas, meu muito obrigada!

À minha orientadora, Profa. Dra. Josane Moreira de Oliveira, pelo acolhimento e pela paciência, pela parceria e pelo incentivo ao desenvolvimento acadêmico. Por ela tenho profundo respeito e admiração. Gratidão!

Aos meus amigos, em nome dos quais Ana Clara, Isis, Rafaele e Vanessa, pelo carinho, pelo cuidado e por nossa parceria na vida pessoal, pelo o apoio e acolhimento nos momentos felizes e tristes. Gratidão!

Aos professores do PPGEL, que em muito contribuíram para a minha formação profissional, meu muito obrigada!

Às Profas. Dras. Franciane Rocha e Norma Almeida, por aceitarem o convite para participar da banca de qualificação e pelas contribuições valiosas para o trabalho final.

Ao grupo de pesquisa do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, pela cessão dos dados e pelas contribuições à minha formação como pesquisadora.

Agradeço também à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa com que fui contemplada durante o curso de Mestrado.

À Universidade Estadual de Feira de Santana, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, por esta etapa da minha formação.

A todos, gratidão!

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar a expressão do imperativo verbal como um fenômeno de variação linguística, já que pode ser expresso com a forma associada ao indicativo (*pega, faz, vem*) ou com a forma associada ao subjuntivo (*pegue, faça, venha*), na Região Norte do Brasil. Desse modo, para a constituição do *corpus* da pesquisa, foram considerados dados dos municípios do interior dos estados da Região Norte do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Os resultados são comparados com os das capitais, já analisadas por Oliveira (2023). Esta pesquisa foi desenvolvida com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Dialetoлогия (Cardoso, 2010; Thun, 2017) e da Sociolinguística Variacionista (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov, 2008 [1972]), o que caracteriza a pesquisa como de cunho geossociolinguístico. Os dados coletados foram processados pelo programa GoldVarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005) e estão apresentados por meio de gráficos e tabelas a fim de evidenciar a descrição e a análise dos resultados obtidos. Os dados demonstram que a expressão do imperativo verbal com a forma do indicativo é a mais frequente na Região Norte, com percentual de 65,7% dos dados do *corpus*. Já a forma do subjuntivo obteve o percentual de 34,3%. As localidades do interior que favoreceram a expressão do imperativo verbal com a forma do subjuntivo estão localizadas nos estados do Amazonas, do Pará e do Acre. O fenômeno estudado apresenta correlação com a polaridade da sentença, com a extensão fonológica e o paradigma do verbo, com o sexo do informante, com a parte do inquérito e com a diatopia. Favorecem o imperativo com a forma de subjuntivo as sentenças negativas, os verbos irregulares e de maior extensão fonológica, os informantes do sexo masculino e as partes mais monitoradas do inquérito. Quanto à diatopia, é uma variável bastante atuante na região, com localidades mais conservadoras, como Cruzeiro do Sul/AC, Benjamim Constant/AM, Humaitá/AM, Itaituba/PA e Marabá/PA, e com localidades inovadoras, como Conceição do Araguaia/PA e Natividade/TO, esta com uso categórico da forma de indicativo, mostrando-se, pois, à frente da mudança linguística na Região Norte. Trata-se de um fenômeno relacionado a condicionantes linguísticos e extralinguísticos e espera-se que as reflexões apresentadas contribuam para o mapeamento da realização do imperativo verbal no português brasileiro.

Palavras-chave: imperativo verbal; Projeto ALiB; Dialetoлогия; Sociolinguística; região norte.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the expression of the verbal imperative as a phenomenon of linguistic variation, as it can be associated with the indicative (*pega, faz, vem*) or the subjunctive (*pegue, faça, venha*) forms, in the Northern Region of Brazil. As a result, data from municipalities in the inland areas of states in the Northern Region were included in the research corpus from the Linguistic Atlas of Brazil Project. We compare the results with those from the capital cities, which Oliveira (2023) has already analyzed. The foundation for this research lies in the theoretical and methodological framework of Dialectology (Cardoso, 2010; Thun, 2017) and Variationist Sociolinguistics (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov, 2008 [1972]), thus characterizing a geossociolinguistic research. The data collected were analyzed using GoldVarb X software (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005). The results were then presented through graphs and tables, which helped to effectively describe and analyze the findings. According to the data, the indicative form of the imperative verb mood is the one used most frequently in the Northern Region, accounting for 65.7% of the corpus data. In contrast, the subjunctive form accounts for 34.3%. The inland regions that favor the subjunctive form of the imperative verb mood are found in the states of Amazonas, Pará, and Acre. The investigated phenomenon correlates with the sentence polarity, the phonological extension of the verb, the verb paradigm, the informant's gender, the part of the survey, and the diatopic variation. The negative imperative subjunctive mood is favored by the following variants: irregular verbs with more phonological extension, male participants, and the most monitored parts of survey. Diatopic variation is an influential variable in the region, with more conservative localities such as Cruzeiro do Sul/AC, Benjamim Constant/AM, Humaitá/AM, Itaituba/PA, and Marabá/PA, and more innovative localities such as Conceição do Araguaia/PA and Natividade/TO. In the last one, there is a categorical use of the indicative form, which positions it at the forefront of linguistic change in the Northern Region. Both linguistic and extralinguistic factors are involved in this phenomenon, and the considerations presented in this dissertation will help map the realization of the imperative verb mood in Brazilian Portuguese.

Keywords: imperative verb mood; ALiB Project; Dialectology; Sociolinguistics; northern region.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Situação dos atlas estaduais brasileiros	45
Figura 2: Crescimento populacional da Região Norte do Brasil	53
Figura 3: Mapa político (rios) da Região Norte do Brasil	59
Figura 4: Rede de pontos da Região Norte (ALiB)	65
Figura 5: Variantes do imperativo verbal na Região Norte (percentuais)	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição geral dos dados de imperativo verbal da Região Norte (localidades do interior)	72
Gráfico 2: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e número de sílabas do verbo (pesos relativos)	78
Gráfico 3: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e ‘Sexo’ e ‘Faixa etária’ (pesos relativos)	82
Gráfico 4: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) – pesos relativos	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Localidade do Estado do Acre (rede de pontos da Região Norte – Projeto ALiB)	55
Quadro 2: Localidade do Estado do Amapá (rede de pontos da Região Norte – Projeto ALiB)	56
Quadro 3: Localidades do Estado do Amazonas (rede de pontos da Região Norte – Projeto ALiB)	57
Quadro 4: Localidades do Estado do Pará (rede de pontos da Região Norte – Projeto ALiB)	60
Quadro 5: Localidade do Estado do Rondônia (rede de pontos da Região Norte – Projeto ALiB)	62
Quadro 6: Localidades do Estado do Tocantins (rede de pontos da Região Norte – Projeto ALiB)	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e ‘Polaridade da sentença’	76
Tabela 2: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e ‘Extensão fonológica do verbo’	77
Tabela 3: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e ‘Paradigma verbal’	79
Tabela 4: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e ‘Sexo’	81
Tabela 5: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e ‘Sexo’ e ‘Faixa etária’	81
Tabela 6: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e ‘Parte do inquérito’	83
Tabela 7: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e ‘Localidade’	85
Tabela 8: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e ‘Localidade’ e ‘Sexo’	93
Tabela 9: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte e ‘Estado’	94
Tabela 10: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e variáveis descartadas	95

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
ANPOLL	Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística
DSC	Dialetos Sociais Cearenses
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GT	Grupo de Trabalho
LUAL	A Língua Usada em Alagoas
NURC	Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta do Brasil
PB	Português do Brasil
PEPP	Programa de Estudos do Português Popular Falado de Salvador
PEUL	Programa de Estudos dos Usos da Língua
PORCUFORT	Português Oral Culto de Fortaleza
PortVIX	Português falado na Cidade de Vitória
VALPB	Variação Linguística na Paraíba
VAR SUL	Variação Linguística Urbana da Região Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE A EXPRESSÃO DO IMPERATIVO VERBAL	18
2.1 REVISÃO DA ABORDAGEM GRAMATICAL TRADICIONAL E DESCRITIVA	18
2.2 REVISÃO DA LITERATURA DA SOCIOLINGUÍSTICA DIACRÔNICA	21
2.3 REVISÃO DA LITERATURA DA SOCIOLINGUÍSTICA SINCRÔNICA	27
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	38
3.1 A DIALETOLOGIA	38
3.1.1 A dialetologia no Brasil	41
3.1.2 A geolinguística no Brasil	43
3.2 A SOCIOLINGUÍSTICA	46
3.2.1 A sociolinguística no Brasil	50
4 METODOLOGIA	52
4.1 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA REGIÃO NORTE DO BRASIL	52
4.1.1 Estado do Acre	54
4.1.2 Estado do Amapá	55
4.1.3 Estado do Amazonas	56
4.1.4 Estado do Pará	57
4.1.5 Estado de Rondônia	61
4.1.6 Estado de Roraima	62

4.1.7 Estado de Tocantins	63
4.2 VARIÁVEIS PREVISORAS LINGUÍSTICAS E EXTRALINGUÍSTICAS	65
4.3 O <i>CORPUS</i>	69
4.4 TRATAMENTO DOS DADOS	70
4.5 O ENVELOPE DE VARIAÇÃO	70
5 ANÁLISE DOS DADOS	72
5.1 1ª RODADA: CASOS DE <i>KNOCKOUTS</i> E PROCEDIMENTOS ADOTADOS	73
5.2 VARIÁVEIS PREVISORAS LINGUÍSTICAS	76
5.2.1 Variável ‘Polaridade da sentença’	76
5.2.2 Variável ‘Extensão fonológica do verbo’	77
5.2.3 Variável ‘Paradigma verbal’	79
5.3 VARIÁVEIS PREVISORAS EXTRALINGUÍSTICAS	80
5.3.1 Variáveis ‘Sexo’ e ‘Faixa etária’	80
5.3.2 Variável ‘Parte do inquérito’	83
5.3.3 Variável ‘Localidade’	84
5.4 VARIÁVEIS DESCARTADAS	95
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	103

1 INTRODUÇÃO

No âmbito da sociolinguística, o modo imperativo é visto como um fenômeno em variação no português brasileiro (PB), cujas formas variam entre indicativo (*pega, faz, vem*) e subjuntivo (*pegue, faça, venha*). É uma variação principalmente de carácter regional, que pode não sofrer estigmatização, dependendo da localidade em que o falante está inserido. Por essa razão, vários pesquisadores atualmente buscam compreender e explicar quais fatores condicionantes podem influenciar na realização do modo imperativo no sistema linguístico do PB (Sampaio, 2001; 2004; Scherre, 2007; Scherre et al., 2007; Cardoso, 2009; Cardoso, 2015; Ferreira Jr., 2011; Oliveira, 2017; 2023; Carvalho, 2020; Figueiredo, 2023; entre outros).

Com o intuito de compreender esse fenômeno, foram consultadas gramáticas brasileiras tradicionais (Faraco; Moura, 1995; Rocha Lima, 2011; Cunha; Cintra, 2017) e notou-se que apresentam explicações que são focadas nas regras gramaticais, com exemplos que ilustram o uso do modo imperativo – todos oriundos da literatura, que é distante da realidade dos falantes. Quanto às gramáticas descritivas brasileiras (Perini, 2005; Bagno, 2012; Castilho, 2016), observou-se que são direcionadas ao uso real da língua e não se premeditam a impor regras, mas sim explicar e mostrar a realidade linguística do país.

Após essa breve contextualização sobre a variação do imperativo verbal no PB, apresenta-se o objeto de estudo desta pesquisa: a expressão do imperativo verbal na Região Norte – análise de dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). A pesquisa concentra-se na variação do imperativo verbal (forma de indicativo ou forma de subjuntivo) com base em dados da Região Norte do Brasil, como ilustrado em (1).

- (1) Betânia, VEM almoçar e CHAME seus colegas para almoçar também! (mulher, faixa etária 1, Cruzeiro do Sul/AC, questão de prosódia)

Foram contempladas 24 localidades que integram a rede de pontos do Projeto ALiB, abrangendo os sete estados que formam a Região Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

A respeito dos estudos realizados sobre a expressão do imperativo verbal na Região Norte, há um estudo de Oliveira (2023) no qual a autora realiza o mapeamento da expressão do imperativo verbal nas capitais brasileiras e os resultados apontam que a Região Norte do país é favorável à realização da expressão do imperativo associado ao indicativo, com exceção da

capital Porto Velho, que favorece o subjuntivo. Observando os dados que a pesquisa de Oliveira (2023) apresenta, nota-se que há variação na expressão do imperativo entre os estados da região, pois há uma diferença entre os percentuais e os pesos relativos de cada capital.

É importante salientar que essa variação é, sobretudo, diatópica, o que torna mais interessante conhecer os dados dos municípios do interior dos estados da Região Norte e compreender como a variação se comporta nessas localidades. As perguntas que embasam este trabalho são: Qual é a variante do imperativo verbal mais empregada nos municípios do interior da Região Norte? Há um padrão de semelhança entre os municípios do interior e as capitais dos estados na escolha da variante do imperativo verbal? Quais as variáveis que condicionam a escolha de uma ou outra forma?

Para responder a essas perguntas, foram consideradas algumas hipóteses. Segundo Jesus (2006), Scherre (2007) e Scherre et al. (2007), as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul tendem a ter maior emprego da variante associada ao indicativo; de acordo com Souza (2019) e Oliveira (2023), a Região Norte também se encaixa nesse contexto. No Brasil, ainda segundo os estudos de Souza (2019) e Oliveira (2023), apenas a Região Nordeste apresenta maior emprego da variante associada ao subjuntivo. Com base nessas informações, a hipótese é que os municípios do interior apresentam dados favoráveis à variante associada ao indicativo.

Observando os resultados apresentados por Oliveira (2023) sobre as capitais da Região Norte, percebe-se que a capital de Rondônia foi a que apresentou maior favorecimento de uso da variante associada ao subjuntivo. Dessa forma, esta pesquisa considera a hipótese de que os municípios do interior desse estado apresentem também um resultado semelhante ao da capital, Porto Velho.

Esta dissertação está organizada em cinco seções, iniciando com a revisão de literatura, na qual são apresentadas algumas das pesquisas desenvolvidas sobre o fenômeno. A segunda seção é dedicada à fundamentação teórica, com as discussões sobre a sociolinguística, com ênfase na sociolinguística quantitativa, e a dialetologia, uma vez que o fenômeno analisado encaixa-se na variação diatópica. Assim, este trabalho é de cunho geossociolinguístico.

A terceira seção é sobre a metodologia adotada na pesquisa, que é fundamentada na Sociolinguística Variacionista (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov, 2008 [1972]) e na Geolinguística Pluridimensional (Cardoso, 2010; Thun, 2017; Romano, 2020), pois os dados que compõem o *corpus* deste trabalho pertencem ao Projeto ALiB.

A quarta seção é a análise dos dados, na qual são discutidos os resultados encontrados. Foram analisados 379 dados das localidades do interior da Região Norte. Os dados demonstram

o seguinte resultado: 130 dados são da forma do subjuntivo, o que equivale ao percentual de 34%, e 249 dados são da forma do indicativo, com percentual de 66%.

Para finalizar, a última seção traz as considerações sobre os resultados das variáveis selecionadas pelo programa GoldVarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005). Em seguida, vêm as referências utilizadas neste trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE A EXPRESSÃO DO IMPERATIVO VERBAL

Nesta seção apresenta-se a concepção das gramáticas tradicionais e descritivas acerca da expressão do imperativo verbal (2.1), e realiza-se uma síntese da revisão da literatura dos estudos da sociolinguística na perspectiva diacrônica (2.2) e na perspectiva sincrônica (2.3).

2.1 REVISÃO DA ABORDAGEM GRAMATICAL TRADICIONAL E DESCRITIVA

Faraco e Moura (1995) apresentam uma breve caracterização para a expressão do imperativo verbal, discorrendo que o imperativo é utilizado quando o falante dirige-se ao interlocutor com a intenção de que este realize uma ação expressa pelo verbo. E dizem que o modo imperativo é empregado para designar ordem, conselho, solicitação, súplica ou sugestão.

Na gramática de Rocha Lima (2011), a expressão do imperativo verbal é conceituada da seguinte forma: “O imperativo só tem um tempo – o presente –, que também se aplica às ordens que se dão para o futuro e o passado” (Rocha Lima, 2011, p. 169). Observa-se que essa descrição tem apenas como centro as regras gramaticais. Com relação aos paradigmas das três conjugações, encontra-se a seguinte definição: “Com este modo, dirigimo-nos a uma ou mais pessoas, para manifestar o que queremos que ela faça, ou elas façam” (Rocha Lima, 2011, p. 176). Percebe-se que com essa explicação a expressão do imperativo verbal é usada para exercer autoridade ou para exprimir ordens.

De acordo com Rocha Lima (2011), a expressão do imperativo verbal realiza-se de duas formas: o imperativo afirmativo e o imperativo negativo. Essas duas formas são resultadas do processo de derivação. O autor discorre que o imperativo afirmativo é constituído pelas formas do indicativo e do subjuntivo. No que se refere às pessoas, a segunda pessoa, tanto do singular quanto do plural, é formada pela forma do indicativo do presente e perde o morfema ‘s’. Com relação à terceira pessoa, é oriunda da forma do subjuntivo, sem alteração. Rocha Lima (2011) exemplifica o emprego do pronome *você* na terceira pessoa, no entanto não há explicações sobre a inserção desse pronome no português brasileiro.

A gramática de Cunha e Cintra (2017) informa ao leitor que há duas formas de imperativo, a saber: o imperativo negativo e o afirmativo. O imperativo afirmativo tem formas próprias (formas do indicativo) para a segunda pessoa do singular (*tu*) e do plural (*vós*). Nas outras pessoas, emprega-se a forma do presente do subjuntivo. Já o imperativo negativo que

não possui forma própria para nenhuma pessoa, sendo composto apenas pela forma do subjuntivo.

Os autores ressaltam que o imperativo é utilizado pelo indivíduo que se dirige ao interlocutor. Esse modo aceita somente as pessoas a quem se fala, ou seja, a 2ª pessoa do singular e a 2ª pessoa do plural e o sujeito pode ser expresso por pronomes de tratamento *você*, *o senhor*, *vossa senhoria* e pelos demais pronomes pessoais. Dando continuidade à explicação sobre o imperativo, os autores discorrem que o modo é empregado para que o interlocutor realize a ação expressa pelo verbo, ocorrendo em situações de exortações, conselhos, convites e não somente em situações de ordens; pode ser encontrado em situações de hipóteses, uma vez que o imperativo realiza-se no tempo presente com o valor de futuro, dado que a ação ainda será realizada. Em relação à estrutura da sentença, Cunha e Cintra (2017) afirmam que o imperativo ocorre apenas em orações absolutas, em orações principais ou em coordenadas. Segundo os autores, o imperativo afirmativo não aceita pronome proclítico e o imperativo negativo não tem o pronome enclítico.

Após essa breve conceitualização de algumas gramáticas normativas sobre a expressão do imperativo verbal constata-se que são explicações focadas nas regras gramaticais e que os exemplos apresentados são todos oriundos de textos literários, que são distantes da realidade dos falantes brasileiros. Na sequência, apresenta-se a caracterização da expressão do imperativo verbal na perspectiva das gramáticas descritivas.

Na *Gramática descritiva do português*, Perini (2005) descreve que a expressão do imperativo verbal encaixa-se na categoria das orações imperativas, que “se caracterizam por apresentarem uma forma especializada do verbo, denominada imperativo” (Perini, 2005, p. 64). De acordo com o autor, as orações imperativas são empregadas em situações de ordem e pedido e é possível que tenham sujeito expresso ou não.

Bagno (2012), na *Gramática pedagógica do português brasileiro*, apresenta inicialmente uma crítica reflexiva sobre as concepções das gramáticas normativas e informa que a descrição apresentada sobre a expressão do imperativo verbal fundamenta-se nas pesquisas variacionistas sobre seu emprego no português brasileiro. O autor descreve o uso imperativo afirmativo no vernáculo, discutindo a alternância do *tu/você* no sistema da 2ª pessoa do singular. Na sequência, argumenta que é possível encontrar o imperativo na forma do subjuntivo em contexto do *tu*, imperativo na forma do indicativo no contexto da forma *você* e discorre sobre a influência regional na escolha da forma do imperativo. Discute sobre a realização do imperativo na forma do infinitivo e fala sobre o emprego do imperativo com

sentido coletivo. Sobre o imperativo negativo, Bagno (2012) argumenta que no vernáculo brasileiro não acontece o emprego do imperativo negativo como as gramáticas normativas prescrevem, dado que ocorre o apagamento do “s”. O autor afirma que tudo o que foi discutido sobre o imperativo afirmativo aplica-se ao imperativo negativo. Para finalizar a sua descrição, Bagno (2012) faz uma reflexão sobre o ensino tradicional nas escolas. Ressalta-se que nessa gramática as concepções são apresentadas em um formato que leva o leitor a refletir sobre os conceitos.

Castilho (2016), na *Nova gramática do português brasileiro*, descreve que as sentenças imperativas acontecem em contextos de ordem, sugestão e pedido e possuem entoação descendente. O autor classifica o imperativo em dois grupos. O primeiro diz respeito à sentença imperativa direta, que ocorre em situações de superioridade, por exemplo, quando o locutor designa uma ocupação social superior em relação ao interlocutor, como se observa no exemplo (2):

- (2) a. Vaza!
- b. Desapareça!
- c. Circulando!
- d. Para fora!
- e. Já para dentro, agora mesmo!

Castilho (2016) argumenta que nessas sentenças encontram-se as seguintes estruturas sintáticas: sujeito oculto; verbo na forma do indicativo, do subjuntivo, do infinitivo ou do gerúndio; preposição seguida do advérbio; advérbio sozinho ou preposicionado. Quando o locutor e o interlocutor compartilham da mesma ocupação social, Castilho (2016) discorre que terá um ato de fala perculatório. Nessa situação, o locutor faz uma sugestão ou aconselha o interlocutor. Já nas sentenças imperativas indiretas, que constituem o segundo grupo, ocorre a inversão da relação social entre locutor e interlocutor, há sentenças complexas, como no exemplo (3):

- (3) a. Eu lhe peço que fique lá fora.
- b. Eu quero que você faça isso para mim.

Sobre essas estruturas, Castilho (2016) descreve que o sujeito é explícito, os verbos da sentença matriz estão na forma do presente do indicativo, do imperfeito ou do futuro do pretérito, já os verbos da sentença encaixada encontram-se na forma do subjuntivo e mantêm uma correlação com os verbos da sentença matriz. O autor afirma que no estilo informal na sentença encaixada pode ocorrer o indicativo.

Em relação à concepção das gramáticas descritivas sobre a expressão do imperativo verbal, observa-se que é direcionada ao uso real da língua e não se propõe a impor regras, mas sim a explicá-las e mostrar a realidade linguística do país. A seguir, apresenta-se a revisão da literatura da sociolinguística sobre a expressão do imperativo verbal.

2.2 REVISÃO DA LITERATURA DA SOCIOLINGUÍSTICA DIACRÔNICA

Nesta seção, procede-se a uma revisão da literatura da sociolinguística diacrônica sobre a expressão do imperativo verbal. O texto está organizado em ordem cronológica e esta subseção é dedicada a apresentar as sínteses dos trabalhos diacrônicos dos seguintes autores: Faraco (1986); Sampaio (2001); Scherre (2004; 2007); Favaro (2013; 2016); Rumeu (2016); Diniz (2018); e Carvalho (2020).

Faraco (1986) discute sobre a expressão do imperativo verbal segundo as normas das gramáticas tradicionais e o uso da expressão no cotidiano. Na sua análise, o autor constata que a expressão do imperativo verbal no português brasileiro, quando ocorre na 2ª pessoa, tem duas possibilidades de realização, uma associada ao subjuntivo e outra ao indicativo.

Segundo Faraco (1986), a expressão do imperativo verbal associado ao subjuntivo é mais usual no português brasileiro, contudo a forma associada ao indicativo na perspectiva histórica é a originária. Outra questão levantada pelo pesquisador é a inserção do pronome de tratamento *você* no quadro de pessoas do singular, ocupando o lugar da segunda pessoa. De acordo com as pesquisas desenvolvidas pelo autor, esse processo simplificou o paradigma verbal do imperativo, permitindo o emprego do imperativo associado ao indicativo para a segunda pessoa do singular.

Com o propósito de compreender o imperativo, Sampaio (2001) analisou um total de 78 inquéritos e 38 extratos de inquéritos do Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta (NURC) e do Programa de Estudos do Português Popular Falado de Salvador (PEPP). A proposta dessa pesquisa foi observar a variação do imperativo em tempo real de curta duração (década de 1970 e década de 1990). Além disso, a autora considerou a variável diatópica (fala de Salvador, do

Rio de Janeiro e de Portugal). No que se refere aos resultados dos dados analisados por Sampaio (2001), o imperativo na forma do subjuntivo obteve um percentual de 72% no *corpus* e o imperativo na forma do indicativo um percentual de 28%. Observando este resultado, percebe-se que houve variação no *corpus*.

Sobre o imperativo negativo no latim, Sampaio (2001) discorre que a sua formação era independente do imperativo afirmativo e que a partícula *ne* representava a negação, sendo usada na terceira pessoa do subjuntivo e para a segunda pessoa era empregada a forma do pretérito perfeito do subjuntivo.

Conforme discute Sampaio (2001), no cotidiano a partícula *ne* foi substituída por *non*, que era utilizada em conjunto com o modo indicativo. A autora ressalta que no decorrer do tempo essa forma passou a ser empregada pelos escritores, quando perdeu o seu valor genérico, adquirindo o valor de imperativo.

Scherre (2007) realizou um levantamento dos resultados das pesquisas realizadas sobre o imperativo até o ano de 2007. De acordo com a autora, houve uma reorganização do sistema com a incorporação do pronome *você* e as formas de expressão do imperativo verbal, com formas de indicativo, como *deixa/recebe/abre/dá/diz* passando a ocorrer no contexto desse novo pronome. A autora ressalta que o desaparecimento do pronome *vós* no PB falado proporcionou ao imperativo verbal no plural acréscimo das formas associadas ao subjuntivo e as formas do subjuntivo singular do imperativo verbal ficaram em variação com a forma do indicativo.

Consoante o estudo desenvolvido pela autora, as línguas podem realizar modo imperativo verbal de formas diferentes, sendo que algumas línguas possuem formas próprias para o modo imperativo, o que é denominado por alguns pesquisadores como um imperativo verdadeiro, e outras línguas não possuem formas específicas (próprias) para o modo imperativo. Neste último caso, o imperativo é considerado como supletivo (Scherre, 2007).

Scherre (2007) apresenta essa discussão sobre a expressão do imperativo verbal salientando que essa classificação surge baseada em uma teoria gerativista, a qual demonstra que algumas línguas possuem o imperativo verbal com morfologia e sintaxe diferentes, distinguindo-se das demais formas oracionais. Essa classificação foi pautada em dois fatores: a) as possibilidades de negação dos verbos; e b) o posicionamento dos clíticos em relação aos verbos.

Após a análise dos verbos, notou-se que há línguas que possuem uma morfologia própria para o modo imperativo verbal. Essas línguas estão distribuídas em duas classes: na

classe I, enquadram-se as línguas que têm morfologia própria e sintaxe específica, como o espanhol castelhano e o português europeu. Já na classe II, encaixam-se as línguas que têm morfologia própria, porém não têm sintaxe própria, como, por exemplo, o búlgaro e o francês.

Em sua pesquisa, Scherre (2007) apresenta que as línguas que integram a classe I possuem as seguintes características: (i) a forma denominada imperativo verdadeiro que tem sintaxe específica não pode ser negada, podendo apenas a forma supletiva ser negada; (ii) a posição do clítico diante do verbo sofre alteração de acordo com o modo verbal, no modo imperativo o clítico é posicionado depois do verbo e nos modos indicativo e subjuntivo a posição é antes do verbo.

As línguas da classe II, que apresentam uma morfologia distinta sem sintaxe própria, dispõem das seguintes características: (i) na forma imperativa há possibilidade de negação; (ii) a posição do clítico é a mesma para qualquer modo, sendo que o clítico sempre ocorre depois do verbo em função da prosódia. Essas são as características do imperativo supletivo, ressaltando-se que essa é uma descrição generalizada.

Sobre o processo de formação da expressão do imperativo verbal, Favaro (2013; 2016) desenvolveu estudos históricos do imperativo verbal nas ‘Cantigas de Santa Maria’. Seu *corpus* de base é constituído pelas 420 ‘Cantigas de Santa Maria’ (CSM), elaboradas em galego-português e atribuídas a Dom Afonso X, de Castela.

Inicialmente, o autor realiza uma revisão de literatura sobre a expressão do imperativo verbal, na qual apresenta alguns aspectos sobre a formação histórica do modo. Segundo Favaro (2013; 2016), na língua indo-europeia o imperativo verbal era usado para expressar ordens e pedidos e não era usado em proibições; o autor ressalta que na origem do latim não havia imperativo negativo. De acordo com Favaro (2013; 2016), no latim o subjuntivo foi associado ao modo imperativo, sendo usado para manifestar ordens e proibições. Salienta-se que essas formas do subjuntivo eram utilizadas para suprir as lacunas das pessoas do imperativo afirmativo; já em relação ao imperativo negativo, todas as pessoas são formadas do presente do subjuntivo.

Conforme discutido por Favaro (2013; 2016), o mecanismo de formação da expressão do imperativo verbal permaneceu no português, no entanto o autor aponta que ocorreu uma simplificação na passagem do latim para o português. No latim havia dois tempos verbais para a expressão do imperativo verbal: o imperativo presente, que era usado para expressar ordens imediatas; e o imperativo futuro, que era usado para ordens que deveriam ser executadas. Atualmente no sistema do português há apenas o imperativo para o tempo presente e o

imperativo futuro foi eliminado durante o período de transição. Sampaio (2001) argumenta que no latim clássico a utilização do imperativo no futuro já era escassa.

Embasado em Scherre (2007), Favaro (2013; 2016) discute que a expressão do imperativo verbal é apresentada pelas gramáticas tradicionais com a seguinte formação: o imperativo afirmativo tem segunda pessoa própria (*canta tu*) e as demais pessoas são formadas pelo presente do subjuntivo; já no imperativo negativo todas as pessoas são do presente do subjuntivo. Essa é a formação da expressão do imperativo verbal no português brasileiro segundo a tradição gramatical.

O resultado da análise das ‘Cantigas de Santa Maria’ apresenta os fatos relacionados à passagem da língua indo-europeia para o latim e do latim para o português. Os resultados demonstram que as formas verbais mapeadas no *corpus* são semelhantes a formas do indicativo. De acordo com Favaro (2013), nessas formas não há o ‘s’ final e o autor explica que “este tipo de fenômeno ocorre, pois, quando formamos o imperativo, a segunda pessoa, tanto do singular quanto do plural, coincide com as formas do presente do indicativo” (Favaro, 2013, p. 85). O autor discute que esse fenômeno acontecia desde o latim e discorre sobre a forma de tratamento entre os personagens nas cantigas, observando que os personagens são pessoas da nobreza e mantêm uma forma de tratamento requintada, concluindo que as formas de tratamento têm relação com as formas do imperativo.

O autor destaca que nas cantigas que têm a participação da Virgem Maria os diálogos têm uma forma de tratamento formal que influencia na escolha da expressão do imperativo verbal. Favaro (2013) apresenta como um resultado preliminar do seu estudo a seguinte conclusão: “[...] há uma predominância de formas verbais conjugadas no imperativo afirmativo e negativo, ou seja, há preservação da construção canônica postulada pelas gramáticas históricas e tradicionais quanto à formação do imperativo” (Favaro, 2013, p. 86). Dessa forma, a tradição gramatical está “correta” sobre a formação do imperativo e, em relação à formação da segunda pessoa do imperativo afirmativo, nesse estudo também foi constatado que a forma morfológica do imperativo era independente no português arcaico.

No estudo desenvolvido por Rumeu (2016) sobre formas variantes do imperativo de segunda pessoa nos séculos XIX e XX, a autora realiza uma revisão da literatura do imperativo, contudo com uma tendência mais contemporânea e não se detendo nos aspectos da formação do imperativo do latim para o português. O *corpus* da pesquisa de Rumeu (2016) é constituído por um conjunto de 170 cartas trocadas entre os membros da família carioca Pedreira Ferraz-Magalhães, estratificadas por gênero (sexo), faixa etária, nível de escolaridade e função social.

Os resultados de Rumeu (2016) indicam que a forma subjuntiva era mais empregada no período analisado, com porcentagem de 55%, o que equivale a 302 das 545 ocorrências encontradas nas cartas. O indicativo obteve 45%, o que equivale a 242 ocorrências, portanto há variação nesse período. A autora discute, a partir desse resultado, que é notável que os cariocas cultos preferiram a estruturação do imperativo com formas de subjuntivo vinculadas ao pronome de tratamento *você*.

Analisando o imperativo verbal abreviado proposto por Scherre (2007), Rumeu (2016) diz que ele é visto em maior evidência nas cartas em referência ao interlocutor, cujo tratamento alterna entre o *tu* e o *você*, “[...] o que parece evidenciar o processo de reorganização do quadro pronominal do PB também repercutir nas construções imperativas de 2P” (Rumeu, 2016, p. 322). A inserção do *você* como uma forma de tratamento provocou a possibilidade de alternar a segunda pessoa no singular, pois ela pode ser o *tu* tradicional das gramáticas ou o *você*, que corresponde à terceira pessoa, que na contemporaneidade é encaixado na segunda pessoa. Sendo assim, a forma do indicativo é empregada com o *você*.

Após a apresentação geral dos resultados, a autora propõe uma divisão ao longo do período dos séculos XIX e XX, permitindo a visualização em sincronias passadas. A divisão é feita em quatro fases: a primeira fase corresponde ao período de 1870 a 1899, em que se nota a maior frequência das formas subjuntivas; a segunda fase estende-se de 1890 a 1909, em que há uma tendência das formas indicativas; na terceira fase, de 1910 a 1929, percebe-se uma disputa entre as formas, contudo a forma subjuntiva prevalece; e, por fim, na fase quatro, de 1930 a 1949, a forma do subjuntivo tende a ter um maior uso e as formas do indicativo entram em declínio.

A autora conclui que, em dados da escrita carioca, as formas do subjuntivo prevalecem ao longo dos anos e as formas do indicativo caíram em desuso. Na sequência, Rumeu (2016) apresenta a análise com os dados referentes ao gênero e à faixa etária. Notou-se que os jovens tendem a fazer mais uso das formas do indicativo e as pessoas mais velhas usam mais as formas do subjuntivo na escrita. Em relação ao gênero, pode-se dizer que há equilíbrio nas porcentagens, os homens mais jovens fazem maior uso das formas do indicativo e as mulheres do subjuntivo, os homens adultos mantêm a tendência em empregar mais a forma do indicativo e as mulheres optam pelo subjuntivo e os homens idosos fazem maior uso das formas do subjuntivo e as mulheres idosas também. Então de forma geral o homem tende a empregar mais as formas do indicativo na escrita e as mulheres as formas do subjuntivo.

O estudo desenvolvido por Diniz (2018) é sobre a expressão variável do imperativo de 2ª pessoa do singular no português brasileiro: análise de cartas pessoais dos séculos XIX e XX. O *corpus* desta pesquisa é constituído por 226 missivas que estão localizadas no espaço temporal entre a 2ª metade do século XIX e a 2ª metade do século XX (1869-1980) encontradas em três acervos brasileiros: o Arquivo Nacional (AN-RJ), o Acervo de Escritores Mineiros (AEM) e a Coleção Carlos Lacerda (CL). Semelhante aos demais autores apresentados até o momento, Diniz (2018) realiza uma revisão sobre a história do imperativo, com foco na formação do imperativo no latim. Segundo Diniz (2018), no indo-europeu o modo imperativo tinha como função semântica exprimir ordem ou súplica (imperativo afirmativo), não havendo função semântica de proibição (imperativo negativo).

No latim, o modo imperativo expressava ordem e pedido de realização imediata. Às vezes as sentenças eram acompanhadas de expressões consideradas reforçativas, como, por exemplo: “[...] ‘por favor’, ‘com tua licença’” (Diniz, 2018, p. 20). De acordo com a autora, o imperativo tinha a função semântica de uma projeção futura, que era dividida em dois momentos: uma ação que será executada logo (presente) e uma ação remota (futuro). Diniz (2018) explica que o imperativo presente era usado para realizações imediatas e eram acompanhados pelas expressões reforçativas e o imperativo futuro era usado em textos relacionados a leis. A autora afirma que durante a passagem do latim vulgar para o português ocorreu a simplificação na formação do imperativo; assim, as formas de imperativo futuro no português não existem. A autora fala ainda da importância de compreender as alterações no quadro pronominal do português brasileiro, o que influenciou no modo imperativo. Ela também aponta que o estudo desenvolvido por Favaro (2013; 2016) é importante para compreender a formação do modo imperativo.

Carvalho (2020) realizou uma revisão histórica com mais detalhes sobre o imperativo, em pesquisa intitulada “O estatuto variável do imperativo de 2º pessoa do singular em missivas mineiras: um estudo sociolinguístico de cunho histórico (séculos XIX e XX)”. O *corpus* foi constituído por missivas mineiras oitocentistas e novecentistas. Segundo Carvalho (2020), o modo imperativo no latim era semelhante ao português moderno, pois era derivado do indicativo e do subjuntivo, sendo usado para expressar ordens e proibições que eram direcionadas ao ouvinte. Carvalho (2020) discute que no latim o modo imperativo era formado por dois tempos: o presente e o futuro, com voz ativa e passiva. Segundo a autora, a voz ativa não tinha desinência própria, contudo a voz passiva possuía a desinência “r”.

Conforme a discussão apresentada por Carvalho (2020), no latim a forma do subjuntivo já era relacionada ao imperativo para exprimir ordens no imperativo afirmativo e proibições no negativo e esse padrão manteve-se no português moderno. De acordo com o autor, durante a passagem do latim para o português ocorreu uma simplificação no modo imperativo, pois houve a perda do tempo para o futuro e a voz ativa e passiva. Na apresentação geral dos resultados gerais da sua pesquisa, observou-se que segundo os dados a forma do modo imperativo associada ao subjuntivo era mais empregada apresentando um percentual de 81%, o que corresponde a 315 de 388 ocorrências. Nota-se, pois, que o subjuntivo era mais frequente.

Após esta breve síntese sobre um pouco do processo de formação do modo imperativo, percebe-se que o modo imperativo tem formas próprias segundo Sampaio (2001), Scherre (2007) e Favaro (2013; 2016). De acordo com os resultados apresentados por Rumeu (2016), Diniz (2018) e Carvalho (2020), o imperativo associado ao subjuntivo foi mais frequente nas cartas cariocas e nas mineiras, ou seja, em dados escritos dos séculos XIX e XX. À vista disso, observa-se que a variação linguística já estava presente na expressão do imperativo verbal em tempos pretéritos.

2.3 REVISÃO DA LITERATURA DA SOCIOLINGUÍSTICA SINCRÔNICA

Nesta subseção apresenta-se a revisão dos estudos sociolinguísticos com perspectiva sincrônica. São revisitados os trabalhos de Scherre et al. (2000; 2007), Scherre (2004; 2008), Cardoso (2004; 2009), Jesus (2006), Andrade, Melo e Scherre (2007), Alves (2010), Evangelista (2010), Cardoso e Scherre (2011), Santos (2016), Oliveira (2017; 2023), Araújo, Lima e Claudino (2019), Souza (2019), Faria e Scherre (2022) e Figueiredo (2023).

Scherre et al. (2000) analisam um *corpus* que é resultante de uma coleta de dados em eventos informais de língua falada de forma espontânea, eventos formais, eventos diversos transmitidos por programas de televisão e do *Talk book* de Lair Ribeiro. Esse *corpus* contém dados de língua oral e de língua escrita.

No que se refere aos resultados deste estudo, observou-se que nos eventos informais orais, contexto de diálogo, houve a predominância da expressão do imperativo verbal na forma do indicativo. Já em relação à segunda pessoa do plural, notou-se que a expressão do imperativo verbal na forma do subjuntivo teve maior frequência. As autoras chamam a atenção para a presença do clítico depois do verbo neste último caso. Scherre et al. (2000), a respeito desse resultado, discutem que a presença do clítico nessa posição garante uma leitura imperativa.

Na sequência, as autoras discorrem que os verbos monossílabos favorecem a expressão do imperativo na forma do indicativo; já os verbos polissílabos favorecem a expressão do imperativo na forma do subjuntivo. Sobre a extensão fonológica dos verbos regulares da primeira conjugação com vogal [+ aberta], os resultados demonstram que os verbos com a vogal [+ aberta] favorecem a expressão do imperativo na forma do indicativo e os verbos com a vogal [- aberta] favorecem a expressão do imperativo na forma do subjuntivo.

Acerca desses resultados, Scherre et al. (2000) argumentam que nesse contexto ocorre o processo de assimilação vocálica, como se pode verificar no exemplo “procure ou use” (Scherre et al., 2000, p. 9). As vogais antecedentes possuem o traço [- aberto] favorecendo a vogal seguinte com o mesmo traço. Destaca-se que Scherre (1998) já trabalhava com essa variável em suas pesquisas, ao considerar o conhecido paralelismo linguístico.

O imperativo verbal alterna entre as formas indicativa (*fala/deixa/vem*) e subjuntiva (*fale/deixe/venha*) (Scherre et al. 2000). Segundo Scherre (2008) e Scherre et al. (2007), essa variação é caracterizada como dialetal e com uma delimitação geográfica explícita: as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste são favoráveis à expressão do imperativo verbal na forma do indicativo e a Região Nordeste é favorável à expressão do imperativo verbal na forma do subjuntivo.

Cardoso (2004) analisou a variação do emprego da expressão do imperativo verbal em textos escritos do escritor goiano José J. Veiga. O objetivo da pesquisa foi a marcação dos paradigmas verbais. O resultado geral mostrou que os dados favorecem o imperativo na forma do subjuntivo. Em relação ao aspecto linguístico marcação do paradigma verbal, percebe-se que os paradigmas mais marcados favorecem o imperativo na forma do indicativo e o paradigma verbal menos marcado (1ª conjugação) desfavorece o imperativo na forma do indicativo. No que diz respeito ao resultado, Cardoso (2004) assevera que parece haver uma contradição nos dados, visto que a tendência é o paradigma menos marcado favorecer o imperativo na forma do indicativo. A autora argumenta que nos textos de José J. Veiga a forma menos marcada é a do subjuntivo,

Jesus (2006) dedicou-se a estudar a expressão do imperativo verbal na novela *Senhora do Destino*, com o propósito de verificar os estereótipos linguísticos em relação à comunidade de fala do Nordeste representada na novela, tendo como foco a personagem pernambucana Maria do Carmo. O *corpus* é composto por 40 capítulos da novela e por entrevistas dos projetos Núcleo de Estudos Linguísticos da Fala e da Escrita (NELFE) e Norma Urbana Culta de Recife. Segundo Jesus (2006), os dados que se referem à novela favorecem o imperativo na forma do

indicativo. A personagem Maria do Carmo desfavorece o emprego do imperativo na forma do indicativo com percentual de 18% e os personagens cariocas apresentaram percentual de 87%. Com relação aos dados da fala de Recife, nota-se que favorecem levemente o imperativo na forma do indicativo, com percentual de 51%. Em relação ao resultado geral desse estudo, Jesus (2006) afirma que a fala da personagem Maria do Carmo reflete a fala das pessoas menos escolarizadas de Pernambuco e não reflete a fala nordestina. Segundo Jesus (2006), não há estereótipo na fala da personagem Maria do Carmo, entretanto é notável o estereótipo com a identidade nordestina, visto que análises em comunidades de fala de Recife e Salvador demonstraram que os falantes com mais escolaridade e os mais jovens tendem a se afastar da norma local.

Sobre as características do imperativo verbal, Scherre et al. (2007) descrevem que o imperativo é empregado para manifestar um pedido, solicitação, ordem, súplica, convite, aviso, conselho, sugestão e exortação. Na estrutura da sentença, a oração é sem sujeito evidente. Em relação à estrutura da sentença, pode ter relação com o contexto do pronome utilizado, *tu* ou *você* (Scherre et al., 2000). Conforme Scherre et al. (2007), o uso da expressão do imperativo verbal no PB contemporâneo distancia-se das prescrições das gramáticas tradicionais, pois há variação nesse modo verbal entre as formas já mencionadas e essa variação ocorre no contexto da segunda pessoa do singular.

Andrade, Melo e Scherre (2007) analisaram a variação da expressão do imperativo verbal em tempo real, com intervalo temporal de 35 anos, e o *corpus* é constituído por revistas em quadrinhos da Turma da Mônica. Observando os resultados, as autoras constataram o aumento significativo do imperativo na forma do indicativo ao longo dos anos e discutem a possibilidade de uma mudança em progresso. De acordo com as autoras, “observamos um comportamento quase linear nas décadas de 80 e 90, mas definitivamente gradual progressivo em relação ao crescimento do imperativo associado à forma indicativa ao longo dessas quatro décadas” (Andrade; Melo; Scherre, 2007, p. 2).

Acerca dessa predominância do imperativo na forma do indicativo, Andrade, Melo e Scherre (2007) discutem sobre a hipótese de que o período da ditadura militar brasileira poderia ter influenciado nessa escolha da população de forma inconsciente, pois, com o fim do regime militar, a população refutou as formas de expressões que aludem ao autoritarismo (a expressão do imperativo verbal na forma do subjuntivo), tendo em vista que essa seria uma explicação para ascendência do imperativo na forma do indicativo, contudo pesquisas têm demonstrado que o fenômeno em foco tem variação diatópica.

O estudo desenvolvido por Cardoso (2009) é de cunho comparativo e teve como objeto de estudo a variação da expressão do imperativo verbal. O *corpus* foi constituído por entrevistas dos projetos Português Oral Culto de Fortaleza (PORCUFORT), Dialetos Sociais Cearenses (DSC) e por uma comunidade de fala composta por falantes oriundos de Fortaleza-CE que residem no Distrito Federal (DF). Os resultados demonstram que os dados de Fortaleza desfavorecem o imperativo na forma indicativa, com percentual de 34% das ocorrências no PORCUFORT e 44% das ocorrências nos DSC. Já a comunidade de fala do DF favorece o uso do imperativo na forma indicativa com percentual de 90%. Com relação aos resultados obtidos nessa pesquisa, Cardoso (2009) constata que o migrante fortalezense, ao chegar ao DF, assimila a forma predominante naquela localidade. A autora supõe que essa mudança ocorre devido à avaliação negativa que o vernáculo nordestino sofre nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país.

Evangelista (2010) analisa a expressão do imperativo verbal na cidade de Vitória, capital do estado Espírito Santo. O *corpus* é constituído por entrevistas do projeto Português Falado na Cidade de Vitória (PortVIX), da Universidade Federal do Espírito Santo, propagandas e títulos de colunas de dois jornais impressos locais, tirinhas de Marly e fala da mídia televisiva em dois programas locais. Os dados do vernáculo favorecem o imperativo na forma do indicativo de forma semicategórica, com o percentual de 97% das ocorrências. Com relação ao *corpus* constituído por dados escritos, os dados foram classificados em dois grupos: o primeiro, escrita sem diálogo, favorece o imperativo na forma do subjuntivo; já o segundo grupo, escrita com diálogo, favorece o imperativo na forma do indicativo. Os telejornais também favorecem o imperativo na forma do indicativo. Segundo Evangelista (2010), as variáveis significativas foram: a negação pré-verbal, o paradigma verbal, o papel das âncoras discursivas na escrita em formato de diálogo e a importância da presença do diálogo nos dados da mídia televisiva.

No estudo realizado por Cardoso e Scherre (2011) realizou-se uma análise comparativa da variação do imperativo verbal com o propósito de demonstrar as influências das variáveis ‘gênero’ e ‘identidade do falante’, observando duas comunidades de falas diferentes: a primeira, de Fortaleza-CE; e a segunda são informantes que se mudaram de Fortaleza-CE para o Distrito Federal. O *corpus* é constituído por amostras do Português Oral Culto de Fortaleza (PORCUFORT) e dos Dialetos Sociais Cearenses (DSC) e de informantes fortalezenses que residem no DF. Acerca dos fatores linguísticos analisados, os resultados demonstraram que no *corpus* do PORCUFORT não houve variação de gênero, já nos DSC os homens favorecem o

imperativo na forma do indicativo e no grupo de informantes do DF as mulheres favorecem o emprego do imperativo na forma do indicativo.

Segundo Cardoso e Scherre (2011), as mulheres favorecem as formas menos marcadas da região. Com relação ao grupo de informantes do DF, observou-se que as mulheres favorecem o imperativo na forma do indicativo e os homens também favorecem, no entanto há uma queda no peso relativo. Para uma melhor compreensão da variação do imperativo nesse estudo, Cardoso e Scherre (2011) observaram o tempo de residência dos informantes fortalezenses no DF e os resultados demonstraram que há influência dos traços do vernáculo de Fortaleza na família que mantém fortes laços com os familiares que residem lá.

Quanto à variável ‘identidade’, as autoras conceituam como traço de [+], [-] e [+/-] a identificação com a Grande Brasília. Os resultados evidenciaram que os falantes com o traço de [+] identificação com a Grande Brasília favorecem o imperativo na forma do indicativo e os falantes com traço de [-] identificação desfavorecem o emprego do imperativo na forma do indicativo. Cardoso e Scherre (2011) discutem que as variáveis ‘gênero’ e ‘identidade’ são importantes para compreender a variação do imperativo verbal, pois essas variáveis evidenciam um processo de mudança linguística em grupos de falantes que se deslocam para outras regiões.

Santos (2016) realizou um estudo comparativo sobre a expressão do imperativo verbal em comunidades de fala do Estado da Bahia: comunidades afro-brasileiras (Helvécia, Cinzento, Sapé e Rio das Contas), dois municípios do interior do Estado (Santo Antônio de Jesus e Poções) e alguns bairros de Salvador (Itapuã, Cajazeiras, Plataforma e Liberdade), capital do Estado, e o município de Lauro de Freitas, na região metropolitana. Segundo Santos (2016), os dados indicam que Salvador favorece o emprego do imperativo na forma do subjuntivo, as duas localidades do interior desfavorecem o imperativo na forma do subjuntivo e as comunidades afro-brasileiras também desfavorecem o imperativo na forma do subjuntivo.

Acerca do resultado para comunidades afro-brasileiras e as localidades do interior, os dados indicam que o imperativo na forma do subjuntivo está sendo assimilado pelos falantes mais jovens e mais escolarizados. Segundo Santos (2016), a influência da urbanização está corroborando esse processo de mudança. Em relação ao resultado de Salvador e Lauro de Freitas, percebe-se que o imperativo na forma do subjuntivo é a forma favorecida pelos falantes do sexo feminino e pelos mais jovens. A variável ‘comunidade’ foi significativa para as duas amostras, ratificando a noção da dimensão dialetal da expressão do imperativo.

Oliveira (2017) analisou a expressão do imperativo verbal nas capitais da Região Nordeste a partir de dados do Projeto ALiB. Foram coletados dados de 72 informantes das

comunidades de fala de São Luís-MA, Teresina-PI, Fortaleza-CE, Natal-RN, João Pessoa-PB, Recife-PE, Maceió-AL, Aracaju-SE e Salvador-BA. Observando o resultado geral, nota-se que a Região Nordeste desfavorece o imperativo na forma do indicativo. Em relação à variável ‘localidade’, constatou-se que sete capitais favorecem o imperativo na forma subjuntiva, com exceção de São Luís e Fortaleza. A pesquisa desenvolvida por Oliveira (2017) corrobora os estudos de Sampaio (2001), Jesus (2006) Alves (2010) e Santos (2016), que afirmam que a Região Nordeste favorece o imperativo na forma do subjuntivo. A autora ressalta que o fenômeno é condicionado pela variação geográfica e evidencia que as variáveis que condicionam o imperativo na forma do subjuntivo nesse estudo foram: variável social ‘escolaridade’ e variáveis linguísticas ‘polaridade de estrutura’ e ‘paradigma verbal’.

Souza (2019) analisou a variação na expressão do imperativo verbal em migrantes baianos em São Paulo e na comunidade de fala de falantes baianos que residem no município de Feira de Santana-BA. A proposta desse estudo aproxima-se da de Cardoso e Scherre (2011). Os resultados encontrados por Souza (2019) revelam que os falantes migrantes assimilam os traços linguísticos da comunidade atual, São Paulo, favorecendo o imperativo na forma do indicativo, resultado semelhante ao encontrado por Cardoso e Scherre (2011) no fator extralinguístico ‘identidade’. Já os dados de Feira de Santana demonstram que a comunidade de fala favorece o emprego do imperativo na forma do subjuntivo.

No estudo de Figueiredo (2023), realizou-se uma análise de produção e percepção da expressão do imperativo verbal em duas comunidades de falas distintas localizadas nos municípios de Feira de Santana-BA e Campinas-SP. O *corpus* é extraído do experimento de produção que teve a participação de 72 informantes, 36 de cada localidade. A cada informante foram apresentadas ilustrações, questionando-se o que ele faria naquela situação. Para o teste de percepção, foram selecionados dois informantes dentre os 72 de cada localidade, totalizando quatro informantes. Esses informantes realizaram gravações que tinham como finalidade coletar dados que se aproximassem do vernáculo. O resultado geral demonstrou que Feira de Santana favorece o imperativo na forma do subjuntivo, com percentual de 53% dos dados. A autora evidencia uma mudança em progresso, posto que a faixa etária I favorece o imperativo na forma do indicativo, os menos escolarizados favorecem o imperativo na forma do indicativo, as variáveis linguísticas que favorecem o imperativo na forma do indicativo são ‘situação comunicativa’ e ‘saliência do verbo’.

Em relação a Campinas, o processo da mudança já está avançado, pois o imperativo na forma do indicativo predomina, com percentual de 81% das ocorrências. Os informantes mais

escolarizados favorecem o imperativo na forma do indicativo, confirmando que os falantes cultos fazem uso das variantes que não são prescritas pelas gramáticas tradicionais. A variável que favorece o imperativo na forma do indicativo é a ‘situação comunicativa’.

Com o propósito de compreender melhor a distribuição geográfica apontada por Scherre et al. (2007), Oliveira (2023) realizou uma análise da expressão do imperativo verbal com dados do Projeto ALiB nas capitais brasileiras. Observando os resultados, verificou-se que as capitais das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte são favoráveis ao imperativo na forma do indicativo e na Região Nordeste as capitais são favoráveis ao imperativo na forma do subjuntivo. Ressalta-se que há exceções: na Região Nordeste, São Luís tem tendência ao emprego da expressão do imperativo verbal na forma do indicativo; na Região Norte, Porto Velho é favorável à expressão do imperativo verbal na forma do subjuntivo; e na Região Sul, Curitiba também foi favorável à expressão do imperativo verbal na forma do subjuntivo.

Nesse estudo da expressão do imperativo verbal nas capitais brasileiras, Oliveira (2023) analisou dados de 25 localidades: Macapá-AP, Boa Vista-PR, Manaus-AM, Belém-PA, Rio Branco-AC, Porto Velho-RO, São Luís-MA, Teresina-PI, Fortaleza-CE, Natal-RN, João Pessoa-PB, Recife-PE, Maceió-AL, Aracaju-SE, Salvador-BA, Cuiabá-MT, Campo Grande-MS, Goiânia-GO, Belo Horizonte-MG, São Paulo-SP, Vitória-ES, Rio de Janeiro-RJ, Curitiba-PR, Florianópolis-SC e Porto Alegre-RS. As capitais Palmas e Brasília, devido ao pouco tempo de formação, foram excluídas da rede de pontos do ALiB. O *corpus* é constituído de dados de 200 informantes. Os dados demonstram que as capitais brasileiras em sua maioria desfavorecem o imperativo na forma subjuntiva, com percentual de 35,2% das ocorrências. As capitais que favorecem o imperativo na forma subjuntiva são: Porto Velho-RO, Teresina-PI, Fortaleza-CE, Natal-RN, João Pessoa-PB, Recife-PE, Maceió-AL, Aracaju-SE, Salvador-BA e Curitiba-PR. De acordo com Oliveira (2023), as variáveis linguísticas ‘polaridade de estrutura’ e ‘paradigma verbal’ e as variáveis sociais ‘nível de escolaridade’ e ‘faixa etária’ apresentam correlação com a variação no imperativo verbal.

Os trabalhos aqui revisitados e referenciados analisaram dados de língua falada e os resultados encontrados apontam duas evidências: (i) o imperativo verbal é um fenômeno variável condicionado diatopicamente; e (ii) parece haver uma mudança em curso no sentido de a forma de indicativo substituir a forma de subjuntivo na expressão do imperativo verbal no PB. A seguir, apresentam-se trabalhos sobre o imperativo verbal que tiveram como *corpus* dados provenientes da língua escrita.

Scherre (2004) analisou a variação da expressão do imperativo verbal em diálogos de revistas em quadrinhos da Turma da Mônica, visando a discorrer sobre a relação entre norma e uso. Esse *corpus* foi de contexto exclusivo do pronome *você*. A autora discute os resultados das seguintes variáveis: “polaridade da estrutura; tipo, posição e pessoa dos pronomes; tipo de paradigma, de oposição verbal e paralelismo fônico; número de sílabas do verbo na forma infinitiva; presença de vocativo” (Scherre, 2004, p. 7).

Quanto ao aspecto linguístico ‘polaridade de estrutura’, os resultados demonstraram que as sentenças negativas desfavorecem o imperativo na forma indicativa em 31 pontos percentuais. De acordo com Scherre (2004), esse dado corrobora a prescrição gramatical normativa. Em relação ao fator linguístico ‘tipo, posição e pessoa dos pronomes’, constatou-se que o pronome na forma do caso reto apresentou um resultado quase categórico para o imperativo na forma do indicativo; na sequência, o pronome oblíquo depois do verbo e a terceira pessoa favorecem o imperativo na forma do subjuntivo.

Sobre o resultado dos pronomes oblíquos (*me, nos, os*) depois do verbo, Scherre (2004) discorre que remetem a configurações linguísticas que se referem a outro momento da língua portuguesa falada no Brasil. O pronome oblíquo (*me*) antes do verbo reflete um novo sistema de conjugação e, segundo a autora, o resultado do pronome do caso reto aponta para o português brasileiro falado atualmente.

O terceiro aspecto linguístico discutido foi o ‘tipo de paradigma verbal e oposição verbal’ (paralelismo fônico). Observando os resultados apresentados, nota-se que o paradigma irregular com menor saliência e menor marcação interna que resulta em formas menos marcadas (*dá/dê*) favorece o imperativo na forma do indicativo; o paradigma regular com menor saliência e menor marcação interna que resulta em formas menos marcadas (*espere/fale*)¹ também favorece o emprego do imperativo na forma do indicativo (Scherre, 2004).

Conforme Scherre (2004), o fator linguístico ‘vocativo na sentença’ pode influenciar na variação do imperativo verbal. Segundo a autora, a presença do vocativo assegura uma leitura imperativa que influencia a presença do imperativo na forma do indicativo; por consequência, a ausência do vocativo influencia o imperativo na forma do subjuntivo. Os dados demonstraram que a presença do vocativo favorece o emprego do imperativo na forma do indicativo.

Outro estudo com histórias em quadrinhos foi desenvolvido por Scherre (2008). O *corpus* foi constituído por revistas em quadrinhos da Turma da Mônica que foram escritas no início da década 1970 e no final da década de 1990. Os seguintes aspectos linguísticos são

¹ Exemplos meus.

discutidos nesse estudo: polaridade de estrutura, presença, tipo, localização e pessoas dos pronomes, papel do vocativo, número de sílabas do verbo na forma infinitiva, paradigma verbal, tipo de oposição entre as formas verbais e paralelismo fônico.

Em relação aos resultados obtidos nessa pesquisa, os dados demonstraram que o fator linguístico ‘polaridade de estrutura’ no início da década de 1970 não apresentou variação do imperativo verbal, no entanto na década de 1990, mesmo não favorecendo o emprego do imperativo na forma do indicativo nas estruturas negativas, houve uma baixa porcentagem dessas ocorrências. Com relação ao ‘tipo, localização e pessoas dos pronomes’, notou-se que no início da década de 1970 a frequência do imperativo na forma do indicativo é baixa, ocorrendo apenas em pronome reto depois do verbo.

Em contraste, na década de 1990, o pronome oblíquo (*me*) antes do verbo favorece o imperativo na forma do indicativo. Quanto ao aspecto linguístico ‘vocativo’, percebe-se que a presença do vocativo favorece o emprego do imperativo na forma do indicativo nas duas décadas. No que se refere ao fator linguístico ‘número de sílabas do verbo na forma infinitiva’, observou-se que no início década de 1970 os verbos dissílabos e monossílabos favoreceram o imperativo na forma do indicativo com baixas ocorrências; já na década de 1990 os verbos monossílabos apresentaram alta frequência e os dissílabos ficaram na segunda posição.

Por fim, no que se refere ao aspecto linguístico ‘tipo de oposição entre as formas verbais e paralelismo fônico’, os dados mostram que no início da década de 1970 os verbos do paradigma irregular 1 e 2, os verbos do paradigma regular da 1ª conjugação com vogal precedente [+ aberta] favoreceram o imperativo na forma do indicativo com baixa frequência. Na década de 1990, os verbos do paradigma irregular 1 e os verbos do paradigma regular da 1ª conjugação com vogal precedente [+ aberta] são os que mais favoreceram o imperativo na forma do indicativo. Observando esses resultados, constata-se que o imperativo na forma do indicativo tem maior predominância na década de 1990.

Alves (2010) desenvolve uma pesquisa sobre a variação da expressão do imperativo verbal com *corpus* constituído por revistas em quadrinhos de localidades diferentes, com o propósito de um estudo comparativo. A revista “Fala menino” representa o vernáculo da comunidade de fala da capital da Bahia e a revista “Xaxado” representa o vernáculo da comunidade de fala do interior do sertão baiano. Os dados analisados pelo autor demonstraram a predominância do modo imperativo associado ao subjuntivo. Conforme Alves (2010), os dados favorecem o imperativo na forma do subjuntivo com percentual de 76% das ocorrências e desfavorecem o imperativo na forma do indicativo. Em oposição, na revista “Xaxado”, os

dados indicam o favorecimento do imperativo na forma do indicativo com percentual de 71% das ocorrências e desfavorecem o imperativo na forma do subjuntivo. Sobre os resultados, Alves (2010) afirma que há contraste entre a capital do Estado e o interior em relação à variação da expressão do imperativo verbal.

Araújo, Lima e Claudino (2019) também analisaram a expressão do imperativo verbal em revistas de história em quadrinhos da Turma da Mônica e da Turma da Mônica Jovem. A proposta deste estudo foi comparar os dados das duas edições das revistas, que correspondem à escrita das décadas de 1980, 1990 e as duas décadas do século XXI. Foram analisados 1027 dados, em que se constatou que o imperativo na forma do indicativo apresentou alta frequência, com percentual de 77% das ocorrências. Verificou-se que a partir da década de 1980 o imperativo na forma do subjuntivo apresenta baixa frequência nos dados e no início do século XXI houve uma queda e ocorreu a predominância do imperativo na forma do indicativo.

Araújo, Lima e Claudino (2019) discutem que na revista da Turma da Mônica Jovem ocorreu um aumento significativo do imperativo na forma do indicativo, especificamente na década de 2010. Sobre os personagens, os dados mostram que na revista da Turma da Mônica Chico Bento e outros personagens da zona rural favorecem o imperativo na forma do indicativo. A revista da Turma da Mônica Jovem apresenta um comportamento semelhante e Chico Bento e Cascão são os que mais favorecem o imperativo na forma do indicativo. Esse resultado coincide com a discussão apresentada por Faria e Scherre (2022).

Araújo, Lima e Claudino (2019) defendem que esse crescimento do imperativo na forma do indicativo ocorreu devido a haver uma maior liberdade de expressão na atualidade, com o aumento da produção de textos escritos na Internet, uma vez que se trata de uma geração mais conectada. Outro ponto que justifica essa liberdade é a influência da cultura *pop*.

Outro estudo que tem como *corpus* as histórias em quadrinhos é o de Faria e Scherre (2022), no qual é analisada a expressão do imperativo na revista da Turma Mônica Jovem e Chico Bento Moço. As autoras discutem os seguintes fatores linguísticos: a polaridade de estrutura, o contexto pronominal e os personagens. Acerca do contexto pronominal, os resultados apresentados corroboram o estudo realizado por Scherre (2004), pois novamente a presença do clítico (*me*) antes do verbo favorece o emprego do imperativo na forma do indicativo; a presença do clítico (*se*) antes do verbo também favorece o imperativo na forma do indicativo.

O fator linguístico ‘polaridade de estrutura’ revela que nas orações com negação pós-verbal e com dupla negação predomina o imperativo na forma do indicativo de forma quase

categórica; já as orações com negação pré-verbal favorecem o emprego do imperativo na forma do indicativo. No que concerne às orações afirmativas, as que têm a presença do pronome *você* favorecem o imperativo na forma do indicativo nas histórias de Chico Bento Moço. As histórias da Turma da Mônica Jovem, de acordo Faria e Scherre (2022), são levemente favorecedoras do imperativo na forma do indicativo. E as orações afirmativas com pronomes possessivos (*seu/sua*) desfavorecem o imperativo na forma do indicativo nas duas revistas.

Com relação aos personagens, na revista do Chico Bento Moço, o personagem principal, que é Chico Bento, é o que favorece o imperativo na forma do indicativo com alta porcentagem. Na sequência, a personagem Rosinha apresenta um comportamento semelhante. Na revista da Turma da Mônica Jovem, o personagem que favorece o imperativo na forma do indicativo é o Cascão. A respeito desse resultado, Faria e Scherre (2022) discutem sobre o contraste entre a capital e o interior, que também é discutido por Alves (2010), Scherre (2012) e Santos (2016).

Faria e Scherre (2022) argumentam que a alta frequência do imperativo na forma do indicativo pode estar relacionada ao desenvolvimento da modernidade e ao avanço da tecnologia. Outra premissa para a alta frequência do imperativo na forma do indicativo nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste é que o imperativo na forma do subjuntivo remete ao autoritarismo, fato já mencionado anteriormente por Scherre et al. (2007).

Oliveira (2023) analisou a realização do imperativo verbal nas capitais brasileiras a partir de dados do Projeto ALiB. A autora registrou 64,8% da forma indicativa e 35,2% da forma subjuntiva. Especificamente sobre a Região Norte, em todas as capitais a forma de subjuntivo foi inibida, com exceção de Porto Velho-RO. Considerando a forma subjuntiva como regra de aplicação, foram constatados os seguintes pesos relativos para as capitais nortistas: Macapá-AP 0,483; Boa Vista-RR 0,344; Manaus-AM 0,385; Belém-PA 0,442, Rio Branco-AC 0,283; e Porto Velho-RO 0,625 (Oliveira, 2023, p. 238).

Após esta breve apresentação das pesquisas sobre a variação da expressão do imperativo no português brasileiro, percebe-se que a variação ocorre na fala e na escrita. Os estudos apontam para uma um recorte geográfico no país e verifica-se a necessidade de estudos na Região Norte do país, dado que Oliveira (2023) apresenta os resultados das capitais do Brasil, afirmando ser necessária a realização de estudos sobre os municípios do interior de cada região para que se possa ter uma melhor compreensão do fenômeno.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção apresenta-se uma revisão das correntes teóricas que embasam a pesquisa – Dialetologia (Cardoso, 2010; Thun, 2017; Romano, 2020) e Sociolinguística (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov, 2008 [1972]) –, uma vez que o fenômeno analisado apresenta a variação diatópica e sociolinguística.

3.1 A DIALETOLOGIA

Segundo Thun (2017), no final do século XVIII iniciam-se os estudos dialetológicos marcados com a produção dos primeiros mapas de línguas com o intuito de estabelecer fronteiras linguísticas. Este é considerado o primeiro marco do início dos estudos da dialetologia em nível global. Contudo Brandão (1991) argumenta que a dialetologia teve seu marco inicial na França em 1888, quando começou a integrar o currículo da École Pratique des Hautes Études.

A dialetologia é uma área da linguística que, de acordo com Ferreira e Cardoso (1994) e Cardoso (2010), se ocupa de conhecer e descrever a diversidade linguística, realizando a sua observação nos aspectos espacial, sociocultural e cronológico, com vistas a uma caracterização e descrição dos usos linguísticos. Ainda segundo Cardoso (2010), a dialetologia tem duas vertentes: a primeira tem uma concepção diatópica e a segunda dá ênfase aos estudos sociolinguísticos para fundamentar os estudos dialetais.

Segundo Cardoso (2010), “a pesquisa dialetal é, por excelência, uma investigação de cunho horizontal, ou seja, busca-se uma fotografia da realidade nos espaços geográficos [...]” (Cardoso, 2010, p. 92). A autora reforça que a dialetologia tem como propósito demonstrar por meio dessa fotografia as relações entre as modalidades de uso de um vernáculo em específico, ou de vários vernáculos. Em outras palavras, a dialetologia objetiva visualizar as variações linguísticas existentes em determinada localidade.

Para obter essa fotografia da realidade linguística de uma região, é realizada a pesquisa dialetal. Para obter os resultados desejados, os pesquisadores elaboraram métodos para coletar e formar o melhor *corpus* possível para o respectivo estudo. De acordo com Ferreira e Cardoso (1994) e Cardoso (1999; 2010), a metodologia proposta para a análise dos dados na interpretação da dialetologia baseia-se em um tripé: a localidade sobre a qual será desenvolvida a pesquisa, os informantes e o questionário com as perguntas.

Conforme Cardoso (2010), os estudos iniciais que são embasados na dialetologia usando uma metodologia específica tiveram seu início no século XIX, inicialmente em países europeus e depois expandiram-se para outros países. Será apresentado de forma breve um pouco da história dos estudos da dialetologia em contexto mundial. Como já foi mencionado no começo desta seção, segundo Thun (2017), o ponto inicial da dialetologia originou-se com a produção dos mapas de línguas, depois tem a produção do que se acredita ser o primeiro mapa linguístico, que pode ser encontrado em um dos cinco volumes do *Idea dell'Universo*, de autoria de Hervàs (1784). Ele produziu uma investigação sobre línguas dividindo-as em grupos. Sobre essa produção, Thun (2017) argumenta que se julga que Hervàs (1784) tinha como propósito um mapa linguístico supranacional. Este é o resumo da primeira fase dos estudos dialetológicos.

De acordo com Thun (2017), no século XIX instituiu-se a segunda fase, com a produção de atlas linguísticos. Nesse período ocorre o início da produção de atlas monodimensionais que tratam da língua falada e tinham como objetivo mostrar as mudanças fonéticas. Os pesquisadores que marcam o início dessa produção são Wenker e Gilliéron. Gilliéron juntamente com Edmont são os responsáveis pela criação dos atlas micro e macroespaciais. Para Thun (2017), destacam-se as seguintes produções dessa segunda fase: o *Atlas Ethnographique du Globe* (Balbi, 1826) e o *Atlas Linguistique de la France* (Gilliéron; Edmont, 1902-1910), ambos atlas fonéticos.

A terceira fase do percurso dos estudos dialetológicos inicia-se no século XX, tendo como principal característica a produção de atlas pluridimensionais. Nessa fase ocorre a união da sociolinguística laboviana com a dialetologia. Para Thun (2017, p. 73), “[...] foi necessário o impulso para que a geolinguística monodimensional se tornasse pluridimensional”. Com a união dessas duas correntes surge a geossociolinguística, que tem como objetivo analisar as variações diatópicas buscando compreender quais são os fatores linguísticos e extralinguísticos que influenciam a escolha do falante. Dessa forma a geossociolinguística mostra as variações existentes naquela localidade e quais são os fatores que provocam as variações ou as mudanças linguísticas. Além disso, Brandão (1991) comenta que as teorias da dialetologia combinadas aos postulados da sociolinguística proporcionariam uma forma mais minuciosa para conhecer os mecanismos que possibilitam as mudanças linguísticas. Thun (2017) chama a atenção para o fato de que a união da dialetologia com a sociolinguística proporcionou a coleta de dados mais seguros.

Segundo Cardoso e Mota (2006), é criado um novo perfil para as pesquisas pluridimensionais. Sobre esse perfil, as autoras discorrem que “não basta saber **onde se fala**, é

preciso ir mais adiante, traçando o perfil de **quem fala**, o que poderá a vir a permitir responder-se às indagações do tipo **por que se fala**” (Cardoso; Mota, 2006, p. 86, grifos das autoras). Conforme as autoras discutem, ‘onde’, ‘quem’ e ‘por que’ se fala daquela maneira são três informações importantíssimas para a geossociolinguística, que se propõe a compreender as variações e as mudanças linguísticas analisando o uso real da língua.

Retornando as discussões sobre a terceira fase de forma geral, de acordo com Thun (2017), nesse período, a nível global, destaca-se a produção do *Linguistic Atlas of New England* (Kurath, 1939), o primeiro atlas a ter as variáveis sociais analisadas (faixa etária e grau de educação). O segundo destaque é para o atlas do Uruguai: *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay*. Neste último atlas foram incluídas as dimensões topoestática e topodinâmica e também foram inseridas as dimensões diastrática, diageracional, diassexual, diafásica, diarreferencial e dialingual. Segundo Thun (2017), o propósito dessa produção era apresentar os resultados dos contatos intra e interlinguísticos.

A quarta fase da dialetologia no contexto mundial, em conformidade com Thun (2017), compreende a inserção dos cálculos quantitativos. O autor ainda comenta sobre outro método que foi incluído durante a entrevista denominada ‘sugerência’, que consiste no seguinte: após o informante responder à pergunta, o entrevistador questiona se ele conhece outra forma, ou melhor, outro vocábulo que pode ser usado naquela situação ou para designar aquele objeto; podem também ser sugeridas pelo entrevistador formas que ainda não foram mencionadas e que são conhecidas nas localidades vizinhas. As respostas obtidas são registradas com os demais comentários e esse método auxilia o pesquisador a ter uma visão ampla sobre o fenômeno estudado.

Outro acréscimo foi a rede de comunicação, que se fundamenta na observação do movimento do informante no espaço geofísico. Conforme Thun (2017, p. 76), “pressupõe-se, nesse caso, que o movimento das pessoas no espaço geofísico, de suas redes de comunicação habituais em direção a outros grupos, leva a relações comunicativas que originam novas redes de comunicação”. Com esse método, é possível comparar os dados linguísticos entre grupos de informantes e observar, por exemplo, qual é o grupo da variante inovadora. A seguir, será apresentado de forma sucinta um pouco do percurso da dialetologia no Brasil.

3.1.1 A dialetologia no Brasil

Conforme os estudos realizados por Ferreira e Cardoso (1994), Cardoso (1999; 2010) e Mota e Cardoso (2006), o primeiro estudo sobre o português do Brasil caracterizado como dialetal é de autoria de Domingos Borges de Barros, que escreveu um capítulo nomeado “*Les différences que le dialecte brésilien pourrait présenter, comparé à la langue du Portugal*”, que faz parte do livro intitulado *Introduction à l’atlas ethnographique du globe* (Balbi, 1826). Nesse capítulo, é realizada uma descrição da língua falada no Brasil e o autor aponta algumas características próprias do PB, como, por exemplo, palavras novas e empréstimos das línguas indígenas que não existiam no português de Portugal.

Esse estudo é considerado o ponto de partida para os estudos dialetais no Brasil. Para uma melhor compreensão do percurso da dialetologia no Brasil, Ferreira e Cardoso (1994) e Cardoso (1999) fazem uma periodização da história desses estudos. Cardoso (1999) ressalta que essa proposta já havia sido realizada por Antenor Nascentes, mas foi reelaborada e segmentada em três fases que serão apresentadas de forma breve.

De acordo com Ferreira e Cardoso (1994) e Cardoso (1999), a primeira fase inicia-se em 1826 e estende-se até 1920, sendo caracterizada pela elaboração de trabalhos que tinham como objeto de estudo o léxico do português brasileiro e são resultados dessas produções os dicionários, como, por exemplo:

- *Dicionário da língua brasileira*, 1832, de Luís Maria Silva Pinto;
- *Estudos lexicográficos do dialeto brasileiro sobre algumas palavras africanas introduzidas no português que se fala no Brasil*, 1880, de Antônio Joaquim de Macedo Soares, publicado no tomo IV da Revista Brasileira;
- *O tupi na geografia nacional*, 1901, de Theodoro Sampaio, que apresenta aspectos da contribuição das línguas ao português do Brasil (Ferreira; Cardoso, 1994, p. 38).

Essas são algumas das obras que compõem o acervo da primeira fase. Pelos títulos, percebe-se a efetivação ou a realização das fotografias linguísticas que Cardoso (2010) propõe. Em meio a todas essas produções, Ferreira e Cardoso (1994) destacam um estudo de cunho gramatical, que é *O idioma hodierno de Portugal comparado com o do Brasil*, de José Jorge Paranhos da Silva (1879), obra em que o autor apresenta alguns aspectos da variação do português brasileiro *versus* o português de Portugal. De acordo com Cardoso (2010), o autor estuda na parte I a pronúncia dos vocábulos, fazendo um contraponto entre as duas línguas e

demonstrando as variedades de uso nesses países. Cardoso (2010) relata que em outra parte do estudo o autor retoma a análise sobre as questões do léxico e da morfossintaxe.

A segunda fase tem início em 1920 e dura até 1952. Tem como marco inicial a publicação de *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral, obra que se destaca nessa fase. Segundo Cardoso (2010), os trabalhos monográficos crescem, os estudos gramaticais começam a ganhar espaço, trabalhando com fenômenos do campo fonético/fonológico e morfossintático, e os estudos lexicais são ainda mais numerosos.

Ferreira e Cardoso (1994) apontam outros estudos que merecem visibilidade e os classificam em quatro grupos: grupo 1 – os estudos sobre o léxico e glossários regionais; grupo 2 – os estudos que discutem o português do Brasil em uma concepção ampla e globalizante; grupo 3 – as obras de cunho regional, em especial de uma determinada área geográfica e com fenômenos específicos; grupo 4 – os estudos específicos sobre a contribuição africana.

Cardoso (1999; 2010) sinaliza que nessa fase desperta-se a preocupação com a metodologia utilizada para a coleta dos dados, pensando na questão do observador, pois havia a necessidade de que o mesmo fosse imparcial, paciente e metódico. Nota-se o cuidado das pesquisas dialetais com a veracidade de seus resultados. Segundo Ferreira e Cardoso (1994) e Cardoso (1999), o pesquisador Antenor Nascentes destacou-se nessa fase, com a publicação da obra *O linguajar carioca em 1922*. O trabalho de Nascentes teve como resultados contribuições importantes para o campo da dialetologia e apresentou a primeira proposta de divisão dialetal do Brasil.

Outro autor de destaque dessa fase é Serafim da Silva Neto, devido à publicação dos estudos intitulados “Diferenciação e unificação do português” e “Capítulos da história da língua portuguesa falada no Brasil”, que foram publicados no livro *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Cardoso (2010) aponta um estudo também importante para o período, o de Mário Marroquim, intitulado *A língua do Nordeste*, publicado em 1934.

A terceira fase, conforme Ferreira e Cardoso (1994) e Cardoso (1999), é caracterizada pelo desenvolvimento de pesquisas ancoradas em *corpora* que foram construídos de forma sistemática. Nessa fase também são implementados os estudos de geografia linguística e ocorre a assinatura do Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, que determinou a elaboração do atlas linguístico do Brasil, marco da terceira fase.

Ferreira e Cardoso (1994) destacam nessa fase os pesquisadores que contribuíram de forma significativa na implementação dos estudos de geografia linguística: Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Nelson Rossi. Segundo Ferreira e Cardoso (1994) e

Cardoso (1999; 2010), a terceira fase é o marco da consolidação dos estudos geolinguísticos, com a publicação do primeiro atlas linguístico no Brasil, o *Atlas prévio dos falares baianos* (Rossi, 1963).

Mota e Cardoso (2006) propõem uma quarta fase, iniciada em 1996, com a retomada da ideia de um atlas nacional, com a criação do Projeto ALiB. Segundo Cardoso (2010), essa proposta está embasada na seguinte questão: com a implementação, na década de 1960, da sociolinguística, os estudos dialetais desligam-se da visão tradicional e a dialetologia passa a ser pluridimensional.

Teles (2018) propõe uma quinta fase, iniciada em 2014, com a publicação dos volumes 1 e 2 do ALiB. Na próxima subseção apresenta-se de forma mais detalhada a trajetória dos estudos geolinguísticos no Brasil.

3.1.2 A geolinguística no Brasil

Inicia-se esta subseção com a distinção entre a dialetologia e a geolinguística: a primeira é uma corrente teórica e a segunda é o método aplicado pela dialetologia, conforme apontam as autoras Cardoso (2010) e Teles (2018). De acordo com Cardoso (2010, p. 198), pode-se definir geolinguística como: “GEOLINGUÍSTICA: o mesmo que geografia linguística”. E a autora também apresenta a definição de geografia linguística: “GEOGRAFIA LINGUÍSTICA: método de que se utiliza a dialetologia para localizar espacialmente as variações das línguas umas em relação às outras, podendo situar socioculturalmente cada um dos falantes considerados” (Cardoso, 2010, p. 198). Essas definições são encontradas no glossário elaborado pela autora, demonstrando de forma clara que a geolinguística é um método.

Segundo Aragão (2006), Cardoso e Mota (2013) e Romano (2013; 2020), o marco inicial da geolinguística no Brasil é a publicação do *Atlas prévio dos falares baianos* (Rossi, 1963). Nessa etapa, com a aplicação do método da geolinguística, começa a produção dos atlas estaduais. De acordo com Cardoso (2010), a produção inicia-se com os atlas regionais devido às dificuldades encontradas para a elaboração de um atlas nacional: a extensão territorial do país e a precariedade das vias de comunicação. A seguir apresenta-se uma síntese sobre os atlas publicados.

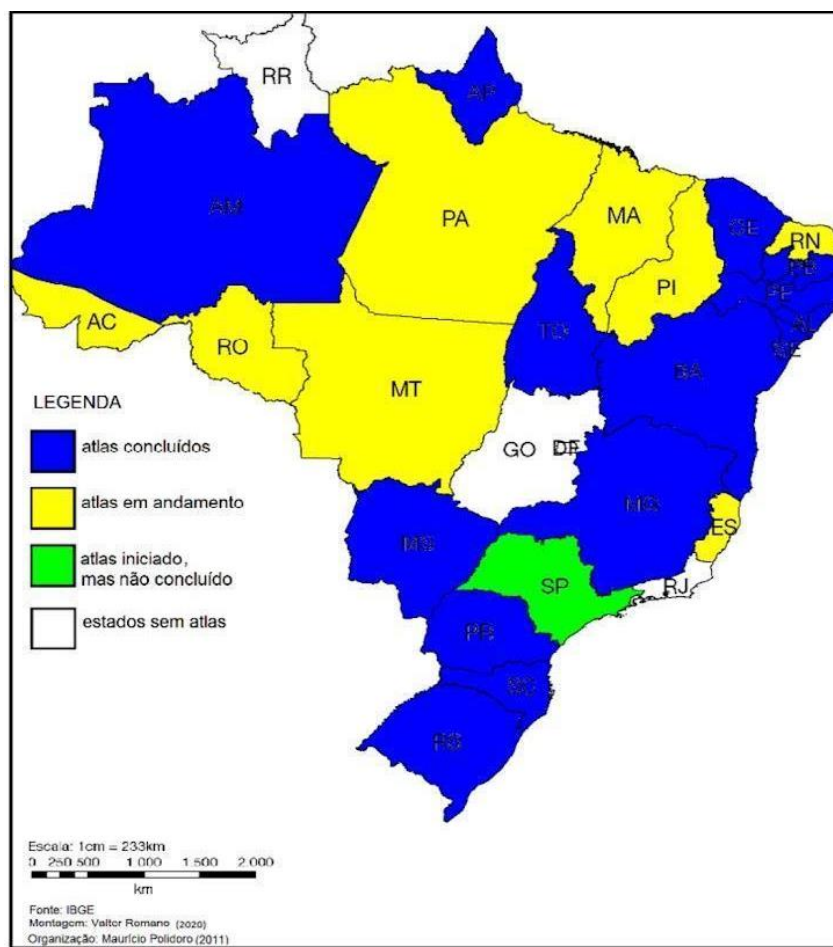
De acordo com Romano (2013; 2020), a primeira fase de publicação dos atlas é composta por cinco produções, que são: *Atlas prévio dos falares baianos* (Rossi, 1963); *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais* (Ribeiro et al., 1977); *Atlas linguístico da Paraíba*

(Aragão; Menezes, 1984); *Atlas linguístico de Sergipe* (Ferreira et al., 1987); e *Atlas linguístico do Paraná* (Aguilera, 1994). O atlas de Sergipe teve os dados coletados logo após o atlas da Bahia, contudo não houve verba para realizar a publicação, que ocorreu posteriormente.

Segundo Romano (2013; 2020), o critério utilizado para fazer essa divisão foi considerar os atlas publicados até o ano de 1996, porém o autor aponta que há outros atlas que foram publicados posteriormente a esse período utilizando a mesma metodologia. Assim, o autor inclui mais quatro atlas na fase inicial: o *Atlas linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil* (Koch; Klassmann; Altenhofen, 2002), o *Atlas lingüístico de Sergipe II* (Cardoso, 2005), o *Atlas lingüístico do Paraná II* (Altino, 2007) e o *Atlas linguístico do Estado do Ceará* (Bessa, 2010).

Conforme Romano (2013; 2020), o marco divisório das publicações dos atlas é o início das atividades do Projeto ALiB, pois após o ALiB as produções começam a adotar a metodologia pluridimensional, que tem como propósito acrescentar à dimensão diatópica variáveis diversas, com um refinamento metodológico. A característica principal do segundo momento é a pluridimensionalidade, além da produção dos atlas de pequeno domínio. Segundo Romano (2020), atualmente há 14 estados com os atlas linguísticos concluídos: “Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Tocantins, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Amapá e Amazonas” (Romano, 2020, p. 17).

Ainda de acordo com Romano (2020), há atlas em andamento referentes a oito estados: “Acre, Rondônia, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Piauí e Espírito Santo” (Romano, 2020, p. 17). Em uma imagem do mapa do Brasil, Romano (2020) fornece uma visão geral sobre os atlas linguísticos já publicados, em andamento, iniciados e que ainda não foram concluídos e os estados sem atlas, como podemos observar na Figura 1, a seguir.

Figura 1: Situação dos atlas estaduais brasileiros

Fonte: Romano (2020, p. 16).

Observando a Figura 1, percebe-se que apenas três estados não tinham atlas linguístico em nível estadual e o Estado de São Paulo estava em processo de produção. Sobre os atlas de pequeno domínio, Romano (2013; 2020) menciona que descrevem determinada comunidade de fala em seus aspectos léxico-semântico, fonético-fonológico e morfossintático, utilizando os procedimentos metodológicos que são propostos pelo ALiB. Ainda de acordo com o autor, esses atlas são frutos de pesquisas de dissertações de mestrado, teses de doutorado, monografias de especialização, projetos de pós-doutorado, trabalhos de conclusão de curso e projetos de iniciação científica. O autor ressalta que os estudos da geolinguística não estão mais restritos aos limites geopolíticos, mas avançaram para questões que influenciam o processo de variação em pequenos municípios. Na subseção seguinte são apresentadas algumas discussões no âmbito da sociolinguística.

3.2 A SOCIOLINGUÍSTICA

Nesta subseção apresenta-se um breve histórico dos estudos sociolinguísticos e o conceito da sociolinguística. De acordo com Camacho (2013), antes do surgimento da sociolinguística, o sistema linguístico era considerado homogêneo e os estudos não consideravam o lado social da língua. Os principais nomes desse período são Saussure (2006 [1916]) e Chomsky (1957). Esse cenário muda após uma conferência com 25 pesquisadores na Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Entre os pesquisadores que estavam presentes, Camacho (2013) destaca William Labov, Dell Hymes, John Gumperz, John Fisher e Charles Ferguson. Depois desta reunião, surge uma nova área de estudo denominada de sociolinguística.

Dando sequência à proposta inicial são apresentados alguns conceitos estabelecidos por estudiosos dessa área. Para Bright (1974 [1966]), os estudos da sociolinguística abordam a relação de covariação sistemática entre língua e sociedade; já segundo Camacho (2013), essa definição de Bright (1974 [1966]) é assertiva, porém uma conceitualização simples, pois Camacho (2013) afirma que nas últimas três décadas os estudos que são fundamentados na teoria sociolinguística abrangem uma variedade de assuntos.

De acordo com Tagliamonte (2006), a sociolinguística é uma área que tem como objeto de estudo a língua e os fatores sociais. A autora diz que a sociolinguística tem duas abordagens de pesquisa: a qualitativa – na qual estão inseridos os estudos que tratam da etnografia da comunicação, da análise do discurso, entre outras – e a quantitativa – na qual se inserem os estudos de variação e mudança linguística.

Esta pesquisa insere-se na segunda abordagem apontada por Tagliamonte (2006), que é denominada de sociolinguística variacionista, enfatizada no decorrer deste texto. A seguir, será apresentado um resumo sobre as três ondas da sociolinguística, para demonstrar qual é o propósito de cada corrente dessa linha de estudo.

Segundo Freitag, Martins e Tavares (2012), os estudos da sociolinguística podem ser classificados em três ondas, que não são definidas com base na cronologia, mas em suas características metodológicas. A primeira tem início com a pesquisa de Labov (2006 [1966]) sobre a estratificação do inglês na cidade de Nova Iorque. A primeira onda possibilitou a formação de base sólida para o estudo da variação e é caracterizada por uma metodologia fundamentada na correlação entre variáveis linguísticas e categorias socioeconômicas.

A segunda onda é marcada pela abordagem qualitativa e pela implementação de estudo etnográfico, dando ênfase ao vernáculo local da comunidade. Um trabalho que ilustra essa

segunda onda é o de Labov (1963) na ilha de Martha's Vineyard, em que ele relaciona fenômenos linguísticos à identidade local dos habitantes da ilha.

Na terceira onda, ocorre uma mudança no foco: da comunidade de fala para as comunidades de práticas. Para Freitag, Martins e Tavares (2012, p. 923), “a terceira onda, que se desenvolveu mais recentemente, centra o foco na variação vista não como o reflexo do lugar social num ponto da escala, mas como um recurso para a construção de significado social”. Os *corpora* constituídos na terceira onda têm por objetivo compreender uma perspectiva do cotidiano, observando como os falantes combinam as variáveis. Dessa forma é possível criar uma identidade.

Após esta breve apresentação sobre as ondas da sociolinguística será discutida de maneira detalhada a sociolinguística variacionista, cujo expoente é Labov (2008 [1972]), que estuda a análise da língua no contexto social, tendo como objeto de estudo a relação entre fatores sociais e a língua que falamos no cotidiano, que é o vernáculo, a língua espontânea. Freitag, Martins e Tavares (2012) apontam que um dos objetivos dessa corrente é obter resultados que podem ser generalizados a partir de uma metodologia confiável, necessariamente quantitativa.

Essa metodologia tem como objetivo realizar a coleta de dados por meio de uma observação do contexto social no qual o falante está inserido, pois, de acordo com Labov (2008 [1972]), o contexto social influencia a escolha das variantes e, analisando esse contexto, é possível encontrar uma explicação para esse condicionamento.

Outro aspecto que proporcionou o destaque dos estudos de Labov foi considerar o caráter heterogêneo da língua. Segundo Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), os sistemas linguísticos são variáveis. Essa variedade é fruto de combinações, alternâncias de subsistemas diferentes, no entanto estão todos disponíveis aos falantes, ou seja, a variação ocorre devido ao fato de o falante ter acesso a diversas possibilidades linguísticas.

De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 125), “a associação entre estrutura e homogeneidade é uma ilusão. A estrutura linguística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala”. Os autores ressaltam que a heterogeneidade linguística é ordenada e a variação e a mudança linguísticas são inerentes à língua, sendo consideradas com um produto cultural. A variação e a mudança ocorrem em todo o sistema e em todos os níveis linguísticos.

Para compreender como a variação se comporta no sistema linguístico, é necessário seguir as etapas da metodologia proposta por Labov (2008 [1972]). Inicia-se com a coleta dos dados, que, segundo o autor, deve ser feita por meio da entrevista gravada, individual, na qual

o falante deve se sentir confortável, pois desse modo será possível colher dados do vernáculo. E deve-se coletar uma boa quantidade de dados. Labov (2008 [1972]) indica que essa coleta também pode acontecer por meio de censos, questionários, relatórios etnográficos, entre outros métodos. O autor ressalta que é importante que esses meios reproduzam o uso real da língua.

No entanto Labov (2008 [1972]) alerta que é necessário ter cuidado durante a realização da entrevista para que não ocorra interferência nos resultados, é necessário deixar o informante à vontade, mesmo em uma situação de entrevista. Esse alerta ficou conhecido como o “paradoxo do observador”. Segundo o autor, esse problema parece não ter solução, dado que a entrevista gera um sentimento de constrangimento ao informante, por isso sugere que, para romper com esse paradoxo, o aconselhável é que se usem procedimentos que desviem a atenção, pois dessa forma será possível coletar dados do vernáculo, pois a finalidade da pesquisa é conhecer como os indivíduos falam quando não estão sendo observados, entretanto a forma de conseguir esses dados é por meio da observação formal.

Além dessa questão do paradoxo do observador há outros problemas, contudo esses devem ser verificados durante o processo da análise dos dados que foram obtidos na coleta. De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), o primeiro problema é o dos fatores condicionantes da variação e da mudança linguísticas. O pesquisador deve identificar o envelope da variação e levantar hipóteses sobre fatores linguísticos e sociais que podem interferir na escolha das variantes.

Há também o problema da transição, para o qual o pesquisador deve atentar. Esse problema diz respeito às mudanças intermediárias. Segundo Labov (2008 [1972]), trata-se de observar como uma mudança linguística evolui do estágio anterior para o atual; em outras palavras, qual fator auxiliou na mudança.

Na sequência há o problema de encaixamento, que aparentemente é simples. Esse problema é sobre como as mudanças linguísticas são encaixadas no sistema linguístico e no sistema social da comunidade. Para Labov (2008 [1972]), a solução desse problema está em encontrar as correlações entre as variáveis linguísticas e as variáveis sociais. Dessa forma o pesquisador verá que, por exemplo, uma mudança na variável independente é seguida de uma mudança na variável linguística e provavelmente na variável social.

O próximo problema é o da avaliação, que, de acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), relaciona-se a como as pessoas julgam ou avaliam uma mudança linguística, ainda que de forma inconsciente. O problema da avaliação diz respeito não somente a uma

pessoa, mas à aceitação da mudança linguística por um grupo e, posteriormente, pela comunidade.

Conforme Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), há o problema da implementação linguística. O pesquisador precisa buscar compreender por que determinadas mudanças linguísticas ocorrem em algumas línguas e em outras não. Então o propósito é entender o que provoca mudanças generalizadas e mudanças específicas num determinado período de tempo. Após esta breve apresentação sobre os problemas que necessitam ser observados e refletidos durante a construção da pesquisa e no processo da análise dos dados, segue uma discussão sobre a variação e a mudança linguísticas.

Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) afirmam que a mudança linguística não é um processo do acaso, mas, sim, originada pelo sistema linguístico e motivada por fatores linguísticos e socioculturais. Segundo Salomão (2011), visando a entender como esse processo se origina, a metodologia da sociolinguística variacionista tem como propósito compreender como o sistema linguístico é organizado e como ocorrem as variações e as mudanças linguísticas.

Conforme discutem Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), as variações linguísticas não necessariamente levarão a uma mudança linguística, mas toda mudança pressupõe uma variação anterior no sistema linguístico. Sobre o processo da mudança linguística, Labov (2008 [1972]) ressalta alguns pontos. O primeiro ponto é que as mudanças linguísticas originam-se em um subgrupo pequeno na comunidade, expandindo-se gradativamente para outros grupos até a sua implementação.

Outro ponto interessante, consoante com Labov (2008 [1972]), é que diferentes gerações sucessivas convivem dentro de um mesmo subgrupo reagindo à evolução da sociedade de forma instantânea. Esse fato possibilita o avanço da variante inovadora pela fala da geração mais nova, pois essa geração necessita ser aceita na sociedade e também impõe essa variante às gerações mais velhas pelo fenômeno denominado de hipercorreção vinda de baixo.

De acordo com Labov (2008 [1972]), quando a mudança linguística decorre de um grupo social com o status baixo há a tendência de os grupos com status social mais alto estigmatizar essa mudança ou variação, conceituando-a como uma forma errada ou pronúncia incorreta. Esses são alguns dos pontos evidenciados por Labov (2008 [1972]) sobre o processo de mudança linguística. Cabe ressaltar, entretanto, que o autor faz essas generalizações com base em estudos de variação/mudança sonora.

Labov (2008 [1972]) argumenta que a variação linguística nada mais é do que diferentes maneiras de falar. O autor complementa que a diversidade das variedades linguísticas ocorre devido às diferentes funções que as pessoas desempenham na sociedade. Assim, a variação linguística pode ser de origem regional, de classe social, de nível de escolaridade, de emprego, entre outras.

As formas encontradas pelo pesquisador em variação em uma determinada comunidade de fala recebem o nome de variantes linguísticas. Labov (2008 [1972]) discorre que as variantes são as diversas maneiras de falar sobre um mesmo objeto ou situação, e com o mesmo valor de verdade. Para ilustrar essa situação, apresenta-se o seguinte exemplo: no português brasileiro, o modo imperativo verbal encontra-se em variação na segunda pessoa do singular, cujas formas variam entre indicativo (*pega, faz, vem*) e subjuntivo (*pegue, faça, venha*). Nesse caso, a variável dependente é a alternância entre o indicativo e o subjuntivo, que é condicionada por variáveis linguísticas, como a polaridade da sentença e o paradigma verbal, e extralinguísticas, que são fatores externos ao sistema linguístico, como a faixa etária, o sexo e o nível de escolaridade.

Labov (2008 [1972]) apresenta ainda uma possível hierarquização das variantes. Há a variante padrão, que normalmente é encontrada nas gramáticas como a forma “correta”, considerada de prestígio e conservadora; e há a variante não-padrão, que é tida como “incorreta”, sendo geralmente estigmatizada pela sociedade.

Concluindo esta breve descrição da sociolinguística e seus conceitos, na sequência apresenta-se uma síntese da trajetória da sociolinguística nos estudos brasileiros.

3.2.1 A sociolinguística no Brasil

As pesquisas realizadas por Mollica e Roncaratti (2001) e Salomão (2011) apontam que os estudos sociolinguísticos se consolidaram no Brasil a partir de 1970, quando vários estudos foram desenvolvidos tendo como suporte teórico a sociolinguística. De acordo com Salomão (2011), essas pesquisas buscam descrever as variações do português brasileiro. Oliveira (2016) apresenta algumas dessas pesquisas, que foram realizadas em todos os níveis da língua.

Segundo Freitag, Martins e Tavares (2012), os pesquisadores da área buscaram constituir bancos de dados para a realização das pesquisas. Esses bancos de dados são fontes que servem para fazer a descrição do português brasileiro e foram formados por grupos de pesquisadores.

Os grupos de pesquisa resultaram em projetos, dentre os quais Oliveira (2016) destaca os pioneiros: NURC – Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta do Brasil (1969), Competências Básicas do Português (1977), PEUL – Programa de Estudos dos Usos da Língua (1980), Confluência Dialetal na Nova Capital Brasileira (1984), VARSUL – Variação Linguística Urbana da Região Sul (1989), VALPB – Variação Linguística na Paraíba (1994), Dialetos Sociais Cearenses (1996), LUAL – A Língua Usada em Alagoas (1997). Esses são alguns dos projetos brasileiros que têm como suporte teórico a sociolinguística. Oliveira (2016) chama atenção para o grupo de trabalho (GT) de Sociolinguística da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL), que é de grande dimensão e envolve quatro eixos: Descrição e Mapeamento Sociolinguístico do Português Brasileiro; Contato, Variação e Identidade; Sociolinguística e Ensino; e Interfaces Teórico-Metodológicas.

Oliveira (2016) salienta que até a data da realização desse estudo o Brasil tinha 59 cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Linguística, que têm como frutos dissertações e teses também na área da sociolinguística. Optou-se por apresentar aqui algumas das pesquisas relacionadas ao imperativo verbal, o qual é tema desta dissertação, apontadas por Oliveira (2016); Sampaio (2001); Lima (2005); Jesus (2006); Cardoso (2009); Rost-Snichelotto (2009); Evangelista (2010); Scherre et al. (2000; 2007; 2008); Scherre (2004); Faria e Scherre (2022). Esses estudos têm em comum o objeto de estudo e o aporte teórico-metodológico da sociolinguística variacionista e serão considerados para a análise dos dados desta dissertação.

Apresenta-se, a seguir, uma síntese de uma crítica reflexiva construída por Zilles e Faraco (2006), que, embora não atual, é válida. Os autores destacam o crescimento do número dos sociolinguistas e a repercussão das discussões sobre a linguagem e a sociedade, contudo ainda há um ensino fundamental e médio pautado em uma norma padrão e conservadora, focado nos conteúdos gramaticais. Sobre o ensino na graduação, de acordo com Zilles e Faraco (2006), são notáveis os esforços dos professores na disseminação dos conhecimentos linguísticos com reflexões críticas e argumentos teórico-empíricos, entretanto, segundo os autores, os resultados são pessimistas, pois muitos discentes concluem o curso e reproduzem o mesmo método de ensino tradicional da língua portuguesa.

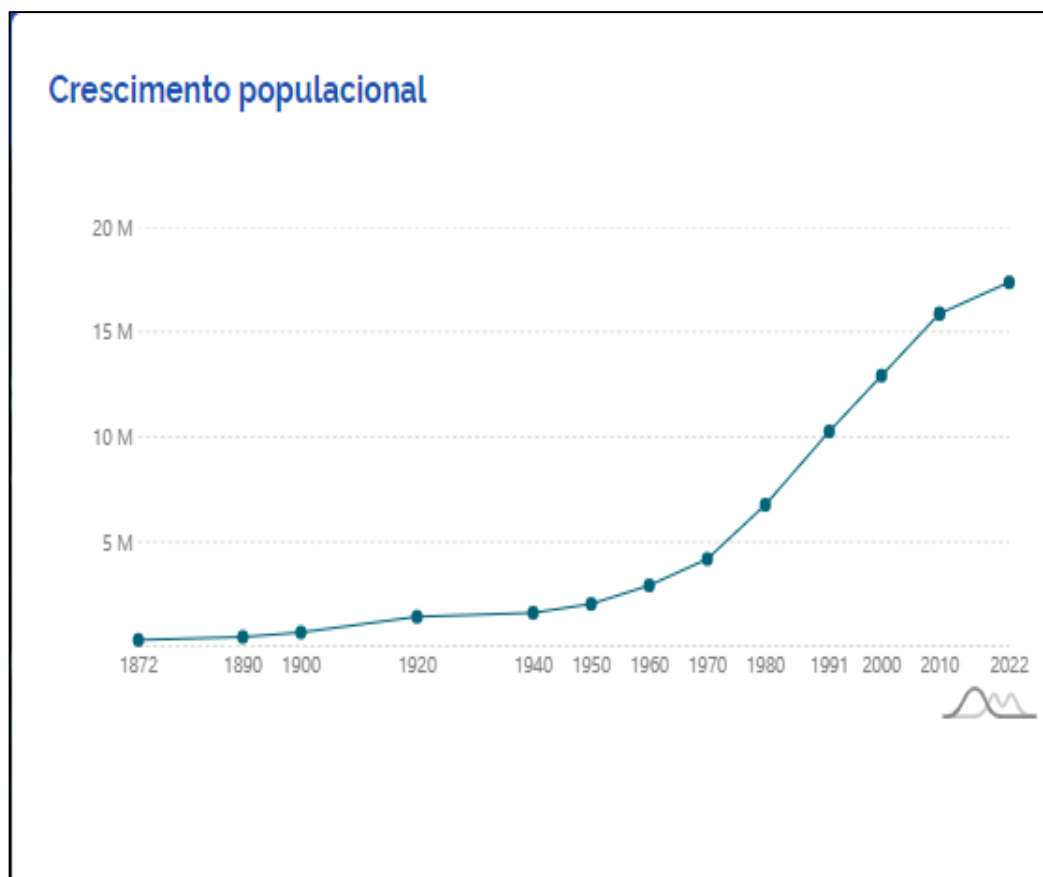
4 METODOLOGIA

Nesta seção apresentam-se os princípios metodológicos que foram utilizados na construção da pesquisa, que é fundamentada na sociolinguística variacionista (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov, 2008 [1972]) e na geolinguística pluridimensional (Cardoso, 2010; Thun, 2017; Romano, 2020), pois o *corpus* desta dissertação é composto por dados do Projeto ALiB. Apresenta-se o contexto sócio-histórico da Região Norte e dos municípios do interior que integram a rede de pontos do ALiB. Ressalta-se que a rede de pontos foi configurada a partir de critérios demográficos, históricos e culturais, levando em consideração a extensão de cada Estado/região e a natureza de seu povoamento na delimitação do número de pontos da área. São descritas também as variáveis controladas nesta pesquisa.

4.1 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA REGIÃO NORTE DO BRASIL

A Região Norte foi criada em 1969 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É formada por sete estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Faz fronteiras com a Região Nordeste (Maranhão, Piauí e Bahia) e com a Região Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso). Suas fronteiras internacionais são com os seguintes países: Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e a Guiana Francesa.

Segundo o IBGE (2022), a Região Norte forma a maior região territorial brasileira, com 3.850.593 km². Essa região também concentra a maior extensão territorial de floresta do país. De acordo com o último censo, atualmente tem 17.354.884 habitantes, sendo a quarta região mais populosa do país, com densidade demográfica de 4,51 habitantes por km², como se observa na Figura 2, a seguir:

Figura 2: Crescimento populacional da Região Norte do Brasil

Fonte: IBGE (2022).

Observando a Figura 2, nota-se que no século XX inicia-se o crescimento da população. Ao final desse século esse crescimento aumenta. Comparado às regiões Sudeste, Nordeste e Sul, percebe-se que esse crescimento é baixo; contudo a Região Centro-Oeste registrou um número populacional menor que a Região Norte no último censo. Essa informação é importante, pois, durante o período da colonização, os estados que são atualmente Rondônia e Tocantins pertenciam à Região Centro-Oeste. Após essas informações sobre a população, na sequência descreve-se brevemente a formação sócio-histórica da Região Norte e de seus respectivos estados.

Sobre o processo histórico, de acordo Casadei (1976), a região amazônica inicialmente não pertencia ao território brasileiro, pois, segundo o Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, essas terras estavam fora dos limites de Portugal; desta forma pertenciam aos espanhóis, que foram os primeiros a explorarem a região. No entanto, segundo a autora, esse fato não impediu os portugueses de fazerem expedições em direção à região.

A colonização da Região Norte aconteceu a partir do século XVII. As ocupações eram de cunho religioso e militar, visando à defesa territorial. De acordo com Casadei (1976), o povoamento da Região Norte ocorreu devido à expulsão dos holandeses da Capitania – que é o atual Estado do Maranhão. Em 1619, fundou-se a Vila do Grão, que atualmente é Belém, a capital do Estado do Pará. Esse é o marco do povoamento da Região Norte. Logo depois, fundou-se a Capitania do Cabo do Norte, que mais tarde se tornou o município de Macapá, que atualmente é a capital do Estado do Amapá.

Ainda sobre a formação territorial da Região Norte, consoante o IBGE, em sua edição aos 500 anos de povoamento do Brasil, o *Tratado de Utrecht* foi assinado entre Portugal e França para estabelecer limites entre a Guiana Francesa e Capitania do Cabo do Norte, que é a atual capital do Estado do Amapá. Casadei (1976) discorre que em 1750 foi assinado o *Tratado de Madri*, o qual deu a Portugal o direito de anexar a região amazônica ao território, tendo em vista que o *Tratado de Tordesilhas* tinha sido anulado. Em 1903, foi assinado o *Tratado Petrópolis* entre o Brasil e a Bolívia, no qual o Território do Acre foi incorporado à Região Norte. Ainda sob esse olhar de incorporação territorial, conforme Feitosa (2011), o estado que atualmente é o Tocantins pertencia ao Estado de Goiás e não à Região Norte durante o período da colonização. Após esta breve contextualização, será abordada a formação sócio-histórica dos estados que compõem a Região Norte².

4.1.1 Estado do Acre

Durante o período da colonização, o território que atualmente corresponde ao Estado do Acre não pertencia ao Brasil, como já dito anteriormente. Os povos originários eram os que habitavam esse território. Os historiadores datam que a partir de 1877 iniciou-se o processo de ocupação por migrantes nordestinos devido à exploração de látex.

O ciclo da borracha contribui com o povoamento de diversos estados da Região Norte, tendo em vista que houve uma onda migratória para a região em busca de riqueza. Conforme Casadei (1976), muitos desses migrantes eram da atual Região Nordeste e partiram para a Região Norte devido ao longo período de seca na sua região, o que “[...] fez correr para a região levas e levas de nordestinos, principalmente de cearenses, que ocuparam trechos da sua parte ocidental e do atual Estado do Acre” (Casadei, 1976, p. 62).

² Justifica-se a sócio-história ser referente aos estados, devido ao fato de se ter encontrado poucas informações sobre a sócio-história das localidades que compõem a rede de pontos da Região Norte do Projeto ALiB.

De acordo com Ugalde, Roweder e Farias (2021), a independência do Acre foi proclamada em 6 de agosto de 1903 e os limites das fronteiras com a Bolívia foram traçados. Inicialmente, o governo organizou o estado em três departamentos autônomos, a saber: Alto-Acre, com sede em Rio Branco; Alto-Purus, com sede em Sena Madureira; e Alto-Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul, que é uma localidade que faz parte da rede de pontos do Projeto ALiB. Foi elevado à categoria de estado em 15 de junho de 1962 pela Lei 4.070. No Quadro 1, abaixo, encontram-se disponíveis as principais informações sobre a localidade do interior do Acre que integra a rede de pontos do Projeto ALiB.

Quadro 1: Localidade do Estado do Acre (rede de pontos da Região Norte – Projeto ALiB)

Localidade	Formação	Ano do censo ³	População	População alfabetizada	Renda <i>per capita</i>
Cruzeiro do Sul	Emancipada em 1904	2022	91.888 habitantes	86,2%	R\$22.934,82
		2010	78.507 habitantes	94,6 %	R\$9.859,00

Fonte: IBGE (2010; 2022).

4.1.2 Estado do Amapá

De acordo com o IBGE (2007), os primeiros colonizadores desse território foram os espanhóis; em seguida, os ingleses e holandeses, que, em 1600, fizeram uma tentativa de colonização, mas sem sucesso. Em 1633, os franceses exploraram o território da Capitania do Cabo do Norte. Com o objetivo de detê-los, os portugueses fundaram missões franciscanas, promovendo a ocupação do território e a catequização dos indígenas.

Um movimento que influenciou na ocupação do território foi a construção da BR 156, que liga Macapá ao Oiapoque, visando acessibilidade e intensificação comercial. Segundo Amorim (2022), esse território recebeu muitos migrantes da Região Nordeste, com destaque para o Maranhão e o Ceará. A autora discorre que houve migração também da região que atualmente corresponde ao Pará. Essas ondas migratórias eram incentivadas pelo Governo Federal, com o propósito de aumentar a densidade humana no território nortista brasileiro. O ciclo da borracha e a exploração de sementes oleaginosas também estimularam a migração. No Quadro 2, abaixo, encontram-se as principais informações sobre a localidade do interior que integra a rede de pontos do Projeto ALiB nesse Estado.

³ Visando a melhor compreensão da sócio-história das localidades e do comportamento do fenômeno em análise, optou-se por apresentar dados do último censo realizado pelo IBGE (2022) e do censo de 2010, tendo em vista que a coleta dos dados do Projeto ALiB aconteceu até a primeira década do século XXI.

Quadro 2: Localidade do Estado do Amapá (rede de pontos da Região Norte – Projeto ALiB)

Localidade	Formação	Ano do censo	População	População alfabetizada	Renda <i>per capita</i>
Oiapoque	Criada pela Lei n° 7.578, emancipada no mesmo ano	2022	27.482 habitantes	93,6%	R\$18.536,44
		2010	20.509 habitantes	96%	R\$9.420,00

Fonte: IBGE (2010; 2022).

4.1.3 Estado do Amazonas

Como já mencionado anteriormente, a região que equivale ao Estado do Amazonas no período da colonização não pertencia aos portugueses em razão do *Tratado de Tordesilhas*; dessa forma, os primeiros colonizadores foram os espanhóis. Com o fim desse tratado e com a assinatura do *Tratado de Madri*, conforme descreve Tavares (2011), devido às invasões dos holandeses, franceses e ingleses, foi necessário ocupar e defender os territórios. Tendo em vista esses acontecimentos, fundou-se a Vila da Barra do Rio Negro, que é atualmente Manaus. Em 1636-1637, houve a expedição de Pedro Teixeira com o propósito de subir o Rio Amazonas demarcando o território e construindo fortalezas. Em 1850, durante o reinado de D. Pedro II, aconteceu a divisão territorial na Região Norte, criando a província que seria o Estado do Amazonas.

No século XX, teve início a exploração do látex, que propiciou aumento dos habitantes no território e acúmulo de riquezas. O Governo Federal também promoveu ações visando ao crescimento da região por meio de migração e a criação da zona franca em Manaus, em 1967, que possibilitou o começo da industrialização no Estado. De acordo com Tavares (2011), na década de 1950, iniciou-se a intervenção do governo direcionando ações para implantação de rede de infraestrutura viária, elétrica e de telecomunicações. Essas ações intensificaram o fluxo migratório inter-regional. No Quadro 3, a seguir, encontram-se disponíveis as principais informações sobre as localidades do interior amazonense que integram a rede de pontos do Projeto ALiB.

Quadro 3: Localidades do Estado do Amazonas (rede de pontos da Região Norte – Projeto ALiB)

Localidade	Formação	Ano do censo	População	População alfabetizada	Renda <i>per capita</i>
São Gabriel da Cachoeira ⁴	Fundada em 1990	2022	51.795 habitantes	90,6 %	R\$8.995,21
		2010	37.896 habitantes	89,4 %	R\$4.341,00
Tefé	Emancipação política em 1855	2022	73.699 habitantes	90,2%	R\$18.538,27
		2010	61.399 habitantes	93,9%	R\$5.684,00
Benjamin Constant	Emancipada em 1938	2022	37.648 habitantes	87,3%	R\$8.664,03
		2010	33.411 habitantes	89,6%	R\$4.099,00
Humaitá	Emancipada em 1894	2022	57.473 habitantes	88,7%	R\$15.039,21
		2010	44.227 habitantes	90,4%	R\$4.902,00

Fonte: IBGE (2010; 2022).

4.1.4 Estado do Pará

Tavares (2008) afirma que, devido à importância econômica do ciclo da borracha, foram criadas localidades na Região Norte. No Estado do Pará, houve a criação de Belém em (1616) e outras vilas. Consoante Tavares (2008), Bragança foi a quarta vila criada (1627). Durante o século XVIII, foram fundadas mais 62 vilas, entre as quais estão: Soure (1757), Almeirim e Óbidos (1758).

Em seguida veio a fundação das localidades de Altamira (1758), Conceição do Araguaia e Marabá (1890). De acordo com os dados históricos disponíveis no *site* do IBGE, a localidade de Marabá só foi colonizada de forma definitiva após 300 anos da chegada dos colonizadores. Essas localidades estavam à margem de vias fluviais importantes para a época. Havia grande circulação da produção e de pessoas e essas vias fluviais eram o Rio Araguaia, o Rio Xingu e o Rio Tocantins.

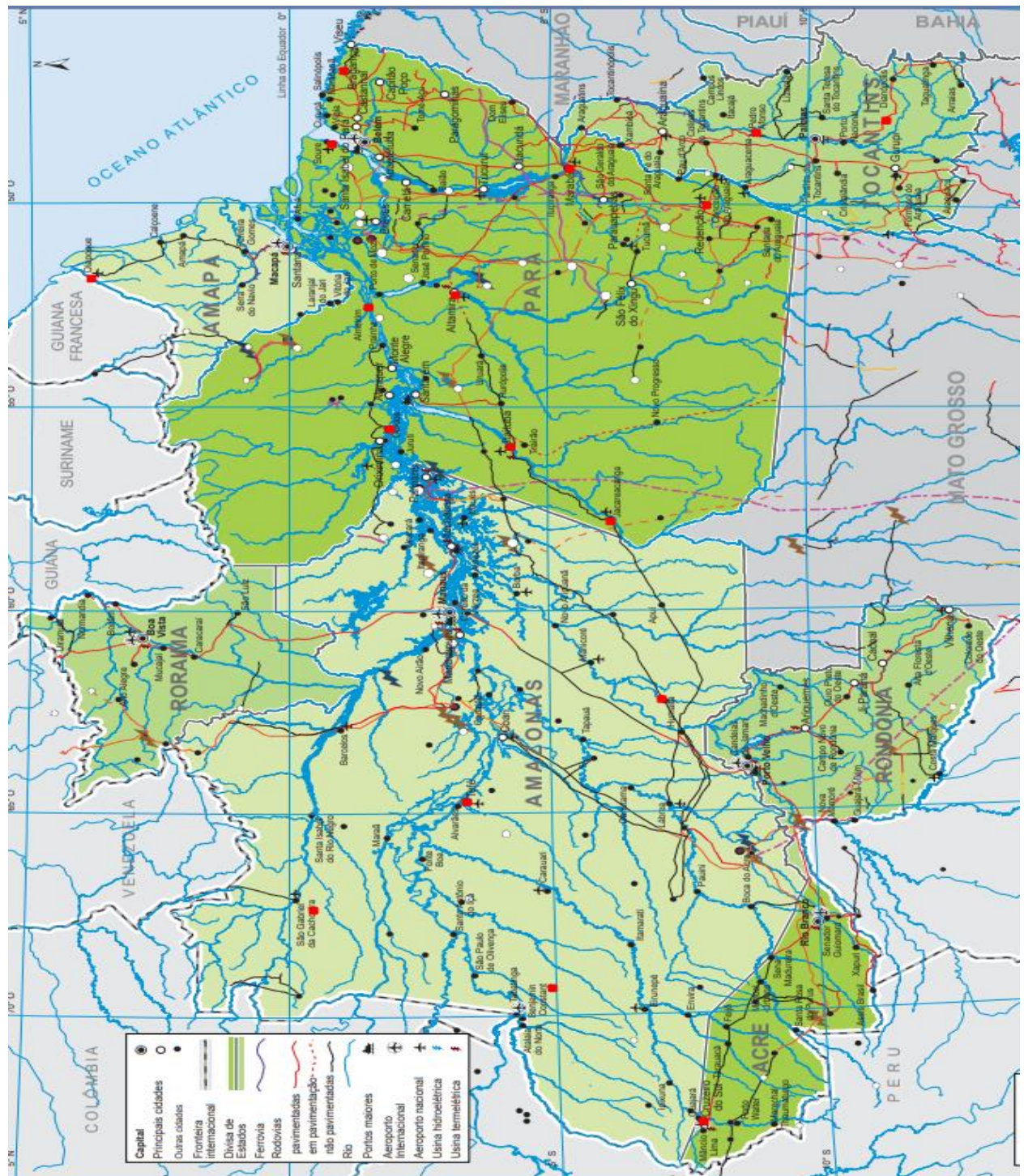
Consoante Tavares (2008), Bragança foi a quarta vila criada (1627). Durante o século XVIII, foram fundadas mais 62 vilas, entre as quais estão: Soure (1757), Almeirim e Óbidos (1758). De acordo com Porto (2002), Almeirim pertencia ao Estado do Amapá, distrito de

⁴ De acordo com Felix (2019), na localidade de São Gabriel da Cachoeira atualmente há duas línguas indígenas reconhecidas oficialmente.

Arumanduba, mas em 1943 foi desmembrada desse estado e incorporada ao Estado do Pará. Ressalte-se que todas essas vilas citadas, atualmente, são localidades que compõem a rede de pontos do Projeto ALiB.

Conforme Tavares (2008) e Pinto (2016), essas vilas foram criadas durante as missões religiosas que tinham como propósito catequizar os indígenas que viviam na região. As ordens missionárias responsáveis foram: Carmelitas, Jesuítas, Franciscanos e Mercedários. Casadei (1976) informa que, segundo os registros históricos, a criação e o povoamento das vilas ocorriam nas proximidades dos rios e acompanhando o seu curso, uma vez que a floresta era uma área densa e fechada, como se pode observar na Figura 3, a seguir:

Figura 3: Mapa político (rios) da Região Norte do Brasil



Fonte: Adaptado do IBGE.

Na Figura 3, podem ser visualizadas algumas das localidades mencionadas, que estão perto dos rios.

Casadei (1976) afirma que na Região Norte houve diminuição da presença e do trabalho forçado dos povos africanos durante o período da colonização. Mas, tendo em vista que os povos originários da terra foram dizimados no período da colonização, o Estado do Pará foi o que teve a maior presença de povos africanos.

Conforme Tavares (2008), outro fator que influenciou no povoamento foram as construções de rodovias para o escoamento das produções. A primeira rodovia é a que liga Belém – Brasília, construída em 1955. De acordo com Tavares (2008), a construção da estrada de ferro que ligava Belém a Bragança também possibilitou a criação de novas vilas ao longo do percurso. No Quadro 4, a seguir, encontram-se as principais informações sobre as localidades do interior paraense que compõem a rede de pontos do Projeto ALiB.

Quadro 4: Localidades do Estado do Pará (rede de pontos da Região Norte – Projeto ALiB)

Localidade	Formação	Ano do censo	População	População alfabetizada	Renda per capita
Soure	Fundada em 1757, passa à condição de cidade em 1890	2022	24.204 habitantes	94,4%	R\$9.389,68
		2010	23.001 habitantes	97,6%	R\$3.725,00
Óbidos	Fundada em 1697, emancipada em 1854	2022	52.229 habitantes	90,7%	R\$18.408,13
		2010	49.333 habitantes	95,4%	R\$7.273,00
Almeirim	Fundada em 1745, emancipada em 1930	2022	34.280 habitantes	87,4%	R\$20.220,01
		2021	33.614 habitantes	95,8%	R\$17.111,00
Bragança	Fundada em 1627, emancipada em 1854	2022	123.082 habitantes	88,1%	R\$10.679,00
		2010	113.227 habitantes	96,1%	R\$4.458,00
Altamira	Fundada em 1991, emancipada em 1911	2022	126.279 habitantes	90,3%	R\$26.595,80
		2010	99.075 habitantes	93,1%	R\$7.956,00
Marabá	Criada pela Lei nº 1.278 em 1913, emancipada em 1990	2022	266.533 habitantes	92,2%	R\$47.010,21
		2010	233.669 habitantes	94,7%	R\$14.578,00

Jacareacanga	Criada pela Lei nº 5.691, emancipada em 1991	2022	24.042 habitantes	88,8%	R\$90.011,45
		2010	14.103 habitantes	90,1%	R\$10.085,00
Conceição do Araguaia	Criada pela Lei nº 1901 em 1908, extinta na década de 1930 e recriada em 1933	2022	44.617 habitantes	89,5%	R\$13.775,85
		2010	45.557 habitantes	95,7%	R\$6.485,00
Itaituba	Fundada em 1863, emancipada em 1900	2022	123.314 habitantes	91,8%	R\$30.318,38
		2010	97.493 habitantes	94,4%	R\$9.147,00

Fonte: IBGE (2010; 2022).

4.1.5 Estado de Rondônia

Segundo Pinto (2016), esse território foi sendo constituído à medida que os ciclos econômicos ocorriam. O primeiro ciclo foi marcado pela construção da ferrovia Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que teve início em 1861, para ligar a atual cidade de Porto Velho a Guajará Mirim. De acordo com Ugalde, Roweder e Farias (2021), houve a construção de um ramal que chegasse a Vila Bela, visando à saída da produção da Bolívia para o Brasil. Ainda segundo Pinto (2016), essa construção possibilitou uma mistura de culturas, dado que houve a vinda de migrantes de vários lugares para trabalhar nas construções.

O segundo ciclo foi caracterizado pela formação do Território de Guaporé, posto que essa região, que atualmente é o Estado de Rondônia, pertencia às terras do Amazonas e Mato Grosso. Em 1943, aconteceu a fundação de Guaporé. Em 1956, houve a mudança do nome para Rondônia em homenagem ao Marechal Cândido Rondon, que foi um desbravador da região.

O terceiro ciclo foi marcado pela constituição de Rondônia com incorporação de território. A atual localidade de Guajará Mirim pertencia ao Mato Grosso e somente em 1945 foi incorporada ao Estado de Rondônia. O ciclo da borracha proporcionou a migração e a ocupação do Estado. De acordo com Pinto (2016), esses migrantes vinham do Estado do Ceará para a região que constitui o Estado. Para Tavares (2008), essas migrações eram incentivadas pelo governo para realizar o povoamento da Região Norte e gerar mão de obra.

Segundo Pinto (2016), o quarto ciclo foi caracterizado pela construção da BR 364, no início da década de 1960, em virtude do isolamento das localidades de Porto Velho e Guajará

Mirim durante o período colonial. A BR 364 tornou-se porta de entrada para a Amazônia brasileira. Houve também nesse ciclo a exploração do garimpo de diamante, cassiterita e ouro. No Quadro 5, estão as principais informações sobre a localidade do interior de Rondônia que integra a rede de pontos do Projeto ALiB.

Quadro 5: Localidade do Estado do Rondônia (rede de pontos da Região Norte – Projeto ALiB)

Localidade	Formação	Ano do censo	População	População alfabetizada	Renda <i>per capita</i>
Guajará Mirim	Emancipada em 1943	2022	39.387 habitantes	94,2%	R\$22.462,79
		2010	41.656 habitantes	93,1%	R\$14.355, 00

Fonte: IBGE (2010; 2022).

4.1.6 Estado de Roraima

A região que atualmente corresponde ao Estado de Roraima não é diferente das demais regiões nortistas. Era povoada pelos povos indígenas durante o período da colonização. Semelhantemente a outros estados da Região Norte, houve tentativas de invasão dos holandeses, franceses e ingleses. O governo também realizou ações com o intuito de proteger o território instalando bases militares e, durante o século XIX, o governo tinha nessa região localidades nas quais presos cumpriam sentenças de uma forma diferente – por meio do desenvolvimento de atividades da pecuária – como uma tentativa de ocupação do território, dado que era o menos populoso.

O ciclo da borracha, que foi o divisor de águas para a ocupação da Região Norte, não afetou essa área, uma vez que as seringueiras não faziam parte da vegetação natural. Durante o século XX, o atual Estado de Roraima tornou-se alvo do governo em ações que visavam à ocupação do território, tendo em vista que o Estado faz fronteira com três países. Assim, foram intensificados os setores militares e de proteção.

Ações foram realizadas objetivando a melhoria da região, como, por exemplo: obras de infraestrutura, construção de estradas e instalação da Base Aérea de Boa Vista. Contudo essas ações não modificaram a realidade dessa região, que, até 1970, tinha apenas dois municípios. Nos anos seguintes, o governo passou a reforçar as ações, incentivando a chegada de pessoas e a viabilização de empregos públicos. Nos anos de 1980, a extração do garimpo proporcionou fluxos migratórios para a região, que, juntamente com as ações do governo, promoveram a ocupação do território. Em 1988, tornou-se um Estado da Federação.

A única localidade do Estado de Roraima que integra a rede de pontos do ALiB é a capital, Boa Vista, cujos dados de imperativo verbal foram analisados por Oliveira (2023). Assim, sobre esse Estado, os dados apresentados serão os dessa autora. Para esta dissertação, portanto, não há dados do interior de Roraima.

4.1.7 Estado de Tocantins

A área que atualmente é o Estado do Tocantins pertencia ao Estado de Goiás, sendo considerada o norte desse estado. Feitosa (2011) diz que o norte de Goiás era uma região árida, de difícil acesso e povoados distantes e que havia um desprezo político do governo do estado por essa região. Devido a esses fatores, instalou-se uma disparidade entre o norte e sul do Estado. Isso influenciou os capitães gerais a quererem a repartição do Estado em duas comarcas, pois não obtiveram sucesso em transformá-lo em dois estados independentes. Assim, em 1809 o Estado de Goiás foi repartido em duas comarcas: Norte e Sul.

A Comarca do Norte correspondia à região do atual Estado do Tocantins, a uma região do Estado do Pará e à região de Goiás. A economia dessa comarca era baseada na criação de gado. Conforme Feitosa (2011), houve migração para a região norte do Estado de Goiás – pessoas do Pará, do Maranhão e da Bahia. O autor ressalta que havia um número alto de escravos africanos nessa região, principalmente nas minas localizadas em Arrais, Natividade e São Domingos. Segundo Feitosa (2011), na região norte do Estado de Goiás também havia a presença dos indígenas: “As matas do vale do Araguaia constituíam um grande sertão povoado apenas por tribos indígenas” (Feitosa, 2011, p. 36). Esses dados ilustram a diversidade linguística nessa região, devido ao contato dialetal.

Feitosa (2011) afirma que desde o século XIX surgiram as causas que geraram a separação do Estado, mas somente em 1821 a Comarca do Norte declarou sua autonomia política e administrativa. Durante o período da República Velha, foi reavivado novamente o desejo de a região tornar-se um estado independente, devido à anexação do Estado do Acre ao Brasil e à criação do Estado do Mato Grosso do Sul. Em 1988, a região que era conhecida como o norte do Estado de Goiás tornou-se o Estado de Tocantins. Feitosa (2011) relata que houve um grande investimento do Governo Federal da época para que nesse Estado fossem implantados os poderes públicos. Durante a construção da capital do Estado, Palmas, houve um grande número de migrantes.

Feitosa (2011) destaca que houve no mínimo três grandes ondas migratórias para a região do Estado de Tocantins: a primeira no século XVIII, devido às minas de ouro; a segunda na década de 1960, ocasionada pela construção da Rodovia Belém-Brasília; e a terceira foi proporcionada pela implantação da capital do Estado.

De acordo com o autor, os imigrantes na sua grande maioria eram das seguintes regiões: da atual Região Nordeste – dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia – e na sequência do Estado de Minas Gerais, na década de 1970. O autor chama atenção para o fato de que a partir dos anos 1980 até os anos 2000 houve um aumento no crescimento populacional na Região Norte. Como pode ser observado na Figura 2, no início desta seção, os estados que tiveram um maior crescimento demográfico foram Rondônia, Pará e Tocantins. Após essa breve contextualização, no Quadro 6, a seguir, estão as informações sobre as localidades do Estado de Tocantins que compõem a rede de pontos do Projeto ALiB. Quanto a esse Estado, só há dados do interior já que a capital, Palmas, não integra a rede de pontos (assim como Brasília) pelo fato de ser de fundação recente.

Quadro 6: Localidades do Estado do Tocantins (rede de pontos da Região Norte – Projeto ALiB)

Localidade	Formação	Ano do censo	População	População alfabetizada	Renda per capita
Pedro Afonso	Fundada em 1847, emancipada em 1937	2022	14.055 habitantes	92,6%	R\$60.775,63
		2010	11.539 habitantes	97,4%	R\$15.115,00
Natividade	Fundada em 1734	2022	8.754 habitantes	86,3%	R\$26.722,15
		2010	9.000 habitantes	97,8%	R\$7.380,00

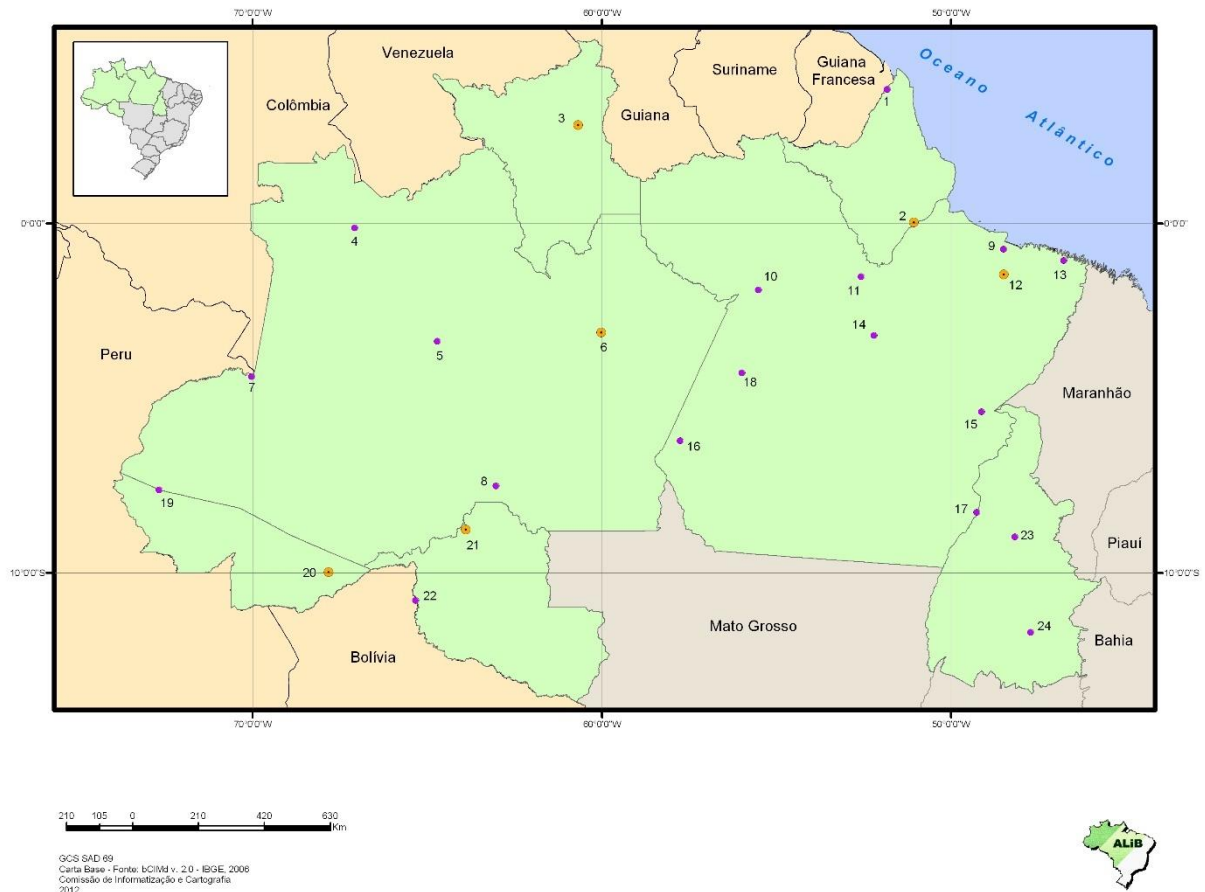
Fonte: IBGE (2010; 2022).

Concluindo essa rápida contextualização da sócio-história dos estados que compõem a Região Norte, percebe-se que o ciclo da borracha contribuiu com o povoamento em diversos estados da Região Norte, tendo vista que houve uma onda migratória para a região em busca dessa riqueza. Houve ações do governo de forma direta para a ocupação desse território e para a consolidação das fronteiras.

Para finalizar esta subseção, reitera-se que a rede de pontos da Região Norte é composta por 24 localidades, dentre as quais seis são capitais – Macapá, Boa Vista, Manaus, Belém, Porto Velho e Rio Branco – e 18 são municípios do interior: Oiapoque, São Gabriel da Cachoeira, Tefé, Benjamin Constant, Humaitá, Soure, Óbidos, Almeirim, Bragança, Altamira, Marabá,

Jacareacanga, Conceição do Araguaia, Itaituba, Cruzeiro do Sul, Guajará Mirim, Pedro Afonso e Natividade. A Figura 4, abaixo, ilustra essa rede:

Figura 4: Rede de pontos da Região Norte (ALiB)



Fonte: Projeto ALiB (<https://alib.ufba.br/content/rede-de-pontos>).

A seguir apresentam-se as variáveis predictoras linguísticas e extralinguísticas que foram controladas neste estudo.

4.2 VARIÁVEIS PREVISORAS LINGUÍSTICAS E EXTRALINGUÍSTICAS

Nesta subseção apresentam-se as variáveis que podem condicionar a escolha das variantes do imperativo verbal (a forma de indicativo e a forma de subjuntivo). As variáveis controladas nesta pesquisa foram definidas com base em trabalhos que analisaram o mesmo fenômeno e que estão referenciados ao longo do texto. As variáveis são apresentadas no quadro abaixo e exemplificadas na sequência.

Quadro 7: Variáveis controladas

Variáveis previsoras linguísticas	Variáveis previsoras extralinguísticas
Polaridade de sentença	Sexo
Paradigma verbal	Faixa etária
Extensão fonológica do verbo	Localidade/estado
Clíticos	Parte do inquérito
Valor semântico	Tipo de discurso

Fonte: Elaboração própria.

Sobre a variável ‘polaridade de sentença’, estudos (Jesus, 2006; Scherre, 2007; Cardoso, 2009; Cardoso, 2015; Santos 2016; Diniz, 2018; Souza, 2019) apontam que as sentenças negativas, como em (4), favorecem o imperativo verbal na forma do subjuntivo, já as sentenças afirmativas, como em (5), tendem a favorecer o imperativo na forma do indicativo.

(4) Você não FAÇA isso, senão você vai apanhar! (homem, faixa etária 1, Cruzeiro do Sul/AC, questão de prosódia)

(5) Menino, SAI da chuva! (homem, faixa etária 2, Natividade/TO, questão de prosódia)

Acerca da variável ‘paradigma verbal’, constata-se nas pesquisas (Cardoso, 2004; Cardoso, 2015; Scherre, 2004; 2008; Evangelista, 2010; Oliveira, 2017; 2023) que os verbos regulares da primeira conjugação, com vogal temática -a, influenciam o emprego do imperativo verbal na forma do indicativo, como em (6); em contraste, os verbos irregulares da 2ª e da 3ª conjugações, com vogal temática -e, -i, influenciam o emprego do imperativo verbal na forma do subjuntivo, como em (7).

(6) Não, Deivison! DEIXA a tesoura, você pode se cortar! (mulher, faixa etária 2, Oiapoque/AP, questão de prosódia)

(7) Mãe, VENHA tomar café comigo! (homem, faixa etária 1, Benjamin Constant/AM, questionário morfossintático)

Em relação à ‘extensão fonológica do verbo’, segundo Scherre et al. (2000) e Scherre (2004), os verbos monossílabos e dissílabos favorecem o imperativo na forma do indicativo, como em (8); em oposição, os verbos trissílabos e polissílabos favorecem o imperativo na forma do subjuntivo, como em (9).

- (8) Minha filha, CHAMA suas amigas para vir almoçar conosco! (mulher, faixa etária 1, Humaitá/AM, questão de prosódia)
- (9) Não MALINE! (homem, faixa etária 2, Pedro Afonso/TO, questão de prosódia)

No que se refere à variável ‘clíticos’, Scherre (2004) e Faria e Scherre (2022) dizem que a presença do clítico antes do verbo favorece o imperativo verbal na forma do indicativo, como em (10) e depois do verbo favorece o imperativo verbal na forma do subjuntivo. No *corpus* desta pesquisa não houve dados com ênclise.

- (10) Me DÁ um guaraná! (homem, faixa etária 1, Guajará Mirim/AC, questionário morfossintático)

De acordo com Santos (2016) e Figueredo (2023), a variável ‘valor semântico do imperativo’ comporta-se da seguinte forma: as situações de ordens favorecem o imperativo verbal na forma do indicativo, como em (11), tendo em vista que o indicativo é empregado para executar ações imediatas. Já quanto às situações de conselhos, como em (12), pressupõe-se que sejam favoráveis ao imperativo verbal na forma do subjuntivo, uma vez que se trata de uma situação hipotética. O contexto de pedido, como em (13), é favorável ao imperativo verbal na forma do indicativo e o contexto de instrução, como em (14), é favorável ao imperativo verbal na forma do subjuntivo.

- (11) LARGA isso aí, LARGA! (homem, faixa etária 1, Pedro Afonso/TO, questão de prosódia)
- (12) Meu filho, esse caminho que você vai tá é errado, OUÇA minhas palavras, não OUÇA as palavras dos seus amigos da rua! (homem, faixa etária 2, Oiapoque/AP, questão de prosódia)
- (13) Por favor, me SERVE um guaraná! (homem, faixa etária 2, São Gabriel da Cachoeira/AM, questionário morfossintático)
- (14) TIRA o talinho da alface, LAVA bem lavadinho! (mulher, faixa etária 2, Bragança/PA, questionário morfossintático)

Consideramos nesta pesquisa também a variável ‘tipo de discurso’, se real, como em (15), quando o informante se dirige a alguém presente no momento da entrevista, ou hipotético,

como em (16), tendo em vista características próprias do inquérito do Projeto ALiB, que apresenta ao informante uma situação imaginária perguntando como alguém falaria nessa situação.

(15) Ô menino, VAI buscar uma água pra mim! (mulher, faixa etária 2, Oiapoque/AP, dirigindo-se ao filho, que está presente no momento da entrevista)

(16) DOC – Como é que uma mãe fala pro filho sair da chuva?

INF – SAI da chuva, danado! (mulher, faixa etária 2, Pedro Afonso/TO, questão de prosódia)

Quanto às variáveis sociais, destaca-se nos estudos realizados a variável ‘sexo’, conforme discute Cardoso (2004; 2009), apontando que as mulheres favorecem a variante inovadora, que é o imperativo verbal na forma do indicativo, em oposição aos homens, que tendem a conservar a variante padrão, que é o imperativo na forma do subjuntivo.

No que concerne à variável ‘faixa etária’, percebe-se nos estudos realizados (Santos, 2016; Oliveira, 2017; 2023) que os informantes mais jovens empregam com maior frequência o imperativo verbal na forma do subjuntivo e os informantes mais velhos empregam com maior frequência o imperativo verbal na forma do indicativo.

Controlou-se também a variável ‘parte do inquérito’, pois o inquérito do ALiB é composto de questionários (fonético-fonológico, semântico-lexical e morfossintático), além de questões de pragmática, questões metalinguísticas e discursos semidirigidos. Embora o ALiB tenha ainda um texto para leitura, este não foi considerado nesta pesquisa. Para essa variável, assumiu-se a hipótese de que na parte mais monitorada do inquérito (questionários fonético-fonológico e semântico-lexical), os informantes usariam mais o imperativo associado ao subjuntivo, como em (17). Opostamente, em estilos menos monitorados (questionário morfossintático e discursos semidirigidos, por exemplo), os falantes poderiam favorecer o imperativo associado à forma de indicativo, como em (18).

(17) Menina, SAIA da chuva, senão você vai gripar! (mulher, faixa etária 1, Cruzeiro do Sul/AC, questão de prosódia)

(18) VEM tomar café com nós, rapaz! (homem, faixa etária 1, Benjamin Constant/AM, questionário morfossintático)

Como este trabalho também é de cunho geolinguístico, foi considerada a variável geográfica (estados e municípios), como se verá na seção de resultados.

Na sequência descreve-se o *corpus* da pesquisa, que, como se disse, é composto de dados do Projeto ALiB.

4.3 O *CORPUS*

Para desenvolver este estudo, foi constituído o *corpus* da Região Norte do Brasil, com dados extraídos do banco de dados do Projeto ALiB, coordenado por um Comitê Nacional.

O Projeto ALiB, de acordo com Cardoso (2010), tem o objetivo de documentar o português brasileiro falado em todo o território nacional, em uma rede de pontos com 250 localidades, do Oiapoque ao Chuí, contando com 1.100 informantes (estratificados por sexo e faixa etária – nas capitais também por escolaridade) e com um total de cerca de 3.300 horas de gravação.

De acordo com Cardoso (2010), para a seleção dos pontos da rede, foram considerados a extensão das regiões, aspectos demográficos, culturais, históricos e a questão da urbanização. Assim, duas capitais brasileiras não fazem parte da rede de pontos, Palmas (Tocantins) e Brasília (Distrito Federal), pois ainda não tinham 100 anos de emancipação política quando da definição do Projeto ALiB.

O *corpus* é constituído por entrevistas estruturadas, com duração de cerca de três horas, e contém oito inquéritos em cada capital e quatro em cada município do interior. Os informantes estão estratificados em duas faixas etárias (Faixa I – 18 a 30 anos e Faixa II – 50 a 65 anos) e estão distribuídas de forma proporcional por 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino. Nas capitais, há ainda a estratificação por dois níveis de escolaridade (Fundamental e Universitária). Como os dados das capitais já foram levantados e analisados por Oliveira (2023), esta pesquisa diz respeito aos dados dos municípios do interior dos estados, mas os resultados das capitais serão usados para efeito de comparação.

As entrevistas aconteceram com a aplicação dos questionários elaborados pelos pesquisadores do Projeto ALiB: o questionário fonético-fonológico (QFF), que contém 159 perguntas, mais 11 questões de prosódia; o questionário semântico-lexical (QSL), com 202 perguntas; e o questionário morfossintático (QMS), que contém 49 perguntas. Além disso, há quatro questões de pragmática (QP), seis perguntas metalinguísticas (PM), quatro temas para discursos semidirigidos e um texto para leitura. Este último não foi considerado nesta pesquisa.

Segundo Mota (2006), a inserção de temas para os discursos semidirigidos no questionário foi necessária devido ao paradoxo do observador (Labov, 2008 [1972]), tendo em vista que ao responder o questionário o informante tende a monitorar o vernáculo, dessa forma a incorporação dos temas para discursos, com o relato de um acontecimento marcante em sua vida, induz o informante esquecer de monitorar a fala. A seguir exemplificam-se algumas questões que estão presentes no questionário.

- 1- O que se pesca nos rios, no mar? (QFF)
- 2- Como é que uma mãe diz ao filho para que ele saia da chuva? (Frases imperativas)
- 3- Como se chama um rio pequeno, de uns dois metros de largura? (QSL)
- 4- O que vocês fazem no fim de semana? (QMS)
- 5- Um objeto (carteira, lenço, chave) caiu do bolso do bolso de um rapaz jovem e ele não viu. Como um outro rapaz jovem chama a atenção desse jovem? (QP)
- 6- Como chama a língua que você/o (a) senhor (a) fala? (PM)

4.4 TRATAMENTO DOS DADOS

As entrevistas foram transferidas para os computadores e *drivers* do Projeto ALiB. O processo de coleta dos dados ocorreu da seguinte forma: audição, transcrição dos dados, revisão da transcrição e revisão de leitura com o propósito de assegurar a legibilidade sem suporte oral.

Com a finalização do processo de transcrição dos dados, iniciou-se a codificação para a análise quantitativa, que foi executada no programa estatístico GoldVarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005). O programa GoldVarb X é um aplicativo para análise multivariada, que recebe os dados, realiza os cálculos probabilísticos e retorna as frequências absolutas e relativas, o nível de significância e a seleção das variáveis estatisticamente relevantes. O programa foi criado pela Universidade de York em uma parceria com o Departamento de Linguagem e Ciências Linguísticas e Serviços de Informática (Tagliamonte et al., 2001). Para realizar a análise quantitativa, é necessário realizar a codificação dos dados, que foi realizada baseada no envelope de variação, que será apresentado a seguir.

4.5 O ENVELOPE DE VARIAÇÃO

Esta pesquisa tem como propósito responder ao problema dos fatores condicionantes (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]), tendo em vista que a mudança não acontece de forma

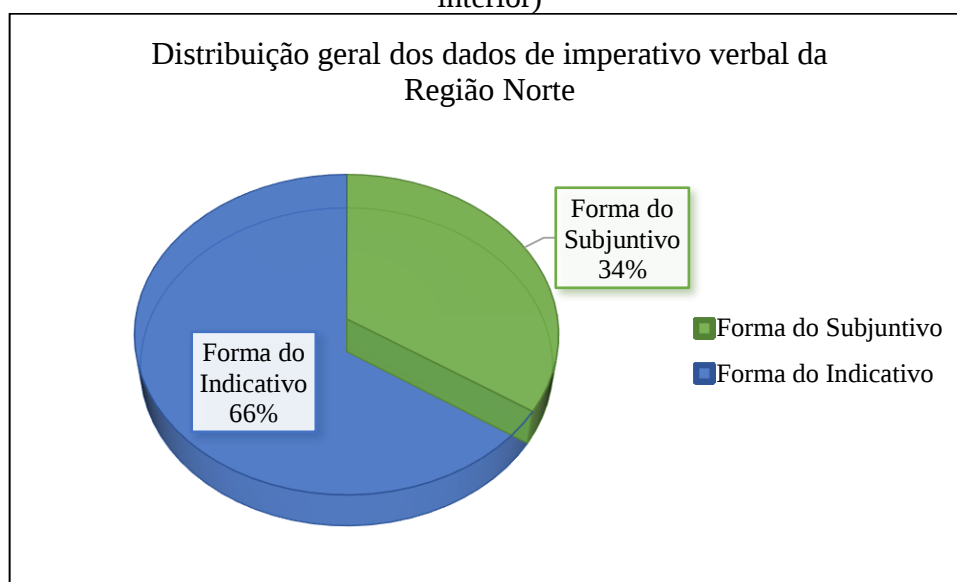
desorganizada, pois é desencadeada por fatores linguísticos e sociais. A pesquisa tem como propósito identificar qual a variante empregada nos municípios do interior da Região Norte do Brasil. Tendo em vista esse objetivo, apresentam-se as variáveis dependente, linguísticas e extralinguísticas consideradas:

- Variável dependente: forma verbal (indicativo ou de subjuntivo);
- Variáveis previsoras linguísticas: polaridade de sentença (afirmativa ou negativa), paradigma verbal (regular ou irregular), extensão fonológica do verbo (uma, duas, três ou quatro ou mais sílabas), clíticos (próclise, ênclise ou ausência), valor semântico (ordem, pedido, conselho ou instrução);
- Variáveis previsoras extralinguísticas: sexo, faixa etária, localidade/estado, parte do inquérito e tipo de discurso (real ou hipotético).

5 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados para a Região Norte referentes às localidades do interior. Os dados foram coletados a partir da audição dos inqueritos, foram codificados de acordo com as variáveis previsoras controladas e foram submetidos ao Programa GoldVarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005). Foram documentados 379 dados, em um total de 72 informantes. Os dados demonstram o seguinte resultado: 130 dados são da forma do subjuntivo, o que equivale ao percentual de 34,3%, e 249 dados são da forma do indicativo, com percentual de 65,7%, como se observa no Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1: Distribuição geral dos dados de imperativo verbal da Região Norte (localidades do interior)



Fonte: Elaboração própria.

Observando o resultado apresentado acima percebe-se que as localidades do interior da Região Norte do Brasil favorecem o imperativo associado ao indicativo (66%), embora a região apresente preferência pelo uso do pronome *you* em detrimento do *tu*, conforme Nogueira (2021). Ainda assim nota-se que há variação entre as formas de imperativo nessas localidades, pois o subjuntivo aparece em 34% dos dados. Contudo, quando comparada com a Região Centro-Oeste, a Região Norte parece ser um pouco mais conservadora, tendo em vista que, de acordo com Deomondes (2023), as localidades do interior da Região Centro-Oeste utilizaram o imperativo associado ao subjuntivo em apenas 21% dos dados. As demais regiões do país

ainda não têm os dados todos levantados das localidades do interior para realizarmos uma comparação.

As perguntas que embasam esta pesquisa são: Qual é a variante do imperativo verbal mais empregada nos municípios do interior da Região Norte? Há um padrão de semelhança entre os municípios do interior e as capitais dos estados na escolha da variante do imperativo verbal? Quais as variáveis que condicionam a escolha de uma ou outra forma? Ressalta-se que os dados das capitais da Região Norte foram analisados por Oliveira (2023).

A hipótese geral para essas perguntas era que a variante do imperativo verbal associada ao indicativo apresentaria um maior percentual, o que foi confirmado já que, observando os resultados, essa variante atinge 66% dos dados. A hipótese foi fundamentada em estudos como os de Souza (2019) e Oliveira (2023).

5.1 1ª RODADA: CASOS DE *KNOCKOUTS* E PROCEDIMENTOS ADOTADOS

Submetendo os dados a uma primeira rodada, houve alguns casos de *knockout* e alguns procedimentos foram adotados, como se apresenta a seguir, tendo sido necessário excluir ou amalgamar fatores e grupos de fatores.

A variável ‘escolaridade’ foi excluída da rodada de peso relativo, uma vez que todos os informantes das localidades do interior têm nível fundamental de escolaridade. O Projeto ALiB estratifica os informantes em escolaridade fundamental e escolaridade universitária apenas nas capitais.

Em relação à variável ‘localidade’, os sete dados do município de Natividade – TO foram todos na forma do indicativo e também foram excluídos da rodada dos pesos relativos. São exemplos desses dados:

- (19) PARA de mexer em minhas coisas! (mulher, faixa etária 1, Natividade/TO, questão de prosódia)
- (20) Olha, não pode, não MEXE! (homem faixa etária 2, Natividade/TO, questão de prosódia)
- (21) Menino, SAI da chuva, menino! Tá chovendo! (mulher, faixa etária 2, Natividade/TO, questão de prosódia)

Em relação à variável ‘extensão fonológica do verbo’, houve apenas dois dados no *corpus* com verbos de quatro sílabas, ambos na forma do indicativo, que podem ser observados em (22) e (23). Assim, esses dados foram amalgamados com os verbos de três sílabas.

(22) DESOCUPA minha casa! Tô querendo... atrasou o aluguel, pode sair! (mulher, faixa etária 1, Almeirim/PA, questão de prosódia)

(23) DESOCUPA a casa! (homem, faixa etária 2, Almeirim/PA, questão de prosódia)

Sobre a variável ‘clíticos’, retirou-se o fator ‘ênclise’, tendo em vista que houve apenas um dado no *corpus*, na forma do indicativo, como se observa em (24):

(24) Filho, hoje você vai se divertir. PREPARE-SE e saia para a rua! (homem, faixa etária 2, Altamira/PA, questão de prosódia)

Sobre a variável ‘parte do inquérito’, não houve dados nas questões metalinguísticas nem nos discursos semidirigidos. Esses fatores, portanto, saíram da análise. Na sequência, os demais fatores foram amalgamados em dois: o primeiro, mais monitorado, contendo as questões do QFF, as questões de prosódia e as questões do QSL; já o segundo, menos monitorado, contém as questões do QMS e as questões de pragmática.

Por fim, quanto à variável ‘tipo de discurso’, foram obtidos apenas três dados reais, todos com a forma do indicativo, que foram excluídos da rodada de peso relativo. São os dados apresentados em (25), (26) e (27), a seguir:

(25) PANHA as calcinhas dela! (mulher, faixa etária 1, Oiapoque/AP, dirigindo-se a um circunstante)

(26) Ô menino, VAI buscar uma água pra mim! (mulher, faixa etária 2, Oiapoque/AP, dirigindo-se ao filho)

(27) CHAMA o menino pra lá! (mulher, faixa etária 2, Jacareacanga/PA, dirigindo-se a um circunstante)

Concluída essa fase de ajustes do *corpus*, iniciou-se a rodada com os pesos relativos. Considerando como regra de aplicação a forma do subjuntivo, foram realizadas duas rodadas de pesos relativos, uma com a variável ‘localidade’ e sem a variável ‘estado’ e outra com a

variável ‘estado’ e sem a variável ‘localidade’. Optou-se por apresentar e discutir os resultados da primeira rodada, quando o programa selecionou como estatisticamente relevantes as seguintes variáveis, nesta ordem: ‘Polaridade da sentença’, ‘Sexo’, ‘Parte do inquérito’, ‘Extensão fonológica do verbo’, ‘Localidade’ e ‘Paradigma verbal’. A opção pela rodada com os municípios e não pela rodada com os estados permite uma visão mais detalhada da diatopia. O *input* final da rodada foi 0,291, o que revela que o imperativo com a forma de subjuntivo é a menos usada na Região Norte, e o nível de significância foi 0,015, o que indica que os resultados são confiáveis.

Após essa rodada realizou-se o cruzamento das variáveis ‘Sexo’ e ‘Faixa etária’ e o cruzamento das variáveis ‘Sexo’ e ‘Localidade’. Lembre-se que foram retirados os dados da localidade de Natividade/TO, devido ao fato de que todos são com a forma do indicativo. Nesses cruzamentos, foram retirados também os dados de Cruzeiro do Sul/AC, uma vez que os dados encontrados dos informantes do sexo masculino são todos com a forma do subjuntivo, como exemplificado em (28):

(28) Meu filho, já está bom de tanto banho na chuva, VENHA pra casa! (homem, faixa etária 2, Cruzeiro do Sul/AC, questão de prosódia)

Por fim foram retirados os dados das informantes do sexo feminino da localidade de Conceição do Araguaia/PA, visto que os dados encontrados são todos com a forma do indicativo, como se vê em (29) e (30):

(29) FECHA a porta! (mulher, faixa etária 1, Conceição do Araguaia/PA, questionário fonético-fonológico)

(30) Minha filha, SAI da chuva! (mulher, faixa etária 2, Conceição do Araguaia/PA, questão de prosódia)

Com a finalização desses ajustes, realizou-se uma nova rodada na qual foram gerados os pesos relativos referentes aos cruzamentos, que serão discutidos na subseção das respectivas variáveis.

Observando a seleção das variáveis previsoras, confirma-se que a expressão do imperativo verbal é uma variação dialetal, tendo em vista que a variável ‘Localidade’ foi selecionada. A seguir, apresentam-se os resultados para cada variável selecionada pelo

GoldVarb X. Embora a ordem da seleção estatística tenha sido ‘Polaridade de sentença’, ‘Sexo’, ‘Parte do inquérito’, ‘Extensão fonológica do verbo’, ‘Localidade’ e ‘Paradigma verbal’, serão apresentados inicialmente os resultados para as variáveis previsoras linguísticas e, posteriormente, os resultados para as variáveis previsoras extralinguísticas.

5.2 VARIÁVEIS PREVISORAS LINGUÍSTICAS

Serão apresentados e discutidos nesta seção os resultados encontrados para as variáveis ‘Polaridade da sentença’, ‘Extensão fonológica do verbo’ e ‘Paradigma verbal’.

5.2.1 Variável ‘Polaridade da sentença’

Com base nos estudos desenvolvidos por Scherre (2007), Cardoso (2009), Cardoso (2015), Oliveira (2017; 2023), Diniz (2018) e Deomondes (2023), nota-se a importância desta variável para compreender o fenômeno. Os autores mencionados assumem e confirmam a hipótese de que as sentenças afirmativas favorecem a variante do imperativo verbal na forma do indicativo e as sentenças negativas favorecem a variante do imperativo verbal na forma do subjuntivo. Essa hipótese foi mantida e ratificada nesta pesquisa, como se pode observar pelos resultados apresentados na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e ‘Polaridade da sentença’

Polaridade	Ocorrências/Total	Percentual	Peso relativo
Afirmativa	87/302	28,8%	0,446
Negativa	43/77	55,8%	0,700
			<i>Input: 0,291</i>
			<i>Significance: 0,015</i>

Fonte: Elaboração própria.

Com percentual de 55,8% dos dados e peso relativo de 0,700, o imperativo com a forma de subjuntivo é favorecido pelas sentenças negativas, como em (31), conforme a prescrição gramatical, uma vez que o imperativo verbal negativo é originado do modo subjuntivo. O contrário ocorre com o imperativo afirmativo, que inibe o subjuntivo, como em (32), visto que resulta de formas do indicativo e do subjuntivo, havendo maior possibilidade de variação.

(31) Betânia, não MEXA, isso não é para mexer! (mulher, faixa etária 1, Cruzeiro do Sul/AC, questão de prosódia)

(32) Murilo, PASSA pra fora, SAI daí de dentro! (homem, faixa etária 1, Pedro Afonso/TO, questão de prosódia)

O estudo realizado por Oliveira (2017) sobre as capitais do Nordeste demonstrou que as sentenças negativas favorecem a forma do subjuntivo, com percentual de 85% dos dados. Na pesquisa de 2023, sobre as capitais brasileiras, os resultados da autora indicam que as sentenças negativas são favorecidas pela forma do subjuntivo, com percentual de 55,6% dos dados. De acordo com a autora, essa influência acontece devido ao processo de formação do modo imperativo, como já mencionado na formulação da hipótese.

Comparando nossos resultados com os de Deomondes (2023) sobre as localidades do interior da Região Centro-Oeste, percebe-se que as regiões Norte e Centro-Oeste apresentam um comportamento semelhante acerca desta variável, tendo em vista que as sentenças negativas favorecem a forma do subjuntivo com percentual de 32,9% dos dados e peso relativo de 0,688 na Região Centro-Oeste.

5.2.2 Variável ‘Extensão fonológica do verbo’

A extensão fonológica do verbo é uma variável que influencia na escolha do imperativo verbal. Com base nos estudos desenvolvidos por Scherre et al. (2000), Scherre (2004) e Cardoso (2015) assumiu-se a hipótese de que os verbos monossílabos e dissílabos favorecem o imperativo na forma do indicativo; em oposição, os verbos trissílabos e polissílabos favorecem o imperativo na forma do subjuntivo. Na Tabela 2, a seguir, encontram-se os resultados:

Tabela 2: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e ‘Extensão fonológica do verbo’

Extensão fonológica do verbo	Ocorrências/Total	Percentual	Peso relativo
Verbos de 1 sílaba	21 /113	18,6%	0,132
Verbos de 2 sílabas	104 /255	40,8%	0,689
Verbos com 3 ou mais sílabas	5 /11	45,5%	0,698
<i>Input: 0,291</i>			
<i>Significance: 0,015</i>			

Fonte: Elaboração própria.

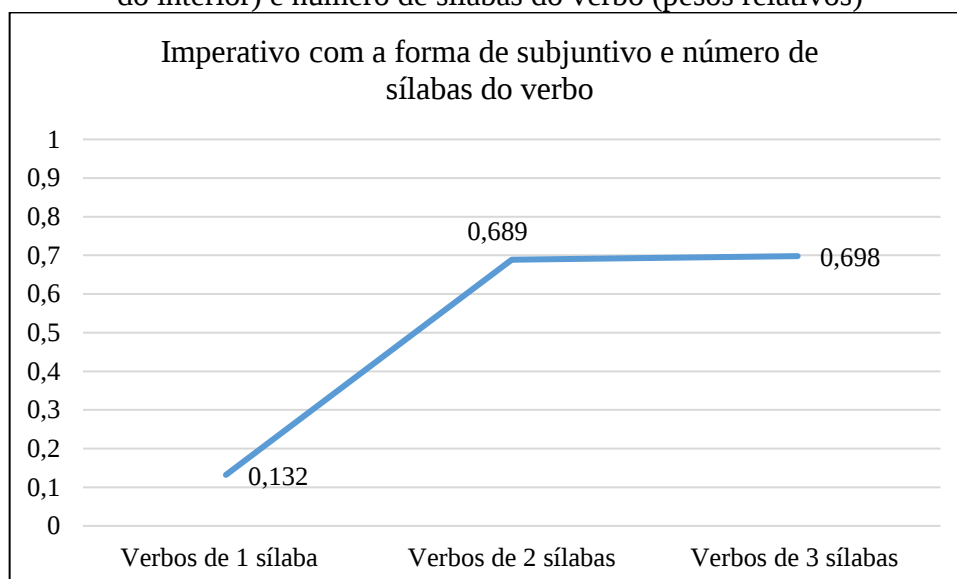
Analisando os resultados obtidos, percebe-se que a hipótese foi parcialmente confirmada, pois os verbos de duas sílabas favorecem a forma do subjuntivo com peso relativo de 0,689, como se pode ver em (33). Quanto aos verbos com mais material fonológico (verbos com três ou mais sílabas), favorecem a forma do subjuntivo como esperado, com 45,5% dos dados e peso relativo de 0,689, como exemplificado em (34).

(33) Não MEXA aí porque você vai estragar a televisão! (mulher, faixa etária 2, Guajará Mirim/RO, questão de prosódia)

(34) Não MALINE! (homem, faixa etária 1, Pedro Afonso/TO, questão de prosódia)

Ressalta-se que houve um baixo número de ocorrências de verbos com mais de duas sílabas no *corpus*, o que requer uma análise cuidadosa destes resultados. Provavelmente, ao juntar os dados das 250 localidades brasileiras, com uma distribuição melhor dos dados pelos fatores dessa variável, afirmações mais conclusivas possam ser feitas. Por ora, e com base apenas nos dados das localidades do interior da Região Norte, pode-se dizer que quanto maior a extensão fonológica do verbo, maior a possibilidade de uso do imperativo com a forma de subjuntivo, como ilustrado no Gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e número de sílabas do verbo (pesos relativos)



Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 2 evidencia, portanto, que os verbos monossilábicos favorecem o imperativo com a forma de indicativo e os verbos mais extensos preservam mais o imperativo com a forma de subjuntivo, ficando os verbos dissílabos em posição intermediária.

5.2.3 Variável ‘Paradigma verbal’

De acordo com os estudos realizados por Scherre (2007), Cardoso (2009), Evangelista (2010), Cardoso (2015) e Oliveira (2017; 2023), os verbos regulares tendem a favorecer o imperativo verbal com a forma do indicativo e os verbos irregulares favorecem o imperativo verbal com a forma do subjuntivo. A hipótese elaborada para esta variável advém desses estudos; sendo assim, os verbos regulares devem favorecer a forma do indicativo e os verbos irregulares devem manter a forma do subjuntivo. Na Tabela 3, a seguir, exibem-se os resultados encontrados:

Tabela 3: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e ‘Paradigma verbal’

Paradigma verbal	Ocorrências/Total	Percentual	Peso relativo
Regular	95/247	38,5%	0,390
Irregular	35/132	26,5%	0,698
			<i>Input: 0,291</i>
			<i>Significance: 0,015</i>

Fonte: Elaboração própria.

Esta pesquisa encontrou um resultado semelhante ao encontrado nos estudos citados acima, pois os verbos irregulares favorecem a forma do subjuntivo, como em (35), com peso relativo de 0,698, confirmando a hipótese aventada. Os verbos regulares, com maior número de ocorrências no *corpus*, inibem a forma de subjuntivo, adotando a forma indicativa, como se pode observar em (36). Estes últimos verbos são menos marcados morfologicamente, ou seja, menos salientes e aderem mais facilmente à mudança.

(35) Senhor, FAÇA o favor aí, o senhor pode ver uma garrafa de refrigerante? (homem, faixa etária 1, Altamira/PA, questionário morfossintático)

(36) Betânia, não MEXA, isso não é para mexer! (mulher, faixa etária 1, Cruzeiro do Sul/AC, questão de prosódia)

No estudo desenvolvido por Santos (2016) foi controlada uma variável denominada de saliência morfofonológica, que foi embasada pelo estudo de Scherre (2004). Para esta variável, assumiu-se que os verbos com menor nível de saliência morfofonológica propiciariam o emprego da forma menos marcada (forma do indicativo), em oposição os verbos com maior nível de saliência morfofonológica, que têm uma marcação maior e tendem a proporcionar o uso da forma marcada (forma do subjuntivo).

Consoante com Deomondes (2023) nas localidades do interior da Região Centro-Oeste o resultado foi semelhante, pois ocorreu maior emprego da forma do subjuntivo com os verbos regulares.

Nossos resultados ratificam, então, o que outros estudos constataram.

5.3 VARIÁVEIS PREVISORAS EXTRALINGUÍSTICAS

Nesta seção apresentam-se e discutem-se os resultados encontrados para as variáveis ‘Sexo’, ‘Faixa etária’, ‘Parte do inquérito’ e ‘Localidade’. Como a variável ‘Faixa etária’ não foi selecionada na rodada considerada para análise, procedeu-se a uma nova rodada com o cruzamento de ‘Sexo’ e ‘Faixa etária’. Com o cruzamento esta nova variável foi selecionada e os resultados obtidos serão apresentados mais adiante.

5.3.1 Variáveis ‘Sexo’ e ‘Faixa etária’

Sobre a variável ‘Sexo’, Cardoso (2004; 2009) diz que as mulheres tendem a favorecer a variante inovadora, que é o imperativo verbal na forma do indicativo, em oposição os homens, que favorecem a forma conservadora, que é o imperativo verbal na forma do subjuntivo. Sendo assim, a hipótese foi a de que as mulheres fariam maior uso do imperativo verbal na forma do indicativo e os homens empregariam mais o imperativo verbal na forma do subjuntivo. Os resultados para essa variável encontram-se na Tabela 4, a seguir:

Tabela 4: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e ‘Sexo’

Sexo	Ocorrências/Total	Percentual	Peso relativo
Feminino	52/200	26%	0,387
Masculino	78/179	43,6%	0,625
			<i>Input: 0,291</i>
			<i>Significance: 0,015</i>

Fonte: Elaboração própria.

Observando os resultados, a hipótese foi confirmada, uma vez que os homens favorecem o imperativo verbal na forma do subjuntivo, com percentual de 43,6% dos dados e peso relativo de 0,625. As mulheres inibem a forma de subjuntivo, favorecendo, pois, a forma inovadora. Scherre e Cardoso (2011) e Santos (2016) afirmam que as mulheres tendem a favorecer as formas menos marcadas, neste caso a forma do indicativo.

De acordo com Deomondes (2023, p. 89), nas localidades do interior da Região Centro-Oeste os homens também usam mais a forma do subjuntivo, com percentual 23,5% dos dados e peso relativo de 0,565, do que as mulheres, que a utilizaram em apenas 18,2% dos dados e peso relativo de 0,425. Comparando os dados das regiões Norte e Centro-Oeste, pode-se lançar a hipótese de que as mulheres das localidades do interior dessas duas regiões brasileiras tendem a ser inovadoras, já que a variação entre as formas de indicativo e subjuntivo para a expressão do imperativo verbal parece não sofrer estigma.

Com o propósito de compreender melhor a influência da variável ‘Sexo’ na escolha da forma do imperativo, analisou-se o efeito do sexo cruzando-o com a faixa etária dos informantes em uma nova rodada, que, coincidentemente, apresentou o mesmo *input* e a mesma significância da rodada anterior ao cruzamento. Na Tabela 5, a seguir, apresentam-se os resultados obtidos com esse cruzamento.

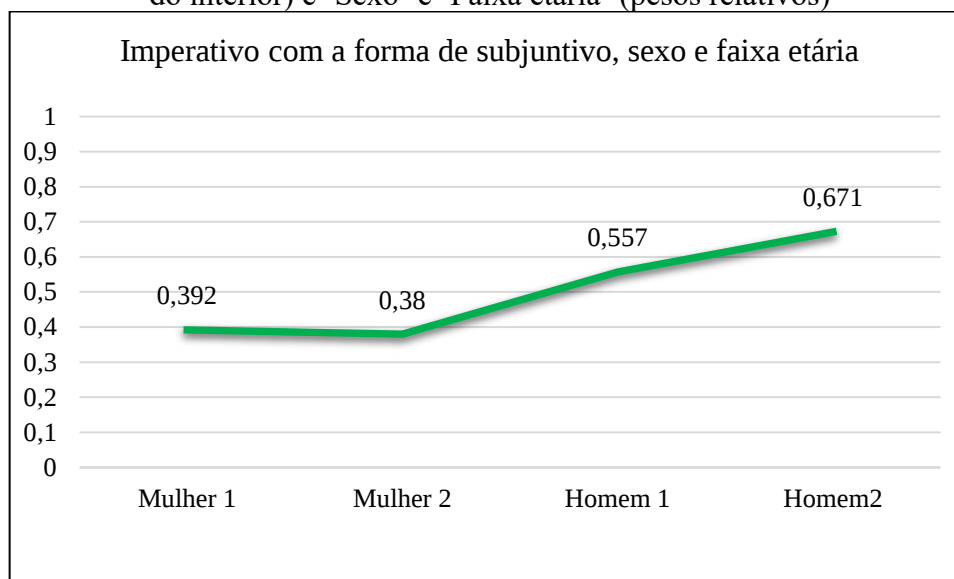
Tabela 5: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e ‘Sexo’ e ‘Faixa etária’

Sexo e faixa etária	Ocorrências/Total	Percentual	Peso relativo
Mulher 1	28/103	27,2%	0,392
Mulher 2	24/97	24,7%	0,380
Homem 1	27/72	37,5%	0,557
Homem 2	51/107	47,7%	0,671
			<i>Input:0,291</i>
			<i>Significance:0,015</i>

Fonte: Elaboração própria.

Os dados demonstram que as mulheres, independentemente da faixa etária, preferem a forma do indicativo nas localidades do interior da Região Norte do Brasil. Em oposição, os homens de ambas as faixas etárias favorecem o imperativo com a forma de subjuntivo, sendo que os da faixa etária 2 apresentam índices maiores (47,7% dos dados e peso relativo de 0,671) do que os da faixa etária 1 (37,5% dos dados e peso relativo de 0,557). Segundo Lacerda (2015), as pesquisas apontam que os informantes da faixa etária 2, os mais velhos, tendem a favorecer o emprego da forma do subjuntivo e a faixa etária 1, que equivale aos jovens, emprega mais a forma do indicativo. O Gráfico 3, a seguir, sintetiza os resultados desta pesquisa (cf. Tabela 5).

Gráfico 3: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e ‘Sexo’ e ‘Faixa etária’ (pesos relativos)



Fonte: Elaboração própria.

Observando os pesos relativos referentes às mulheres, nota-se que inibem a forma do subjuntivo, em oposição aos homens, cujos pesos relativos exibem um crescimento com a mudança de faixa etária⁵. Assim, pode-se considerar a hipótese de uma mudança em curso, ou seja, pode-se pressupor que as próximas gerações comungarão traços linguísticos com a faixa etária 1 e provavelmente fará maior uso do imperativo verbal com a forma do indicativo.

Deomondes (2023, p. 79), analisando o mesmo fenômeno nas localidades do interior da Região Centro-Oeste, encontrou um desenho diferente desta variável, pois a faixa etária 1, que corresponde aos mais jovens, foi a que favoreceu a forma do subjuntivo com 25,9% dos dados

⁵ Chama-se atenção para a estratificação das faixas etárias no Projeto ALiB: integram a faixa etária 1 informantes de 18 a 30 anos e a faixa etária 2 os de 50 a 65 anos.

e peso relativo de 0,592. Entretanto não convém comparar as regiões Norte e Centro-Oeste quanto à variável ‘Faixa etária’, pois esta foi selecionada na Região Centro-Oeste, mas não na Região Norte. Os resultados apresentados decorrem do cruzamento com a variável ‘Sexo’. De fato, olhando os percentuais apenas por faixa etária, não há diferença estatisticamente significativa entre o comportamento das duas faixas etárias quanto ao uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo (faixa 1: 31,4%; faixa 2: 36,8%).

Ainda sobre a variável ‘Faixa etária’, o estudo de Figueiredo (2023) evidencia uma mudança em curso favorável à forma do indicativo. A autora argumenta que existe uma propensão de os falantes mais jovens favorecerem a forma do indicativo em oposição aos falantes mais velhos, que são favoráveis à forma do subjuntivo, corroborando a hipótese da mudança em favor da forma do indicativo em determinadas localidades.

5.3.2 Variável ‘Parte do inquérito’

Para esta variável foi elaborada a hipótese, embasada na estruturação do inquérito do ALiB, de que na parte mais monitorada do inquérito (questionários fonético-fonológico e semântico-lexical) os informantes usariam mais o imperativo associado ao subjuntivo e na parte menos monitorada (questionário morfossintático e discursos semidirigidos, por exemplo), os falantes poderiam favorecer o imperativo associado à forma de indicativo. Na Tabela 6, a seguir, são apresentados os resultados encontrados.

Tabela 6: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e ‘Parte do inquérito’

Parte do inquérito	Ocorrências/Total	Percentual	Peso relativo
[+ monitorado]	108/334	32,3%	0,445
[- monitorado]	22/45	48,9%	0,836
			<i>Input: 0,291</i>
			<i>Significance: 0,015</i>

Fonte: Elaboração própria.

Os dados apresentados na tabela acima apontam que a parte do inquérito menos monitorada favorece a forma do subjuntivo, com percentual 48,9% dos dados e peso relativo de 0,836, descartando, assim, a hipótese aventada.

É preciso ressaltar que a grande maioria dos dados do *corpus* desta pesquisa ocorreu nas questões de prosódia, que integram o questionário fonético-fonológico. Nessas questões, o

documentador solicita ao informante que dê ordens, por exemplo, a um filho ou peça a alguém para sair de sua casa. Muito provavelmente deve atuar aqui a questão da polidez e da preservação de face, que foge ao escopo desta dissertação. Assim, pode-se pensar na seguinte hipótese explicativa: o informante tem que dar ordens hipotéticas (ele está fora de uma situação real de fala) e, como está em uma situação de entrevista, precisa mostrar que é educado/polido. Segundo Figueredo (2023), o imperativo associado ao indicativo é mais usado para pedidos e considerado mais polido e o imperativo associado ao subjuntivo é mais usado para ordens e menos polido, mais autoritário.

Comparando os resultados das localidades do interior da Região Norte com os de Deomondes (2023) sobre as localidades do interior da Região Centro-Oeste, percebe-se que o fenômeno se comporta de modo diferente, dado que na Região Centro-Oeste a parte mais monitorada do inquérito (o questionário fonético-fonológico) favoreceu a forma do subjuntivo, com percentual 47% dos dados e peso relativo de 0,841.

5.3.3 Variável ‘Localidade’

Com base na pesquisa de Oliveira (2023), construiu-se a hipótese de que apenas o município do interior do Estado de Rondônia, Guajará Mirim, apresentaria maior emprego da variante do imperativo verbal na forma do subjuntivo, seguindo a capital, Porto Velho, e as demais localidades nos outros estados favoreceriam o imperativo verbal na forma do indicativo, também acompanhando as respectivas capitais. Ressalta-se que não tem localidade do interior do Estado de Roraima nesta análise devido ao fato de que o Projeto ALiB só coletou dados da capital, Boa Vista, e que não há dados de Palmas (capital do Tocantins), que não integra a rede de pontos do ALiB. Lembre-se ainda que, em Natividade (Tocantins), todos os dados foram de imperativo verbal com a forma de indicativo e foram retirados da rodada dos pesos relativos. Na Tabela 7, a seguir, observam-se os resultados obtidos com os dados, aí incluídos os resultados⁶ das capitais retirados de Oliveira (2023, p. 238).

⁶ Para as capitais, apresentam-se apenas o número de ocorrências e os percentuais, pois elas não entraram nas rodadas juntamente com as localidades do interior dos estados.

Tabela 7: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e ‘Localidade’

Localidade	Ocorrências/Total	Percentual	Peso relativo
AMAPÁ			
Oiapoque ⁷	5/16	31,2%	0,519
Macapá	42/136	30,9%	-
RORAIMA			
Boa Vista	27/121	22,3%	-
AMAZONAS			
São Gabriel da Cachoeira	5/17	29,4%	0,371
Tefé	6/22	27,3%	0,485
Manaus	55/225	24,4%	-
Benjamin Constant	12/27	44,4%	0,634
Humaitá	9/16	56,2%	0,745
PARÁ			
Soure	10/29	34,5%	0,543
Óbidos	4/17	23,5%	0,339
Almeirim	7/27	25,9%	0,379
Belém	23/90	25,6%	-
Bragança	6/21	28,6%	0,401
Altamira	10/35	28,6%	0,392
Marabá	17/22	77,3%	0,896
Jacareacanga	6/26	23,1%	0,443
Conceição do Araguaia	1/17	5,9%	0,121
Itaituba	14/24	58,3%	0,713
ACRE			
Cruzeiro do Sul	7/12	58,3%	0,770
Rio Branco	16/88	18,2%	-
RONDÔNIA			
Porto Velho	27/67	40,3%	-
Guajará Mirim	7/20	35%	0,526
TOCANTINS			
Pedro Afonso	4/24	16,7%	0,258
Natividade	0/7	0%	-
			<i>Input: 0,291</i>
			<i>Significance: 0,015</i>

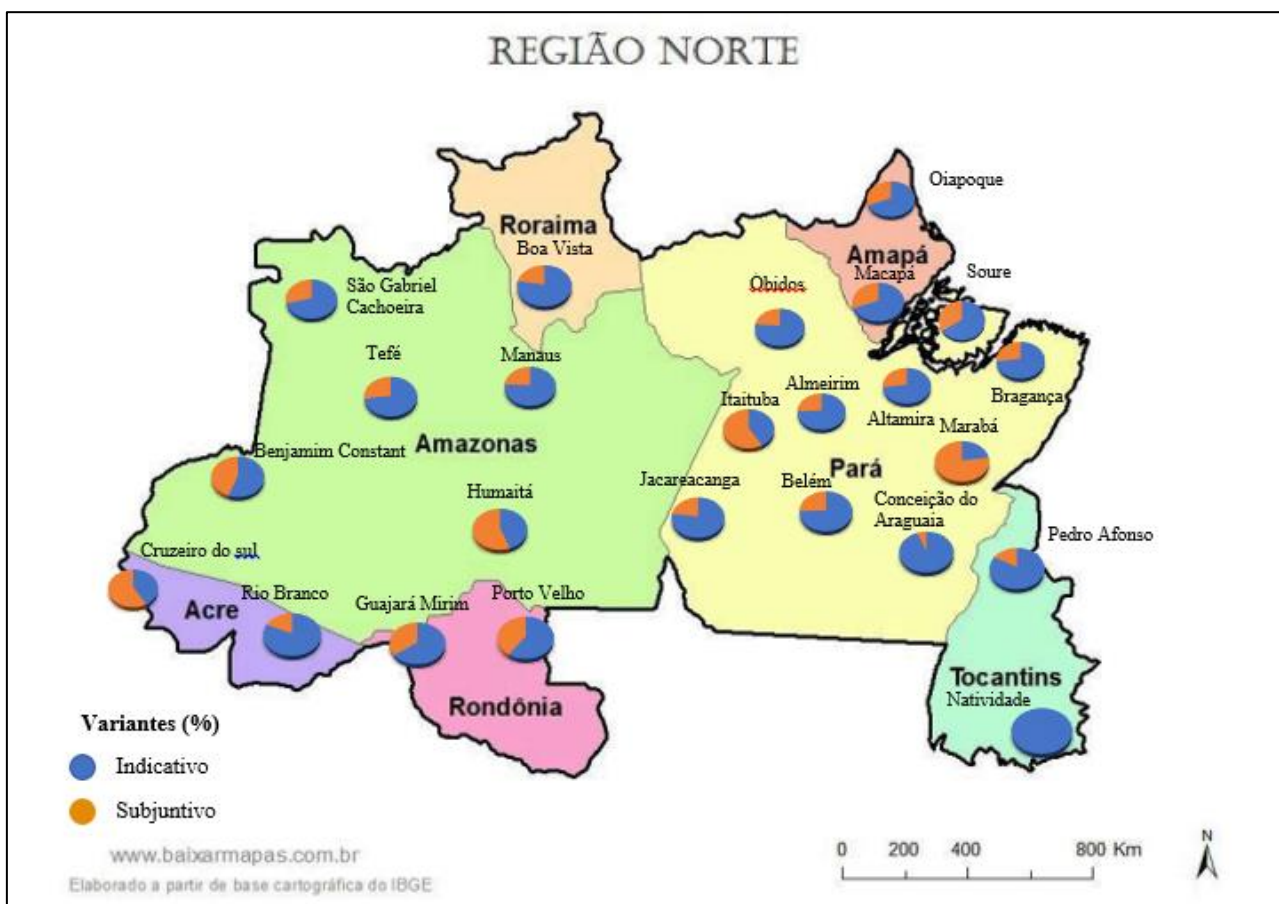
Fonte: Elaboração própria.

Pelos resultados encontrados, há algumas localidades do interior da Região Norte que apresentaram um comportamento linguístico conservador, favorecendo o imperativo verbal com a forma de subjuntivo, além de Guajará Mirim, em Rondônia, cujo resultado era esperado. Diferentemente dos resultados de Oliveira (2023), a Região Norte revelou, consideradas as

⁷ As localidades que compõem a rede de pontos do projeto ALiB estão dispostas nesta tabela seguindo a metodologia do Projeto e não seguindo a ordem crescente ou decrescente dos pesos relativos.

localidades do interior, muito mais variação, com algumas áreas mais conservadoras e outras mais inovadoras, como se pode ver na Figura 5, a seguir, que exhibe os resultados das capitais e das localidades do interior em percentuais de ambas as variantes de expressão do imperativo verbal.

Figura 5: Variantes do imperativo verbal na Região Norte (percentuais)



Fonte: Elaboração própria.

Como a hipótese geral foi confirmada em parte, inicia-se a interpretação dos resultados pelo Estado de Rondônia e, a seguir, segue-se a ordem dos estados apresentada na Tabela 7.

Considerando os estudos Santos (2016), Scherre (2004; 2007) e Scherre et al. (2007), segundo os quais o pronome usado pelo interlocutor pode influenciar na escolha da variante do imperativo – o emprego do pronome *tu* pressupõe que o informante faça uso da forma do indicativo e o emprego do pronome *você* pressupõe maior probabilidade de uso da forma do subjuntivo –, serão confrontados os resultados desta dissertação sobre o imperativo com os dos pronomes pessoais de Nogueira (2021), que analisou a variação entre esses pronomes na Região Norte com base nos dados do ALiB.

A localidade de Guajará Mirim, no Estado de Rondônia, favoreceu levemente a forma do subjuntivo, com 35% e peso relativo 0,526, pois, conforme Oliveira (2023) a capital do Estado de Rondônia favorece a forma do subjuntivo com percentual de 40,3% dos dados e peso relativo de 0,625. A explicação para esse resultado é que, de acordo com Pinto (2016), durante o ciclo da borracha ocorreu a chegada de imigrantes da Região Nordeste, mais especificamente do Ceará, e, segundo Oliveira (2017; 2023), há predomínio da forma do subjuntivo nas capitais nordestinas. Assim, imagina-se que esses imigrantes conseguiram preservar e transmitir essa variante para a Região Norte. Ambas as localidades desse Estado apresentam uso bastante variável dos pronomes *tu* e *você*. Segundo Nogueira (2021), Guajará Mirim apresenta peso relativo de 0,48 e Porto Velho apresenta peso relativo de 0,55 de emprego do pronome *tu*, próximos ao ponto neutro, o que indica grande variação.

Outra hipótese explicativa é que se pressupõe que a localidade de Guajará Mirim comungue traços linguísticos com a região boliviana, uma vez que compartilham fronteiras. Consoante com Diniz (2018), na Bolívia há uma localidade que é considerada irmã gêmea de Guajará Mirim, Guayaramerín. Esses municípios compartilham os elementos socioculturais e econômicos. Por exemplo, estudantes brasileiros cursam universidades na Bolívia e o movimento contrário ocorre no Brasil, uma vez que os estudantes bolivianos do ensino médio e fundamental estudam em Guajará Mirim. Salienta-se que durante o período colonial houve a união dessas comunidades (Bolívia e a região que atualmente é Rondônia), visando à construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que proporcionou trocas linguísticas. Assim como no português, no espanhol também há duas formas para o imperativo verbal, mas no espanhol, como no português europeu, essas formas são associadas aos pronomes *tu* (mais informal) e *você/usted* (mais formal). Assim, o uso de duas formas, embora com funções diferentes, em espanhol pode atuar no uso também de duas formas no português dessa área brasileira.

Outro fator que provavelmente pode ter impactado as escolhas linguísticas dos informantes é o fato de que esse território pertenceu à região do Mato Grosso. Essa hipótese é fundamentada nos resultados apresentados por Deomondes (2023) para a localidade de Aripuanã, na região oeste do Mato Grosso, próxima ao Estado de Rondônia. Aripuanã apresentou apenas seis (de um total de 48) ocorrências de imperativo verbal com a forma do subjuntivo. Então é possível que Guajará Mirim compartilhe traços linguísticos com Aripuanã.

A localidade do Oiapoque, no Estado do Amapá, apresentou percentual próximo ao da capital, mas favorece, ainda que levemente (peso relativo próximo ao ponto neutro), a forma do subjuntivo. De acordo com Nogueira (2021, p. 165), Oiapoque inibe o uso do pronome *tu*,

com peso relativo de 0,10. Assim, o alto índice de uso do pronome *você* na localidade pode propiciar maior emprego do imperativo associado à forma de subjuntivo. Segundo Oliveira (2023), Macapá apresentou 30,9% dos dados com a forma subjuntiva e um peso relativo de 0,484 (também próximo ao ponto neutro). Segundo Nogueira (2021, p. 165), essa capital conserva o uso do pronome *tu*, com peso relativo de 0,83.

Quanto ao Estado de Roraima, como se disse, o ALiB não coletou dados no interior. Os dados da capital, Boa Vista, evidenciam a preferência pelo imperativo verbal com a forma de indicativo (Oliveira, 2023), embora apresente peso relativo de 0,40 para o uso do pronome *tu*, segundo Nogueira (2021, p. 165).

No que concerne às localidades do interior do Amazonas, favoreceram a forma do subjuntivo. Humaitá, com percentual de 56,2% e peso relativo de 0,745, e Benjamim Constant, com percentual de 44,4% e peso relativo de 0,634, embora favoreçam o uso do pronome *tu*, consoante Nogueira (2021). Essas duas localidades apresentaram um comportamento diferente do da capital, Manaus, que, segundo Oliveira (2023), obteve um percentual de apenas 24,4% dos dados com a forma do subjuntivo. De acordo com Nogueira (2021, p. 165), Manaus favorece, ainda que timidamente, o uso do pronome *tu*, com peso relativo de 0,52.

Aventa-se a hipótese de que a localidade de Humaitá, devido à proximidade, comungue traços linguísticos com a capital do Estado de Rondônia, que favorece a forma do subjuntivo. Outra hipótese para esse resultado é a presença de imigrantes da região que atualmente é o Estado do Paraná, pois, conforme Ribeiro e Leopoldo (2003), durante o período de colonização, incentivadas pelo Governo Federal, cerca de 300 famílias instalaram-se na região que corresponde à localidade de Humaitá. Segundo Oliveira (2023), a capital do Estado do Paraná favorece a forma do subjuntivo e há variação comprovada em Rocha e Oliveira (inédito). Com base nessas informações, acredita-se que esse cenário influenciou a escolha das variantes do imperativo verbal.

Em relação à localidade de Benjamim Constant, é uma região de fronteira com dois países: Colômbia e Peru. A localidade mantém uma relação intensa com a região do Peru por meio de comércio e do processo de migração de peruanos para o Brasil. Sendo assim, supõe-se que haja trocas linguísticas entre o português e o espanhol nessas comunidades, o que provavelmente interfere na escolha das variantes do imperativo verbal. Outra explicação pode ser feita com base nos estudos desenvolvidos por Fernandes (2015): a hipótese de que a presença de nordestinos proporcionada pelo Governo Federal com o objetivo de povoar a

localidade de Benjamim Constant possivelmente influencia na escolha da forma do subjuntivo para a expressão do imperativo verbal.

Ainda no Amazonas, as localidades de São Gabriel da Cachoeira e Tefé exibem resultados semelhantes aos da capital, Manaus, apresentando índices que apontam a preferência pelo imperativo com a forma de indicativo, embora Tefé apresente peso relativo muito próximo ao ponto neutro (0,485). Quanto ao uso dos pronomes pessoais, São Gabriel da Cachoeira prefere o pronome *tu* e Tefé prefere o pronome *você* (cf. Nogueira, 2021, p. 165).

No interior do Estado do Pará, favoreceram a forma do subjuntivo: Marabá, com 77,3% dos dados e peso relativo de 0,896; Itaituba, com percentual de 58,3% dos dados e peso relativo de 0,713; e Soure, com percentual de 34,5% dos dados e peso relativo de 0,543 (próximo ao ponto neutro). Comparando os resultados dessas localidades com os da capital paraense, percebe-se que há distanciamento, pois, juntamente com as demais localidades, Belém apresenta índice abaixo de 30% de uso do imperativo com a forma de subjuntivo. Segundo Nogueira (2021, p. 165-166), Marabá e Belém favorecem o uso do pronome *tu* e Itaituba e Soure preferem o pronome *você*.

Construiu-se a hipótese de que os falantes conservaram os traços linguísticos adquiridos durante o período colonial, tendo em vista que Rodrigues (2010) descreve que, durante o período colonial, a região que corresponde a Marabá mantinha relações comerciais com algumas regiões do sertão. O autor argumenta que essas relações proporcionaram correntes migratórias para a localidade de Marabá. Segundo Rodrigues (2010), no início do século XX a extração da seiva do caucho⁸ promoveu ondas migratórias da Região Nordeste, sobretudo do Maranhão, do norte de Goiás (atual Estado do Tocantins), do Piauí, do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e da Bahia. Considerando essa informação, deduz-se que houve forte influência da Região Nordeste na formação cultural e linguística dessa localidade, uma vez que das regiões elencadas por Rodrigues (2010) somente, de acordo com Oliveira (2017), o Maranhão (e a região do Tocantins, como veremos a seguir) inibe a forma do subjuntivo.

Segundo Rodrigues (2010), Marabá era uma localidade circunstancialmente isolada em relação aos demais povoados devido ao acesso ser possível apenas pelos rios Tocantins e Itacaiunas. Em virtude dessa adversidade, consoante com o autor, os grupos locais desenvolveram práticas de monopólio das comunicações, dos transportes e do comércio locais. Somente na década de 1970 começou a ser implantado o projeto de urbanismo na atual cidade

⁸ Nome dado pelos espanhóis à seiva da borracha.

de Marabá. Isso pode ter favorecido o comportamento linguístico diferenciado dessa localidade em relação a outras vizinhas, conservando a forma do subjuntivo.

Em relação a Itaituba, que também favoreceu a forma do subjuntivo, **a localidade encontra-se** localizada na região sudoeste do Pará. Com base no estudo desenvolvido por Rocha (2018), levanta-se a hipótese de que os processos migratórios que aconteceram durante o ciclo da borracha e do ouro nessa localidade propiciaram a variante da forma do subjuntivo, posto que, conforme Rocha (2018):

A população itaitubense é composta pelas comunidades indígenas ainda residentes na localidade, a saber, da etnia Munduruku, uma nomeada Praia do Índio e Praia do Mangue, os povos ribeirinhos e como consequência da corrida do ouro passou a integrar essa massa populacional um expressivo contingente de nordestinos. (Rocha, 2018, p. 73)

De acordo com a citação acima, nordestinos fizeram parte do processo de formação da população da localidade de Itaituba. Percebe-se que a miscigenação é refletida na língua e nas escolhas linguísticas. Como na Região Nordeste predomina o imperativo verbal com a forma de subjuntivo (Oliveira, 2017; 2023), essa variante pode ter sido conservada pela influência dos nordestinos.

Quanto aos resultados da localidade de Soure, o município está localizado no nordeste do Estado do Pará, na parte leste da Ilha do Marajó. Levantou-se a hipótese de que, devido à proximidade, comungasse traços linguísticos com a capital do estado, Belém. Tal hipótese não se confirma, pois, segundo Oliveira (2023), Belém inibe o imperativo com a forma de subjuntivo, que atuou em apenas 35,6% dos dados. Já em Soure, a forma subjuntiva atinge 34,5% e apresentou peso relativo de 0,543, favorecendo essa forma, embora próximo ao ponto neutro.

Após esta análise pressupõe-se que a presença de imigrantes nordestinos nas localidades do interior do Pará, com exceção de Soure, é um fator que favorece a forma do subjuntivo no Estado.

As localidades de Óbidos, Almeirim, Bragança, Altamira, Jacareacanga e Conceição do Araguaia inibem, umas um pouco mais que outras, o imperativo com a forma subjuntiva, embora Almeirim e Altamira inibam o emprego do pronome *tu*, de acordo com Nogueira (2021, p. 166).

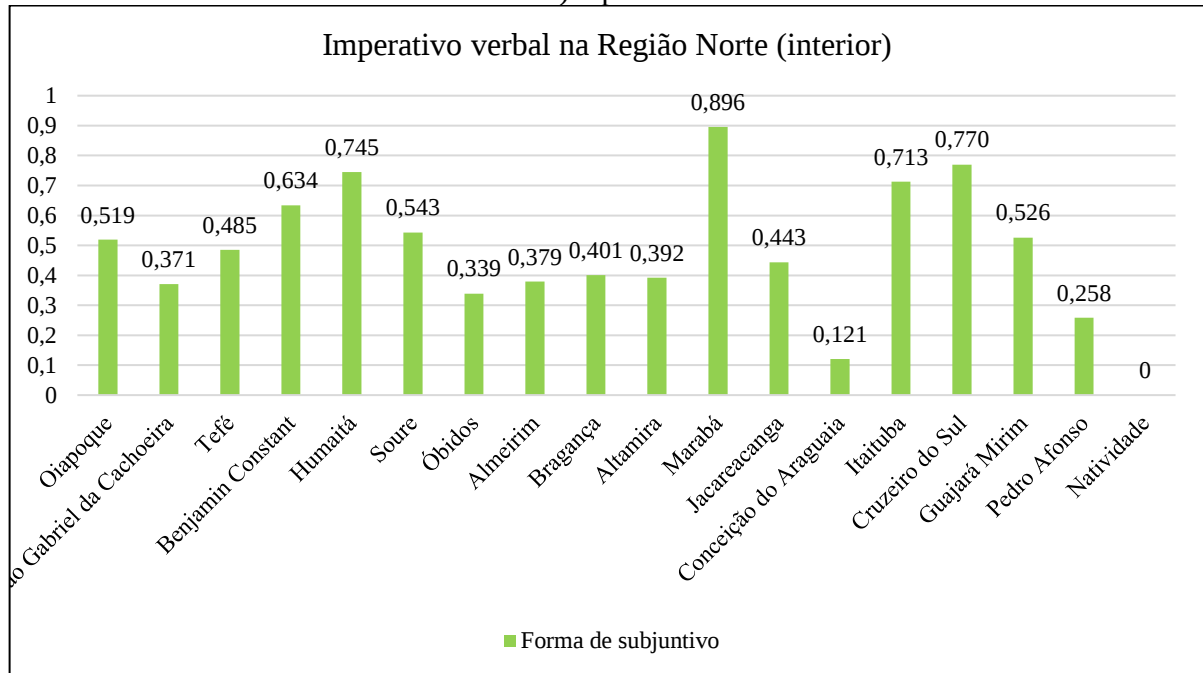
No que concerne à localidade de Cruzeiro do Sul, no Estado Acre, a mesma favorece o imperativo verbal na forma do subjuntivo, com percentual de 58,3% dos dados e peso relativo

de 0,770, apresentando um resultado que difere do da capital do estado, que, consoante Oliveira (2023), apresentou o percentual de 18,2% dos dados com a forma do subjuntivo. Segundo Casadei (1976), durante o período de formação, Cruzeiro do Sul também teve a presença de nordestinos, que estavam em busca de melhores condições de vida. Assume-se a hipótese de que essas pessoas influenciaram na língua desta localidade. Conforme descrevem Perez et al. (2007), um fato importante é que os períodos de seca e o difícil acesso à localidade de Cruzeiro do Sul provocam um isolamento que corrobora a manutenção de traços linguísticos conservadores. Tanto Cruzeiro do Sul quanto Rio Branco favorecem o uso do pronome *tu*, ainda segundo Nogueira (2021, p. 166).

O Estado do Tocantins foi o único que inibiu completamente o imperativo com a forma do subjuntivo, muito embora, de acordo com Nogueira (2021), Natividade apresente uso categórico e Pedro Afonso uso semicategórico (94,6%) do pronome *você*, que, por hipótese, deveria favorecer o imperativo com a forma subjuntiva. A hipótese explicativa para esse fato é a de que essa região comunga traços com a Região Centro-Oeste brasileira. Durante um longo período, a área que atualmente é Tocantins pertenceu à Região Centro-Oeste, especificamente ao atual Estado de Goiás; dessa forma, os falantes tocaninenses identificam-se com o falar goiano. No estudo desenvolvido por Deomondes (2023), o Estado de Goiás apresenta o menor percentual da forma subjuntiva na Região Centro-Oeste, com apenas 16,1% dos dados. Outra hipótese é a de que o norte do Tocantins comungue traços linguísticos com o Estado do Maranhão, que segundo Oliveira (2023; 2017), foi o único estado da Região Nordeste que inibiu a forma do subjuntivo. Analisando os dados deste estudo percebe-se que a localidade de Pedro Afonso, que fica no norte tocaninense e próxima ao Estado do Maranhão obteve uma porcentagem baixa (16,7%) de uso do subjuntivo.

Esses resultados reforçam que o imperativo verbal apresenta uma variação diatópica e em cada espaço o fenômeno comporta-se de forma diferente. No Gráfico 4, a seguir, visualiza-se o emprego do imperativo verbal com a forma do subjuntivo nas localidades do interior nortista que favorecem (peso relativo acima de 0,5) e que inibem (peso relativo abaixo de 0,5) essa variante.

Gráfico 4: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) – pesos relativos



Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 4 ilustra que há muita variação na Região Norte. Entretanto pode-se notar que poucas são as localidades que apresentam índices que favorecem o imperativo verbal com a forma de subjuntivo. Diferentemente dos resultados de Souza (2019) e de Oliveira (2023), a Região Norte revela-se, pois, inovadora, com maior uso do imperativo associado à forma de indicativo, unindo-se às regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Buscando compreender o comportamento da expressão do imperativo verbal nas localidades nortistas, realizou-se um cruzamento das variáveis ‘Localidade’ e ‘Sexo’ e os resultados encontrados estão expostos na Tabela 8, a seguir:

Tabela 8: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e ‘Localidade’ e ‘Sexo’

Localidade	Sexo	Ocorrências/total	Percentual	Peso relativo
Oiapoque	Mulher	1/9	11,1%	0,310
	Homem	4/7	57,1%	0,733
São Gabriel da Cachoeira	Mulher	1/8	12,5%	0,194
	Homem	4/9	44,4%	0,584
Tefé	Mulher	1/13	7,7%	0,225
	Homem	5/9	55,6%	0,748
Benjamin Constant	Mulher	3/10	30%	0,458
	Homem	9/17	52,9%	0,795
Humaitá	Mulher	5/9	55,6%	0,778
	Homem	4/7	57,1%	0,725
Soure	Mulher	3/17	17,6%	0,256
	Homem	7/12	58,3%	0,826
Óbidos	Mulher	2/10	20%	0,329
	Homem	2/7	28,6%	0,368
Almeirim	Mulher	6/15	40%	0,549
	Homem	1/12	8,3%	0,085
Bragança	Mulher	5/12	41,7%	0,625
	Homem	1/9	11,1%	0,148
Altamira	Mulher	3/16	18,8%	0,239
	Homem	7/19	36,8%	0,538
Marabá	Mulher	8/12	66,7%	0,821
	Homem	9/10	90%	0,986
Jacareacanga	Mulher	3/9	33,3%	0,334
	Homem	3/17	17,6%	0,610
Conceição do Araguaia	Mulher	0/9	0%	-
	Homem	1/8	12,5%	0,271
Itaituba	Mulher	3/9	33,3%	0,486
	Homem	11/15	73,3%	0,871
Cruzeiro do Sul	Mulher	4/9	44,4%	0,662
	Homem	3/3	100%	-
Guajará Mirim	Mulher	3/12	25%	0,349
	Homem	4/8	50%	0,740
Pedro Afonso	Mulher	1/8	12,5%	0,426
	Homem	3/16	18,8%	0,329
Natividade	Mulher	0/5	0%	-
	Homem	0/2	0%	-

Input: 0,291

Significance: 0,015

Fonte: Elaboração própria.

Analisando os resultados da Tabela 8, nota-se que na grande maioria das localidades há diferenças no comportamento linguístico de homens e mulheres, o que se observou no resultado geral da variável ‘Sexo’ na Tabela 4. Favorecendo a forma do subjuntivo, os homens se

mostraram mais conservadores do que as mulheres nas localidades de Oiapoque/AP, São Gabriel da Cachoeira/AM, Tefé/AM, Benjamin Constant/AM, Soure/PA, Altamira/PA, Jacareacanga/PA, Itaituba/PA e Guajará Mirim/RO. Em Almeirim/PA e em Bragança/PA, ao contrário, são as mulheres que conservam a forma de subjuntivo, estando os homens liderando a mudança. Nas cidades de Humaitá/AM e Marabá/PA, ambos os sexos preferem o imperativo com a forma de subjuntivo; e, opostamente, em Óbidos/PA e em Pedro Afonso/TO, ambos os sexos preferem o imperativo com a forma de indicativo. Em Conceição do Araguaia/PA, o subjuntivo é inibido, com as mulheres sendo categóricas no uso da forma de indicativo. O mesmo ocorre em Natividade/TO, onde não se registrou nenhum dado de imperativo verbal com a forma de subjuntivo. Finalmente, em Cruzeiro do Sul/AC, há uma preferência pela forma de subjuntivo, com os homens apresentando comportamento categórico para essa variante.

Ainda sobre a diatopia, cumpre apresentar e comentar alguns dos resultados obtidos na segunda rodada dos dados, que, como dito na seção 5.1, foi feita com a variável ‘Estado’ e sem a variável ‘Localidade’. Como a opção foi pela rodada com os municípios, cujos resultados foram apresentados até aqui, da rodada com os estados serão apresentados, a seguir, apenas os resultados dessa variável. Observe-se a Tabela 9:

Tabela 9: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte e ‘Estado’

Estado	Ocorrências/Total	Percentual	Peso relativo
Amapá	5/16	31,2%	0,488
Roraima ⁹	27/121	22,3%	-
Amazonas	32/82	39%	0,567
Pará	75/218	34,4%	0,515
Acre	7/12	58,3	0,792
Rondônia	7/20	35%	0,480
Tocantins	4/31	12,9%	0,172
			<i>Input: 0,297</i>
			<i>Significance: 0,041</i>

Fonte: Elaboração própria.

A partir dos dados da Tabela 9, pode-se ratificar que a Região Norte apresenta variação na expressão do imperativo verbal. Os estados do Acre e do Amazonas favorecem o emprego da forma do subjuntivo, com pesos relativos de 0,792 e 0,567, respectivamente. Já o Estado do

⁹ Como a única localidade do Estado de Roraima que integra a rede de pontos do ALiB é a capital, Boa Vista, apresentamos o número de ocorrências e o percentual encontrado por Oliveira (2023, p. 238). Para os demais estados, os resultados referem-se às localidades do interior.

Tocantins revela-se inovador, pois inibe o subjuntivo (peso relativo de 0,172). Os estados do Amapá, Pará e Rondônia apresentam índices próximos ao ponto neutro (0,488, 0,515 e 0,480, respectivamente). Não há peso relativo para Roraima porque os dados desse Estado não foram rodados juntamente com os desta dissertação, mas o percentual apresentado por Oliveira (2023) para a capital indica que é também um estado que inibe o imperativo verbal com a forma de subjuntivo.

Com base nesses resultados e nos trabalhos de Oliveira (2017; 2023) e de Deomondes (2023), pode-se afirmar que a Região Norte parece ser mais conservadora do que as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste e mais inovadora do que a Região Nordeste.

5.4 VARIÁVEIS DESCARTADAS

Nesta seção, comentam-se as variáveis controladas na pesquisa que foram descartadas pelo GoldVarb X por não apresentarem relevância estatística. Assim, apresentam-se o total de ocorrências e os percentuais encontrados registrados para cada fator na Tabela 10, a seguir:

Tabela 10: Uso do imperativo verbal com a forma de subjuntivo na Região Norte (localidades do interior) e variáveis descartadas

Variável	Fatores	Ocorrências/total	Percentual
Faixa etária	Faixa 1	55/175	31,4%
	Faixa 2	75/204	36,8%
Clíticos	Ausência	114/348	32,8%
	Próclise	16/30	53,3%
Valor semântico do imperativo	Ordem	88/279	31,5%
	Pedido	32/79	40,5%
	Conselho	6/12	50%
	Instrução	4/9	44,4%
Estados	Acre	7/12	58,3%
	Amapá	5/16	31,2%
	Amazonas	32/82	39%
	Pará	75/143	34,4%
	Rondônia	7/20	35%
	Tocantins	4/31	12,9%
Tipo de discurso	Hipotético	130/376	34,6%
	Real	0/3	0%

Fonte: Elaboração própria.

Mesmo essas variáveis tendo sido descartadas pelo programa de regras variáveis, nota-se que os percentuais demonstram um comportamento semelhante ao encontrado em outras pesquisas sobre o fenômeno.

Observando os dados obtidos para a faixa etária, percebe-se que os informantes mais velhos tendem a empregar um pouco mais o imperativo verbal na forma do subjuntivo em comparação com os mais jovens, como nos estudos de Figueredo (2023) e Oliveira (2023). Esses resultados indicam uma provável mudança em progresso.

Sobre a presença/ausência dos clíticos, observa-se que houve poucos dados com a presença do clítico, 30 dados, todos com próclise. Na Tabela 10, nota-se que nos casos de próclise há mais uso de imperativo verbal na forma do subjuntivo (53,3%) do que nos casos de ausência de clítico (32,8%). No entanto chama-se a atenção para o fato de os dados estarem em uma distribuição desequilibrada: de um total de 378, 348 são de ausência de clítico e apenas 30 com clítico antes do verbo, dos quais dezesseis foram de imperativo com a forma de subjuntivo, como no exemplo a seguir:

(37) Garçom, ME DÊ um guaraná, por favor! (homem, faixa etária 2, Oiapoque/AP)

Em relação ao valor semântico do imperativo, o imperativo verbal com a forma de subjuntivo apresentou percentuais bem diferentes para os fatores ‘ordem’ (31,5% dos dados), como em (38), ‘pedido’ (40,5% dos dados), como em (39), ‘conselho’ (50% dos dados), como em (40), e ‘instrução’ (44,4% dos dados), como em (41).

(38) Meu filho, SAIA dessa chuva! (homem, faixa etária 2, Oiapoque/AP)

(39) Meu filho, esse caminho que você vai tá é errado, OUÇA minhas palavras, não OUÇA as palavras dos seus amigos da rua! (homem, faixa etária 2, Oiapoque/AP)

(40) Me DÊ um copo de guaraná! (mulher, faixa etária 1, Humaitá/AM)

(41) TIRA o talinho da alface, LAVA bem lavadinho! (mulher, faixa etária 2, Bragança/PA, questionário morfossintático)

Nessa variável, constatou-se também uma má distribuição dos dados, pois há 279 casos de ‘ordem’ contra 79 de ‘pedido’, 12 de ‘conselho’ e apenas nove de ‘instrução’. E isso se deve à estrutura do inquérito do ALiB, que propicia mais dados de imperativo verbal com o valor semântico de ordem, sobretudo nas questões de prosódia.

No que diz respeito à variável ‘Estado’, os resultados encontrados nesta pesquisa, que considerou apenas os dados das localidades do interior, apontam que os estados do Acre, de Rondônia, do Amazonas e do Pará são mais conservadores, favorecendo o imperativo verbal com a forma de subjuntivo com percentuais, respectivamente, de 58,3%, 35%, 39% e 34,4%. E o Estado do Tocantins inibiu o imperativo com a forma de subjuntivo, com 12,9% mostrando-se, pois, à frente da mudança linguística na Região Norte.

Sobre o tipo de discurso, a distribuição dos dados também é desequilibrada, com 161 dados hipotéticos e apenas três dados reais (todos com o imperativo na forma de indicativo), o que se deve também ao inquérito do ALiB, que apresenta ao informante situações hipotéticas nos questionários. Os dados reais poderiam ocorrer nos discursos semidirigidos (o que não se verificou no *corpus* desta pesquisa), mas estes acontecem já próximo ao fim da entrevista, com o informante já cansado, falando pouco e querendo terminar a gravação.

Finalizada a análise dos dados, passa-se, na seção seguinte, às considerações finais desta dissertação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objeto de estudo a realização variável do imperativo verbal, que pode ocorrer com a forma de indicativo (*pega, faz, vai*) ou com a forma de subjuntivo (*peque, faça, vá*), na Região Norte a partir do levantamento e exame de dados do Projeto ALiB.

O quadro teórico-metodológico adotado para o tratamento e a análise dos dados foi o da Dialetoлогия/Geolinguística (Cardoso, 2010; Thun, 2017; Romano, 2020) e da Sociolinguística Variacionista (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov, 2008 [1972]).

Além de descrever a realização do imperativo verbal na Região Norte, com uma fotografia do fenômeno em 18 cidades do interior dos estados que compõem essa região, esta pesquisa buscou responder às seguintes questões: Qual é a variante do imperativo verbal mais empregada nos municípios do interior da Região Norte? Há um padrão de semelhança entre os municípios do interior e as capitais dos estados na escolha da variante do imperativo verbal? Quais as variáveis que condicionam a escolha de uma ou outra forma?

Compõem o *corpus* deste trabalho apenas as localidades do interior da Região Norte porque os dados das capitais dos estados foram analisados por Oliveira (2023), mas foram apresentados (em termos absolutos e em percentuais) para efeito de comparação. Os dados da pesquisa foram processados no programa estatístico GoldVarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005), tendo como regra de aplicação o imperativo com a forma de subjuntivo, considerada mais conservadora, para a seleção das variáveis e os pesos relativos dos fatores controlados.

Os resultados apresentados e discutidos na seção anterior permitem respostas às questões de pesquisa e a elaboração de algumas hipóteses. Foram coletados 378 dados, dos quais 130 (34,3%) foram de imperativo com a forma de subjuntivo e 248 (65,7%) foram de imperativo com a forma de indicativo.

Quanto à primeira questão (Qual é a variante do imperativo verbal mais empregada nos municípios do interior da Região Norte?), a Região Norte apresenta maior uso do imperativo verbal com a forma do indicativo, com 65,7% dos dados, todavia há variação na expressão do imperativo verbal na região. O Estado do Tocantins é o que tem menor emprego do imperativo verbal com a forma do subjuntivo, provavelmente por comungar traços linguísticos com os estados vizinhos, como, por exemplo, o Maranhão e Goiás, que, de acordo com os dados apresentados por Deomondes (2023) e Oliveira (2017; 2023), também inibem o imperativo com

a forma do subjuntivo. Ressalta-se que não há dados para a capital do Estado de Tocantins, pois o município de Palmas não integra a rede de pontos do ALiB pelo seu pouco tempo de fundação.

Quanto à segunda questão (Há um padrão de semelhança entre os municípios do interior e as capitais dos estados na escolha da variante do imperativo verbal?), observando os dados apresentados por Oliveira (2023), nota-se uma semelhança entre os dados das cidades do interior e os das capitais, o que ratifica a hipótese de Souza (2019) e de Oliveira (2023) de que o imperativo verbal na Região Norte é mais produtivo com a forma do indicativo.

Observa-se, por meio dos resultados, que algumas cidades do interior usam mais o imperativo verbal na forma do subjuntivo do que as capitais, como é o caso de Benjamin Constant e Humaitá, no Amazonas; Cruzeiro do Sul, no Acre; e Marabá, Itaituba e Soure, no Pará. Com exceção de Natividade, no Estado do Tocantins, que apresentou uso categórico do imperativo com a forma de indicativo (sete dados), nas demais localidades consideradas houve variação.

Quanto à terceira questão da pesquisa (Quais as variáveis que condicionam a escolha de uma ou outra forma?), o programa estatístico GoldVarb X selecionou as variáveis linguísticas ‘Polaridade da sentença’, ‘Extensão fonológica’ e ‘Paradigma verbal’; as variáveis sociais ‘Sexo do informante’ e ‘Parte do inquérito’; e a variável diatópica ‘Localidade’. O imperativo verbal é, portanto, condicionado geossociolinguisticamente.

Em relação à variável ‘Polaridade de sentença’, verificou-se que as sentenças negativas tendem a favorecer o imperativo verbal com a forma do subjuntivo, com peso relativo de 0,700 (atingindo 55,8% dos dados). Acerca da variável ‘Extensão fonológica do verbo’, constatou-se que os verbos com duas sílabas, com peso relativo 0,689 (40,8% dos dados), e os verbos de três sílabas, com peso relativo de 0,698 (45,5% dos dados), são favoráveis ao imperativo verbal com a forma do subjuntivo. Esses resultados corroboram o que dizem Scherre (2008) e Cardoso (2015) sobre essa variável.

Sobre os resultados obtidos para a variável ‘Paradigma verbal’, conforme o esperado, os verbos irregulares tendem a favorecer o imperativo verbal com a forma do subjuntivo, com peso relativo de 0,698 (26,5% dos dados). A correlação entre os verbos irregulares e o uso do imperativo com a forma de subjuntivo foi atestada também por Cardoso (2004), Cardoso (2015) e Oliveira (2023).

Já os resultados para a variável ‘Sexo’, que também apresentou correlação com o fenômeno estudado, indicam que os homens favorecem a variante conservadora – o imperativo com a forma de subjuntivo – com peso relativo de 0,625 (43,6% dos dados), estando, pois, as

mulheres, na liderança do processo de mudança imperativo com a forma de subjuntivo → imperativo com a forma de indicativo, como apontam Andrade, Melo e Scherre (2007).

No que concerne à variável ‘Parte do inquérito’, a parte menos monitorada é mais produtiva para o imperativo verbal na forma do subjuntivo, com peso relativo de 0,836 (48,9% dos dados).

No que diz respeito à variável ‘Localidade’, os resultados encontrados nesta pesquisa, que considerou apenas os dados das localidades do interior, apontam que Cruzeiro do Sul/AC, Benjamim Constant/AM, Humaitá/AM, Itaituba/PA e Marabá/PA são localidades mais conservadoras, favorecendo o imperativo verbal com a forma de subjuntivo, com pesos relativos, respectivamente, de 0,770, 0,634, 0,745, 0,713 e 0,896. Já as localidades de Oiapoque/AP, Guajará Mirim/RO e Soure/PA apresentaram peso relativo próximo ao ponto neutro, respectivamente, 0,519, 0,526 e 0,543. E as localidades de Natividade/TO e Conceição do Araguaia /PA inibiram o imperativo com a forma de subjuntivo, esta com peso relativo de 0,200 e aquela com uso categórico da forma de indicativo, mostrando-se, pois, à frente da mudança linguística na Região Norte.

Foram descartadas as demais variáveis controladas na pesquisa: ‘Faixa etária do informante’, ‘Estado’, ‘Clíticos’, ‘Valor semântico’ e ‘Tipo de discurso’. Sobre essas variáveis, foram apresentados os resultados em percentuais, que revelam a distribuição dos dados.

Quanto à faixa etária, o imperativo com a forma de subjuntivo foi mais frequente entre os informantes da faixa etária 2 (36,8% dos dados).

No que concerne à variável ‘Estado’, há alguns resultados interessantes. Os estados do Amapá e de Roraima apresentam o mesmo comportamento linguístico quanto à expressão do imperativo verbal. No Amazonas, as localidades de Benjamin Constant (44,4%) e Humaitá (56,2%) apresentam comportamento mais conservador do que as demais cidades. No Acre, há resultados distintos para as cidades de Cruzeiro do Sul (53,8%) e Rio Branco (18,2%). No Estado do Pará, as localidades de Itaituba (58,3%) e Marabá (77,3%) apresentam um resultado diferente da capital do Estado. No Estado de Tocantins, há variação em Pedro Afonso, mas Natividade apresentou uso categórico do imperativo com a forma de indicativo.

A presença de nordestinos durante o período colonial em localidades nortistas provavelmente influenciou na cultura e na identidade linguística da região, o que pode ter tido como consequência a escolha da variante com a forma do subjuntivo, típica do Nordeste, segundo Oliveira (2017; 2023), em algumas localidades do Amazonas, do Acre e do Pará.

No que diz respeito aos clíticos, só foram encontrados 30 dados, todos em posição pré-verbal, contra 348 dados de ausência. Pelos resultados obtidos, a presença do clítico em próclise propicia maior uso do imperativo com a forma de subjuntivo (53,3% dos dados).

Foram encontrados na pesquisa dados de imperativo verbal com os valores semânticos de ordem, pedido, conselho e instrução. A distribuição dos dados foi a seguinte: 31,5% de imperativo com a forma de subjuntivo para ordem; 40,5% dessa mesma forma para pedido; 50% dessa forma para conselho e 44,4% dessa mesma forma para instrução. Cumpre ressaltar, entretanto, que a distribuição dos dados pelos quatro fatores é bastante desigual: 279 casos de ordem, 79 casos de pedido, 12 casos de conselho e apenas nove casos de instrução.

Quanto ao tipo de discurso, também a distribuição dos dados não foi boa, com 346 dados de fala hipotética contra apenas três dados de fala real, estes últimos com o imperativo na forma do indicativo. No caso do discurso hipotético, 34,6% dos dados ocorreram com o imperativo na forma do subjuntivo.

Comparando os resultados das cidades do interior com os resultados das capitais dos estados da Região Norte, pode-se concluir que: (i) no Estado do Amapá, o Oiapoque (com 31,2% de dados de imperativo com a forma de subjuntivo) se comporta como Macapá (com 30,9% de dados de imperativo com a forma de subjuntivo); (ii) quanto ao Estado de Roraima, não há cidade do interior na rede de pontos do ALiB, que considerou apenas a capital, Boa Vista, com baixo índice de imperativo com a forma de subjuntivo (22,3%); (iii) no Estado do Amazonas, apenas Humaitá (56,2%) e Benjamim Constant (44,4%) se afastam da capital, Manaus, que, juntamente com as demais cidades, apresenta índice abaixo de 30% de uso do imperativo com a forma de subjuntivo; (iv) em relação ao Estado do Pará, Itaituba (58,3%), Marabá (77,3%) e Soure (34,5%) distanciam-se da capital, Belém (25,6%); (v) no Estado do Acre, Cruzeiro do Sul (53,8%) se distancia de Rio Branco (18,2%); (vi) quanto ao Estado de Rondônia, Guajará Mirim (38,1%) e Porto Velho (40,3%) apresentam índices muito próximos de uso do imperativo com a forma de subjuntivo; e (vii) já no Estado do Tocantins, só há variação na cidade de Pedro Afonso, pois em Natividade o uso do imperativo com a forma de indicativo foi categórico.

Com a finalização da descrição do fenômeno nas localidades do interior da Região Norte, nota-se que há necessidade de maior aprofundamento na investigação para aprimorar a argumentação aqui apresentada. Ressalta-se que é necessário considerar as influências linguísticas dos povos indígenas nessas localidades, tendo em vista que povos originários sobreviveram na Região Norte por um longo período. Conhecendo melhor as línguas faladas

por esses povos, provavelmente, teríamos melhores explicações sobre o comportamento do fenômeno na região.

Para estudos futuros, seria interessante realizar um estudo com localidades de Rondônia para termos uma fotografia do fenômeno nessa região e um estudo com dados da capital do Estado do Tocantins, pois é um estado que não tem dados disponíveis sobre a capital.

Apesar das limitações desta pesquisa, espera-se contribuir para uma fotografia da realização variável do imperativo verbal na Região Norte do Brasil e para a execução de um dos objetivos do Projeto ALiB: “descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfosintáticas e léxico-semânticas) consideradas na perspectiva da Geolinguística” (cf. <https://alib.ufba.br/content/objetivos>).

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, V. A. **Atlas lingüístico do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994. 2v.
- ALTINO, F. C. **Atlas lingüístico do Paraná II**. 2007. 2v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.
- ALVES, J. S. O imperativo singular em histórias em quadrinhos baianas. **Periódico de divulgação científica da FALS**, n. 9, p. 1-19, 2010.
- ANDRADE, C. Q.; MELO, F. G. de; SCHERRE, M. M. P. História e variação linguística: um estudo em tempo real do imperativo gramatical em revistas em quadrinhos da Turma da Mônica. **Finos Leitores**. Brasília: Jornal de Letras do UniCEUB, ano 3, n. 1, ago. 2007. Disponível em: <http://www.uniceub.br/periodicos/default.asp>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- AMORIM, A. O. **A influência nordestina sobre o falar amapaense**: um recorte dos dados do Atlas Linguístico do Amapá – ALAP. 2022. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português-Inglês) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.
- ARAGÃO, M. S. S. Os estudos geolinguísticos no Brasil: dos atlas regionais ao ALiB. In: MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. (org.). **Documentos 2**: Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006. p. 35-65.
- ARAGÃO, M. S. S.; MENEZES, C. B. **Atlas lingüístico da Paraíba**. Brasília: UFPB/CNPq; Coordenação Editorial, 1984. 2v.
- ARAÚJO, A. A.; LIMA, A. K. F.; CLAUDINO, K. A. O imperativo gramatical em gibis da Turma da Mônica: um estudo em tempo real. **Caletrosópio**, v. 7, n. 2, p. 64-80, 2019.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.
- BALBI, A. **Atlas ethnographique du globe**. Paris: Rey et Grav, 1826.
- BENJAMIN CONSTANT. **Portal Amazônia**. Disponível em: portalamazonia.com. Acesso em: 12 abr. 2023.
- BESSA, J. R. F. (coord.). **Atlas linguístico do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. 2v.
- BRANDÃO, S. F. **A geografia lingüística no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.
- BRIGHT, W. As dimensões da sociolingüística. In: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. F. (org.). **Sociolingüística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974 [1966]. p. 17-24.
- CAMACHO, R. G. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola, 2013.
- CARDOSO, B. O imperativo gramatical brasileiro em Santa Catarina: uma análise laboviana dos fatores internos. **Working Papers em Linguística**, n. 16, Florianópolis, p. 142-156, 2015.

- CARDOSO, D. B. B. **Variação e mudança no imperativo no português brasileiro**: gênero e identidade. 2009. 153f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- CARDOSO, D. B. B. Variação no uso do modo imperativo: análise de dados em textos de José J. Veiga. In: JORNADA DO GELNE, 20, 2004, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2004, p. 585-594.
- CARDOSO, D. B. B.; SCHERRE, M. M. P. Gênero e identidade no contato linguístico de fortalezenses com a fala brasiliense: o caso do imperativo gramatical. **Papia**, n. especial, p. 25-43, 2011.
- CARDOSO, S. A. M. A dialectologia no Brasil: perspectivas. **D.E.L.T.A.**, v. 15, n. especial, p. 233-255, 1999.
- CARDOSO, S. A. M. **Atlas lingüístico de Sergipe II**. Salvador: EDUFBA, 2005.
- CARDOSO, S. A. M. **Geolinguística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola, 2010.
- CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A. Dialectologia e ensino da língua materna. In: GÖRSKI, E. M. COELHO, I. L. (org.). **Sociolinguística e ensino**: contribuições para a formação do professor de língua. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. p. 83-107.
- CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A. Percursos da geolinguística no Brasil. **Linguística**, v. 29, n. 1, Montevideo, p. 115-142, 2013.
- CARVALHO, L. F. **O estatuto variável do imperativo de 2ª pessoa do singular em missivas mineiras**: um estudo sociolinguístico de cunho histórico (séculos XIX e XX). 2020. 202f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2016.
- CASADEI, T. O. Ocupação e povoamento do Norte do Brasil. **Curriculum**, v. 15, Rio de Janeiro, p. 61-72, 1976.
- CHOMSKY, N. **Estruturas sintáticas**. Lisboa: Edições 70, 1957.
- CUNHA, C. CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DEOMONDES, L. S. **Faz tu! Faça você! O uso do modo imperativo nos dados do Projeto ALiB na Região Centro-Oeste do Brasil**. 2023. 131f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

- DINIZ, J. S. **A expressão da variável do imperativo de 2ª pessoa do singular no português: análise de cartas pessoais dos séculos XIX e XX.** 2018. 159f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- EVANGELISTA, E. M. **Fala, Vitória!** – A variação do imperativo na cidade de Vitória/ES e sua posição no cenário nacional. 2010. 166f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.
- FARACO, C. A. Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil. **D.E.L.T.A.**, v. 2, n. 1, p. 1-15, 1986.
- FARACO, C. A; MOURA, F. M. **Gramática: fonética e fonologia, morfologia, sintaxe, estilística.** 10. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- FARIA, C. B.; SCHERRE, M. M. P. Variação do imperativo gramatical no português brasileiro: representações em quadrinhos da Turma da Mônica Jovem e do Chico Bento Moço. **Ciência Geográfica**, n. 26, Bauru, p. 1526-1549, 2022.
- FAVARO, G. S. Estudo histórico do modo imperativo nas Cantigas de Santa Maria. **Entrepalavras**, v. 3, n. esp., Fortaleza, p. 71-88, ago./dez. 2013.
- FAVARO, G. S. **Um estudo morfológico das formas verbais do modo imperativo nas cantigas de Santa Maria.** 2016. 200f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2016.
- FEITOSA, C. O. **Do antigo norte de Goiás ao Estado de Tocantins: elementos de uma economia em formação.** 2011. 210f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- FELIX, M. I. S. A singular diversidade linguística em São Gabriel da Cachoeira. In: RAZKY, A; LIMA, A. F.; OLIVEIRA, M. B. (org.). **Variação e diversidade linguística.** Anais do VII SERGEL, Belém: UFPA, 2019. p. 84-94.
- FERREIRA JR., M. N. **A sintaxe da negação em configuração imperativa no português brasileiro.** 2011. 89f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- FERREIRA, C. et al. **Atlas lingüístico de Sergipe.** Salvador: Universidade Federal da Bahia; Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.
- FERREIRA, C.; CARDOSO, S. A. M. **A dialectologia no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1994.
- FIGUEREIDO, J. G. S. **Produção e percepção da expressão do modo imperativo nas cidades de Feira de Santana-BA e Campinas-SP.** 2023. 160f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

- FREITAG, R. M. K.; MARTINS, M. A.; TAVARES, M. A. Banco de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. **Alfa**, n. 56, São Paulo, p. 917-944, 2012.
- GILLIÉRON, J.; EDMONT, E. **Atlas linguistique de la France**. Paris: Champion, 1902-1910.
- GUAJARÁ-MIRIM. **Guajará-Mirim**. Disponível em: guajaramirim.ro.gov.br. Acesso em 10 abr. 2023.
- GUAJARÁ-MIRIM. **Guia do Turismo Brasil**. Disponível em: <https://www.guiadoturismobrasil.com/cidade/RO/1036/guajaramirim>. Acesso em: 8 abr. 2023.
- HERVÁS, L. **Idea dell'universo**. Cesena: Biasini, 1784.
- HUMAITÁ. **Prefeitura, história e informações sobre a cidade**. Disponível em: cidadesdomeubrasil.com.br. Acesso em: 10 abr. 2023.
- IBGE. **Cruzeiro do Sul**. Disponível em: IBGE | Cidades@ | Acre | Cruzeiro do Sul | Panorama. Acesso em: 14 abr. 2023.
- IBGE. **Natividade**. Disponível em: IBGE | Cidades@ | Tocantins | Natividade | História & Fotos. Acesso em: 14 abr. 2023.
- IBGE. **Oiapoque**. Disponível em: IBGE | Cidades@ | Amapá | Oiapoque | História & Fotos. Acesso em: 5 abr. 2023.
- IBGE. **Pedro Afonso**. Disponível em: cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pedro-afonso/historico. Acesso em: 9 abr. 2023.
- JESUS, É. T. **O Nordeste na mídia e os estereótipos lingüísticos**: estudo do imperativo na novela Senhora do Destino. 2006. 144f. Dissertação (Mestrado em Linguística) –Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- KOCH, W.; KLASSMANN, M.; ALTENHOFEN, C. **Atlas lingüístico-etnográfico da Região Sul do Brasil** (ALERS). Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: Editora da UFRGS/Editora da EFSC/Editora da UFPR, 2002. 2v.
- KURATH, H. *Linguistic atlas of New England*. Providence: Brown University Press, 1939.
- LABOV, W. **Padrões sociolingüísticos**. Trad. de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LABOV, W. The social motivation of a sound change. **WORD**, v. 19, n. 3, p. 273-309, 1963.
- LABOV, W. **The social stratification of English in New York**. New York: Center for Applied Linguistics, 2006 [1966].

- LACERDA, J. C. S. **O uso variável do modo imperativo na fala de Fortaleza**. 2015. 94f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- LIMA, D. P. S. **O uso do modo imperativo na fala de Campo Grande – MS**. 2005. 102f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- MOLLICA, M. C. M.; RONCARATTI, C. N. Questões teórico-descriptivas em sociolinguística e em sociolinguística aplicada e uma proposta de agenda de trabalho. **D.E.L.T.A.**, v. 17, n. especial, p. 45-55, 2001.
- MOTA, J. A. Reflexões sobre a arte de fazer inquéritos linguísticos. In: MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. (org.). **Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil**. Salvador: Quarteto, 2006. p. 239-266.
- MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. Sobre a dialetologia no Brasil. In: MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. (org.). **Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil**. Salvador: Quarteto, 2006. p. 15-34.
- NOGUEIRA, F. M. S. B. **Tu e você na Região Norte a partir dos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil**. 2021. 220f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.
- OLIVEIRA, J. M. A sociolinguística laboviana: festejando o cinquentenário e planejando o futuro. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 58, n. 3, Campinas, p. 481-501, 2016.
- OLIVEIRA, J. M. O imperativo gramatical nas capitais do Nordeste: análise sociolinguística de dados do ALiB. In: LOPES, N. S.; OLIVEIRA, J. M.; PARCERO, L. M. J. (org.). **Estudos sobre o português do Nordeste: língua, lugar e sociedade**. São Paulo: Blucher, 2017. p. 27-43.
- OLIVEIRA, J. M. The verbal imperative in Brazilian capitals: an analysis of data from the Linguistic Atlas of Brazil Project. In: GUESSER, S.; MARCHESAN, A. C.; MEDEIROS JR., P. (ed.). **Wh-exclamative, imperative and interrogative sentences: issues on Brazilian Portuguese**, v. 6. Linguistica Latinoamericana series. Brüssel: DeGruyter, 2023. p. 227-254.
- PEREZ, L. P. et al. Estimativa do desmatamento em Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, no período de 1985 a 2003. **Geografia**, v. 32, n. 2, Rio Claro, p. 475-486, 2007. Disponível em: <http://urlib.net/ibi/6qtX3pFwXQZGivnK2Y/Sjbfz>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. Editora: Ática, 2005.
- PINTO, A. S. **A inter-relação entre literatura e história no processo de formação do Estado de Rondônia: vozes e marcas identitárias dos sujeitos amazônicos na produção literária de Porto Velho e Guajará-Mirim/RO**. 2016. 174f. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua

Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio do Preto, 2016.

PORTAL AMAPÁ. **Conheça o Amapá**. Disponível em: Portal Governo do Amapá. com.br. Acesso em: 10 abr. 2023.

PORTAL AMAZÔNIA. **São Gabriel da Cachoeira**. Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonia-az/sao-gabriel-da-cachoeira>. Acesso em: 17 abr. 2023.

PORTAL AMAZÔNIA. **Tefé**. Disponível em: portalamazonia.com. Acesso em: 12 abr. 2023.

PORTO, J. L. R. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais**. 2002. 216f. Tese (Doutorado em Economia, Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

REGIÃO NORTE. **Brasil Escola**. Estados, dados gerais, características. Disponível em: uol.com.br. Acesso em: 8 abr. 2023.

RIBEIRO, J. et al. **Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa; Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

ROCHA, R. P. **Patrimônio cultural imaterial de Itaituba/Pará**. 2018. 168f. Dissertação (Mestrado em Identidades, Tradições e Territorialidades) – Pontifícia Universidade Católica de Goiânia, Goiânia, 2018.

ROCHA, F.; OLIVEIRA, J. M. A realização do imperativo verbal no interior do Paraná: estudo pluridimensional com dados do Projeto ALiB. Artigo inédito.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

RODRIGUES, J. C. **Marabá: centralidade urbana de uma cidade média paraense**. 2010. 188f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

ROMANO, V. P. Balanço crítico da geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. **Entretextos**, n. 13, Londrina, p. 203-242, 2013.

ROMANO, V. P. Desdobramentos e perspectivas da geolinguística pluridimensional no Brasil. In: MOTA, J. M. et al. (org.). **Contribuições de estudos geolinguísticos para o português brasileiro: uma homenagem a Suzana Cardoso**. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 11-39.

ROSSI, N. **Atlas prévio dos falares baianos**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.

ROST-SNICHELOTTO, C. A. **Olha e vê: caminhos que se entrecruzam**. 2009. 408f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

- RUMEU, M. C. B. Formas variantes do imperativo de segunda pessoa nos séculos XIX e XX: a expressão do social. **Signum: Estudos Linguísticos**, n. 19, Londrina, p. 310-341, 2016.
- SALOMÃO, A. C. B. Variação e mudança linguística: panorama e perspectivas da sociolinguística variacionista no Brasil. **Fórum Linguístico**, v. 8, n. 2, Florianópolis, p. 187-207, 2011.
- SAMPAIO, D. A. **A expressão do imperativo no português do século XVI ao século XX**. 2001. 153f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- SAMPAIO, D. A. **Modo imperativo: sua manifestação/expressão no português contemporâneo**. 2004. 188 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. **GoldVarb X: a multivariate analysis application**. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005.
- SANTOS, L. L. **Fala (você/tu) ~ fale (você/tu): a expressão variável do modo imperativo no português popular da Bahia**. 2016. 319f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].
- SCHERRE, M. M. P. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. **Alfa**, v. 51, n. 1, São Paulo, p. 189-222, 2007.
- SCHERRE, M. M. P. et al. Reflexões sobre o imperativo em Português. **D.E.L.T.A.**, v. 23, São Paulo, p. 193-241, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v23nspe/v23nspea10.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2023.
- SCHERRE, M. M. P. et al. Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN E XIV INSTITUTO LINGÜÍSTICO, 2, 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Taciro Produção de Cds Multimídia, 2000, p. 1333-1347.
- SCHERRE, M. M. P. Norma e uso – o imperativo gramatical no português brasileiro. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (org.). **O português do Brasil – perspectivas da pesquisa atual**. Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 2004. p. 231-260.
- SCHERRE, M. M. P. O imperativo gramatical no português brasileiro: reflexo de mudança linguística na escrita de revistas em quadrinhos. In: VOTRE, S.; RONCARATI, C. N. (org.).

Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. p. 306-319.

SCHERRE, M. M. P. Padrões sociolinguísticos do português brasileiro: a importância da pesquisa variacionista. **Tabuleiro de Letras**, n. 4, Salvador, p. 1-32, 2012.

SCHERRE, M. M. P. Paralelismo lingüístico. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 7, n. 2. Belo Horizonte, p. 29-59, 1998.

SOUZA, E. S. O uso variável do imperativo de migrantes baianos em São Paulo. **Domínios de Linguagem**, v. 13, n. 4, Uberlândia, p. 1433-1464, out./dez. 2019.

TAGLIAMONTE, S. A. **Analysing sociolinguistic variation**. New York: Cambridge University Press, 2006.

TAGLIAMONTE, S. A. et al. **Users' manual**: GoldVarb, 2001. A multivariate analysis application for Windows. October 2001.

TAVARES, M. G. C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, n. 3, p. 59-83, 2008.

TAVARES, M. G. C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **Espaço e Tempo**, n. 29, São Paulo, p. 107-121, 2011.

TELES, A. R. T. **Cartografia e georreferenciamento na geolinguística:** revisão e atualização das regiões dialetais e da rede de pontos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil formuladas por Antenor Nascentes. 2018. 485f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

THUN, H. O velho e o novo na geolinguística. Trad. de Cláudia Pavan, Gabriel Schmitt, Eduardo Nunes e Viktorya Santos. **Cadernos de Tradução**, n. 40, Porto Alegre, p. 59-81, 2017.

UGALDE, M. C. P.; ROWEDER, C.; FARIAS, C. S. A importância da revolução acreana no processo de formação do Estado do Acre. **Uáquiri**, v. 3, n. 1, Rio Branco, p. 06-24, 2021.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Trad. de M. Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. As tarefas da sociolinguística no Brasil: Balanço e perspectivas. In: GORSKI, E. M. COELHO, I. L. (org.). **Sociolinguística e ensino:** contribuições para a formação do professor de língua. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. p. 23-52.